

**UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL
CAMPUS PASSO FUNDO
CURSO DE MEDICINA**

HELOÍSA MARCELLE DA SILVA BRITO

EFEITOS DO RACISMO NA SAÚDE MENTAL INFANTOJUVENIL

**PASSO FUNDO - RS
2023**

HELOÍSA MARCELLE DA SILVA BRITO

EFEITOS DO RACISMO NA SAÚDE MENTAL INFANTOJUVENIL

Trabalho de Curso apresentado ao Curso de Medicina da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), *campus* Passo Fundo/RS, como requisito parcial para obtenção do grau de Bacharel em Medicina.

Orientador: Prof. Dr. Adelmir Fiabani

Coorientadora: Prof^a. Dr^a Priscila Pavan Detoni

Coorientador: Prof. Me. José Ribamar Fernandes Saraiva Junior.

PASSO FUNDO – RS

2023

Bibliotecas da Universidade Federal da Fronteira Sul - UFFS

Brito, Heloisa Marcelle da Silva
Efeitos do Racismo na Saúde Mental Infantojuvenil /
Heloisa Marcelle da Silva Brito. -- 2023.
148 f.

Orientador: Dr. Adelmir Fiabani
Coorientadores: Dra. Priscila Pavan Detoni, Me. José
Ribamar Fernandes Saraiva Junior
Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) -
Universidade Federal da Fronteira Sul, Curso de
Bacharelado em Medicina, Passo Fundo,RS, 2023.

1. Racismo. 2. Saúde mental. 3. Psiquiatria. 4.
Adolescência. I. Fiabani, Adelmir, orient. II. Detoni,
Priscila Pavan, co-orient. III. Saraiva Junior, José
Ribamar Fernandes, co-orient. IV. Universidade Federal
da Fronteira Sul. V. Título.

HELOÍSA MARCELLE DA SILVA BRITO

EFEITOS DO RACISMO NA SAÚDE MENTAL INFANTOJUVENIL

Trabalho de Curso apresentado ao Curso de Medicina da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), *campus* Passo Fundo/RS, como requisito parcial para obtenção do grau de Bacharel em Medicina.

**ESTE TRABALHO DE CURSO FOI DEFENDIDO E APROVADO PELA BANCA
EM 28/06/2023.**

BANCA EXAMINADORA

**ADELMIR FIABANI
ORIENTADOR**

**VANDERLEIA LAODETE PULGA
AVALIADOR**

**MARCELA MONTEIRO GONÇALVES DE LIMA
AVALIADOR**

À minha mãe - por não ter desistido de mim – por me acolher e ser reflexo de amor e resiliência em minha vida.

Ao meu pai, por todo o apoio e por sempre acreditar no meu potencial, por ser presente e reflexo de integridade para mim.

Ao meu irmão Fernando, por todo amor, carinho e parceria. Seremos sempre um pelo outro.

À toda a minha ancestralidade, que - por meio de suas lutas – abriram-me caminhos inimagináveis de conquistas e realizações.

À todas as crianças e adolescentes negros e negras que sofrem a dor advinda do racismo. Que vocês possam viver em um mundo melhor e alcançar seus sonhos. Não tenham medo de sonhar.

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar, agradeço a Deus pela oportunidade, por ter edificado força em minha vida para que eu pudesse ir em busca dos meus sonhos; por me consentir a graça de percorrer pelos caminhos que me conduziram até aqui. Agradeço a Deus por ser diariamente consolo em meio às adversidades, por ser perseverança e sinônimo de possibilidade e certeza. Agradeço a Ele por ter plantado em meu coração as suas certezas, que são os meus propósitos de vida.

Agradeço aos meus pais, que sempre estiveram presente em minha vida, direcionando e instruindo-me ao melhor caminho, sempre acreditando em meus sonhos e na minha capacidade de alcançá-los. Agradeço por todo amor e cumplicidade, por me ensinarem o melhor da vida e a ir em busca dos meus objetivos com esperança, Fé, responsabilidade e perseverança. Agradeço por confiarem que eu seria capaz e por ter vivido e vencido cada obstáculo dessa jornada comigo. Eu sou parte de vocês e vocês vivem em mim.

Agradeço ao meu irmão Fernando, que sempre esteve comigo, sendo apoio e incentivo de maneira incondicional. Muitas vezes, acreditando mais em mim do que eu mesma. Meu irmão, muito obrigada por ser presença e presente em minha vida.

Agradeço a todos os familiares e amigos que me direcionaram palavras de incentivo e apoio nesse árduo percurso de formação.

Agradeço ao meu orientador, professor Adelmir, que não mediu esforços para me ajudar e ouvir minhas indagações. Desde o seu primeiro dia de aula em minha turma, quando eu estava no segundo semestre de graduação, já sabia que teria que ser ele a pessoa que iria orientar o meu trabalho de curso. Não só pelo seu enorme arcabouço de conhecimento, fruto de estudos de uma vida toda, e dedicação a temática étnico-racial, mas pela propriedade, apesar de ser um homem branco, e sensibilidade com que aborda o tema, que perpassa, também, pela escuta qualificada e pela percepção dos significados das vivências cotidianas.

Agradeço a minha coorientadora, professora Priscila, pelo empenho e otimismo, pela parceria e por acreditar na mudança, na possibilidade de viver e criar uma nova realidade. A professora Priscila encarou as adversidades encontradas nesta pesquisa com leveza e perseverança, pegou-me pela mão e direcionou-me as melhores alternativas. Agradeço, também, ao meu coorientador, professor Saraiva, pelo suporte psiquiátrico direcionado às participantes em sofrimento, contribuindo, dessa forma, a efetivar a proposição direcionada a realizar uma pesquisa na perspectiva “com” e não somente “sobre”.

Agradeço a todos os professores que passaram pelos componentes curriculares “Trabalho de Curso” I, II e III e que contribuíram de diferentes formas para a estruturação e efetivação deste projeto.

Agradeço às escolas que, com receptividade, aceitaram participar da pesquisa e a todas as seis adolescentes participantes que possibilitaram a realização da investigação e seguem contribuindo para a edificação de uma educação antirracista e de uma formação médica mais propensa a integralidade do cuidado frente a diversidade étnica.

Ontem um menino
Que brincava me falou
Hoje é a semente do amanhã

Para não ter medo
Que este tempo vai passar
Não se desespere, nem pare de sonhar

Nunca se entregue
Nasça sempre com as manhãs
Deixe a luz do sol brilhar no céu do seu olhar

Fé na vida, fé no homem, fé no que virá
Nós podemos tudo, nós podemos mais
Vamos lá fazer o que será

(Gonzaguinha)

APRESENTAÇÃO

Trata-se de um Trabalho de Curso (TC) de graduação, elaborado pela acadêmica Heloísa Marcelle da Silva Brito, como requisito parcial para a obtenção do grau de Bacharel em Medicina pela Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), campus Passo Fundo – RS, sob a orientação do Prof. Dr. Adelmir Fiabani e coorientação da Prof^a. Dr^a. Priscila Pavan Detoni e do Prof. Me. José Ribamar Fernandes Saraiva Junior. Está estruturado conforme prevê as normas do Manual de Trabalhos Acadêmicos da UFFS e com o Regulamento de TC do curso, sendo composto pelo projeto de pesquisa, relatório de atividades e artigo científico, os quais foram desenvolvidos no decorrer de três semestres do curso de Medicina da UFFS. O projeto de pesquisa foi desenvolvido no componente curricular (CCR) de Trabalho de Curso I no primeiro semestre de 2022. O Relatório de Pesquisa foi estruturado no CCR de TC II, durante o segundo semestre de 2022, e descreve todos os procedimentos realizados desde a conclusão do projeto de pesquisa até a finalização da coleta de dados. O artigo científico é oriundo da aplicação prática do projeto de pesquisa, através da coleta e análise qualitativa dos dados, e foi desenvolvido no CCR de TC III no primeiro semestre de 2023. Refere-se a um estudo qualitativo, do tipo etnográfico, desenvolvido em duas escolas públicas, municipal e estadual, uma de ensino fundamental II e a outra de ensino médio, respectivamente, na cidade de Passo Fundo no Rio Grande do Sul.

RESUMO

O racismo consiste no preconceito ou discriminação direcionada a indivíduos pertencentes a determinado grupo racial ou étnico, por vezes, marginalizado. É sabido que tal realidade inibe as potencialidades e confere danos psíquicos enfáticos, que podem causar efeitos, momentâneos e/ou futuros, danosos a saúde, afetando a subjetividade das pessoas e suas relações sociais, sobretudo no público infantojuvenil. Nesse sentido, o presente estudo se trata de uma pesquisa qualitativa, do tipo etnográfica, realizada no período de dezembro de 2022 a abril de 2023, cujo objetivo foi investigar a ocorrência de sofrimentos psíquicos em adolescentes, decorrentes do racismo, na cidade de Passo Fundo, no Rio Grande Sul, a fim de analisar os principais danos, aspectos e características determinantes de acometimentos patológicos relacionados ao racismo e sua interferência na autoaceitação e constituição do sujeito. Foram analisadas as narrativas de adolescentes autodeclarados negros pertencentes a duas escolas públicas, municipal e estadual, uma de ensino fundamental II e a outra de ensino médio, respectivamente, localizadas em Passo Fundo - RS. A partir dos resultados encontrados nesta pesquisa, conclui-se que há a ocorrência de efeitos psíquicos negativos no público infantojuvenil decorrentes do racismo e que a baixa autoestima e sentimento de inferioridade desencadeados pelo racismo corroboram para o surgimento de doenças como ansiedade e depressão e intensificam a possibilidade da ocorrência de tentativas de suicídio. Além disso, o racismo inibe a autoaceitação e constituição identitária dos sujeitos em desenvolvimento.

Palavras-chave: Racismo, Saúde mental, Psiquiatria, Adolescência.

ABSTRACT

Racism consists of prejudice or discrimination directed at individuals belonging to a particular racial or ethnic group, sometimes marginalized. It is known that such a reality inhibits the potential and confers emphatic psychic damage, which can cause effects, momentary and/or future, harmful to health, affecting the subjectivity of people and their social relationships, especially in the juvenile public. In this sense, the present study is a qualitative research, of the ethnographic type, carried out from December 2022 to April 2023, whose objective was to investigate the occurrence of psychological suffering in adolescents, resulting from racism, in the city of Passo Fundo, in Rio Grande Sul, in order to analyze the main damages, aspects and determinant characteristics of pathological affections related to racism and its interference in the self-acceptance and constitution of the subject. The narratives of self-declared black adolescents belonging to two public schools, municipal and state, one of elementary school II and the other of high school, respectively, located in Passo Fundo - RS, were analyzed. Based on the results found in this research, it is concluded that there are negative psychic effects in children and adolescents resulting from racism and that low self-esteem and feelings of inferiority triggered by racism contribute to the emergence of diseases such as anxiety and depression and intensify the possibility of suicide attempts. In addition, racism inhibits the self-acceptance and identity constitution of developing subjects.

Keywords: Racism, Mental health, Psychiatry, Adolescence.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	09
2	DESENVOLVIMENTO	13
2.1	PROJETO DE PESQUISA	13
2.1.1	Tema	13
2.1.2	Problemas	13
2.1.3	Objetivos	14
2.1.3.1	Objetivo geral	14
2.1.3.2	Objetivos específicos	14
2.1.4	Justificativa	14
2.1.5	REFERENCIAL TEÓRICO	15
2.1.5.1	O Racismo: contexto histórico	15
2.1.5.2	Racismo: efeito dos estressores para a saúde mental infantojuvenil	19
2.1.5.3	Infância e racismo: a escola como espaço plural	22
2.1.5.4	Racismo desde a infância: distintos âmbitos de segregação	28
2.1.5.5	A invisibilidade do racismo e o branqueamento	33
2.1.5.6	O acesso à saúde pela população negra	35
2.1.6	METODOLOGIA	38
2.1.6.1	Tipo de estudo	38
2.1.6.2	Local e período de realização	39
2.1.6.3	Sujeitos da pesquisa	39
2.1.6.4	Variáveis, instrumentos e coleta de dados	43
2.1.6.5	Processamento, controle de qualidade e análise de dados	47
2.1.6.6	Aspectos éticos	48
2.1.7	RECURSOS	52
2.1.8	CRONOGRAMA	52
2.1.9	REFERÊNCIAS	53
2.1.10	APÊNDICE A	61

2.1.11	APÊNDICE B	62
2.1.12	APÊNDICE C	63
2.1.13	APÊNDICE D	64
2.1.14	APÊNDICE E	65
2.1.15	APÊNDICE F	68
2.1.16	APÊNDICE G	71
2.1.17	APÊNDICE H	74
2.1.18	APÊNDICE I	75
2.1.19	APÊNDICE J	76
2.1.20	APÊNDICE K	77
2.1.21	APÊNDICE L	78
2.1.22	APÊNDICE M	79
2.1.23	APÊNDICE N	80
2.1.24	APÊNDICE O	81
2.1.25	APÊNDICE P	82
2.2	RELATÓRIO DE PESQUISA	83
2.2.1	Apresentação	83
2.2.2	Desenvolvimento	86
2.2.2.1	Organização da equipe de pesquisa	86
2.2.2.2	Logística da coleta de dados	86
2.2.2.3	Período de coleta de dados	86
2.2.2.4	Perdas	87
2.2.2.5	Controle de qualidade dos dados	89
2.2.3	Considerações finais	89
	Referências	90
	APÊNDICE A: DIÁRIO DE CAMPO	91
	Referências	99
	ANEXO A: – PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP	100
3.	ARTIGO CIENTÍFICO	112
4.	CONCLUSÕES	143

1 INTRODUÇÃO

O racismo viabilizou a escravidão de africanos. Crentes da "superioridade" branca, europeus, em sua maioria, traficaram 11 milhões de africanos para as Américas, sendo que, para o Brasil, vieram aproximadamente 4,5 milhões. O Brasil foi a última nação da América a abolir a escravidão, aqui este modo de produção durou mais de 3,5 séculos (GORENDER, 2011; CONRAD, 1978; RODRIGUES, 2005; MOURA, 1993). Mesmo após a Abolição da escravidão, em 1888, os efeitos do racismo estrutural no Brasil, ainda são perceptíveis nas relações intersubjetivas e permanecem no DNA de muitas instituições do país.

Toda população brasileira sofreu/sofre as consequências da escravidão no Brasil, sobretudo, os negros. Até mesmo, as crianças negras nascidas nas primeiras décadas do pós-Abolição carregaram a herança do passado escravista, sem a expectativa de experimentarem um futuro promissor em um país que tinha como meta estimular a migração europeia com o intuito de branquear sua população (ROSEMBERG, 2006).

O modo de produção escravista instituído pela coroa lusitana na América portuguesa era movido por braços de africanos traficados do continente-mãe. Ao desembarcar nos portos brasileiros, os africanos eram inseridos no "estatuto" da escravidão que não permitia aos negros a manutenção do nome, da religião e dos laços familiares. Os escravizados foram equiparados aos animais, poderiam ser vendidos, penhorados ou alugados. Seu valor de transação variava conforme a idade, condições físicas, sexo, expectativa de venda futura e aptidões funcionais (CONRAD, 1978; MOURA, 1993).

Quanto às crianças cativas, a sociedade escravista não as diferenciava dos adultos. Desde que pudessem fazer algum tipo de trabalho, eram exploradas pelos seus senhores. Nos inventários da época, meninos e meninas com alguma habilidade, valiam mais do que as outras crianças (RIO GRANDE DO SUL, 2010). Não era pela tenra idade que os inocentes tinham algum privilégio, nascidos de mães escravas, os filhos herdavam a mesma condição.

Não foi o ato abolicionista que alterou a percepção social de

inferioridade do negro. Não poderia ser diferente como um passe de mágica, principalmente pelo modo como foi feita a Abolição no Brasil, desprovida de qualquer processo indenizatório e de integração de mulheres, homens, bem como de crianças e adolescentes, à cidadania plena de um país republicano (CONRAD, 1978).

Nesse contexto, criou-se baixa expectativa em relação à criança negra, como se o destino da mesma não pudesse ser diferente do que são os seus pais. Mãe empregada doméstica, filha trabalhadora assalariada; pai trabalhador braçal, filho operário da construção civil. Assim que a sociedade constituída sob o racismo estrutural percebe a criança negra. Quando um adolescente negro conquista um espaço "destinado" aos brancos como, por exemplo, uma vaga em curso de Medicina, há questionamentos em relação a sua capacidade de conclusão do curso. Reitera-se sobre esse objetivo que pretendia; se não seria melhor começar como técnico em enfermagem para depois cursar Medicina, por exemplo (FIABANI, 2020). Percebe-se que a sociedade racista traçou um caminho para a criança negra: a servidão. Era este o seu lugar preestabelecido socialmente. Observa-se também a "aptidão natural" para futuro delinquente, condição atribuída pelas teorias racistas e eugênicas que se disseminaram no Brasil após a Abolição, fazendo adeptos ainda na atualidade, resultando em encarceramento precoce e racialmente determinado (SILVA JR; TEIXEIRA, 2016, p. 52).

Um dos aspectos mais importantes para o desenvolvimento sadio da criança é a harmonia efetiva nos distintos âmbitos vitais. Nesse contexto, o artigo 5º da lei

8.069 surge com o intuito de ratificar que nenhuma criança ou adolescente deverá ser objeto de qualquer forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão (BRASIL, 2010). Entretanto, em decorrência de um histórico segregacionista perpetuado, os infantes negros convivem cotidianamente com uma formação social que lhes negam a possibilidade de autoaceitação, bem como de afirmação enquanto seres capazes de atuação nos diversos contextos sociais. Desse modo, o racismo transcorre o seio social, perpassando gerações e retrocedendo, diariamente, batalhas que pareciam terem sido superadas, retomando, assim, novos moldes de opressão, pois a promoção da igualdade racial não deve estar limitada somente a declarações ou promessas, mas necessita da mobilização do estado, da sociedade e dos indivíduos, objetivando

direcionar a igualdade jurídica em igualdade de oportunidades e de tratamento (SILVA JR; TEIXEIRA, 2016, p. 9).

Diante do exposto, cabe salientar que o racismo sofrido na infância é responsável pelo desencadeamento de comorbidades psiquiátricas que afetam, enquanto contexto latente, a vida momentânea, de desenvolvimento psicossocial da criança, bem como todo o percurso constitucional do indivíduo enquanto ser pertencente a uma sociedade que, cotidianamente, aponta-lhe um erro existencial em relação aos outros cidadãos (brancos). Nesse sentido, é comum, ainda na infância, a configuração de doenças não orgânicas, nos indivíduos negros, como depressão, ansiedade e estresse pós-traumático, já que tal violência induz a configuração da hipervigilância, condição que emerge pela necessidade constante de se proteger de um mundo ameaçador. “Analisando a problemática do racismo na infância no Brasil, conclui o Unicef que ‘O racismo causa impactos danosos do ponto de vista psicológico e social na vida de toda e qualquer criança ou adolescente’” (SILVA JR; TEIXEIRA, 2016, p. 40).

Nessa perspectiva, é cabível afirmar que o racismo é responsável pelo desprendimento da necessidade de se amar e aceitar suas peculiaridades individuais, enquanto ser singular e constituído por características próprias, inibindo o processo de autoafirmação do seu espaço no mundo. Dessa maneira, Bandeira e Hutz (2010) afirmam que a teoria denominada *The looking-glass self* (HEATHERTON & WYLAND, 2003) representa uma das mais populares teorias sobre a autoestima e, proposta por Charles Horton Cooley no início do século XX, sustenta que o indivíduo e a sociedade são seres simbióticos, sendo que um é produto do outro. Dessa forma, o aprendizado sobre a personalidade individual é feito através da observação sobre o olhar do outro e de como ele o enxerga. A forma como o indivíduo se vê é fortemente influenciada pela maneira como os outros o enxergam. Sendo assim, viver o processo da rejeição do outro faz emergir o contexto de não aceitação da sua própria constituição física, social, cultural e relacional.

Os efeitos da discriminação racial apresentam consequências para indivíduos e coletividades, os quais podem ser permanentes. A questão do racismo é tão grave que pode gerar malefícios para crianças ainda na barriga da mãe. Nesse sentido, a experiência de exposição continuada ao racismo por mulheres negras gestantes podem gerar altos níveis de estresse físico e psicossocial, contribuindo para a aquisição de

comportamentos inadequados, baixa adesão a tratamento e mesmo adoecimento, causando, por consequência, desfechos negativos nos recém-nascidos (LEAL *et al.*, 2017). Além disso, de acordo com o estudo recente, apontado pela Academia Americana de Pediatria, garotos de 10 a 15 anos que sofreram racismo tornam-se mais propensos a desenvolverem imbróglis comportamentais como agressividade. O nível de estresse em que os infantes são submetidos, em uma situação de racismo, pode afetar o desenvolvimento cognitivo e causar diversos danos no presente e no futuro (REIS, 2019).

Desse modo, estudo realizado pela Sociedade Brasileira de Pediatria (SBP) mostrou que o estresse infantil pode ser dividido em três níveis (positivo, tolerável e tóxico) e um deles, o estresse tóxico, é caracterizado por se desenvolver em situações graves em que a criança não consegue lidar com o desafio imposto. Assim, a neuropediatra Liubiana Arantes de Araújo, presidente do Departamento Científico de Pediatria do Desenvolvimento e Crescimento da SBP, afirma que “isso eleva o nível de cortisol no sangue, ocorre uma descarga de adrenalina e pode levar à perda de sinapses e limitações posteriores no aprendizado” (ARAÚJO, 2017).

Nesse sentido, objetiva-se, através de um estudo regional em escolas de ensino fundamental II e médio, analisar os efeitos do racismo, sobretudo, efeitos psíquicos em adolescentes que se declaram negros. No entanto, é fundamental ressaltar que o racismo e as práticas discriminatórias não prejudicam somente as pessoas negras, mas toda a estrutura social e institucional que as envolve. Ele macula as instituições e causa uma espécie de afirmação em pessoas brancas que frequentam o mesmo ambiente.

O Conselho Federal de Psicologia (2017, p. 48) afirma que o debate racial no Brasil perpassa uma trajetória histórica, desde o período da escravidão até o processo de miscigenação racial. A construção racial foi, nos distintos momentos da história, moldada e compartilhada nos diferentes segmentos sociais, principalmente por meio das políticas públicas. Nesse sentido, tendo em vista a complexidade do tema, para melhor entendê-lo, o presente Conselho especifica que o racismo tem sido dividido em três níveis: racismo institucional, interpessoal e pessoal.

[...] A prática de racismo institucional pode ser considerada a principal responsável pelas violações de direitos dos grupos raciais subalternizados. Efetivada em estruturas públicas e privadas do país, essa prática é marcada pelo tratamento diferenciado, desigual. Indica,

pois, a falha do Estado em prover assistência igualitária aos diferentes grupos sociais. [...] A dimensão do racismo interpessoal versa sobre os processos de desigualdade política com base na raça/cor que ocorrem entre os sujeitos em interação. Inclui, por exemplo, as relações que acontecem no interior das organizações, as quais envolvem gestores e profissionais, profissionais e usuárias(os), entre os próprios profissionais e entre os próprios usuários; assim como os laços estabelecidos entre familiares, casais, amigos, colegas ou, quem sabe, entre inimigos. Perpassa, portanto, relações verticais e horizontais, amistosas ou não. [...] O racismo pessoal ou internalizado traz à tona que estes modelos de pensar e agir de cunho racista estão postos na sociedade de maneira convencional, de modo que negras(os) por coerção e brancas(os) por benefícios interiorizam-nos e apresentam, muitas vezes, condutas que alimentam no imaginário social a representação de superioridade e inferioridade entre as raças. Evidentemente, o modo como negros(as) e brancos sustentam esse cenário é substancialmente diferente (CFP, 2017, p. 48).

A relevância dessa pesquisa está na possibilidade de conhecer processos subjetivos decorrentes do racismo em adolescentes que estão em idade escolar. Nesse sentido, poderemos ter uma visão maior sobre como o racismo e as práticas racistas adoecem as pessoas e prejudicam a saúde mental. Esperamos que este estudo sirva para despertar novas iniciativas a fim de que possamos construir uma nova sociedade pautada em boas práticas, relações e desenvolvimento equânime. Assim, segundo Lages *et al.* (2014), a escassez de pesquisas desse molde evidencia uma lacuna que necessita ser preenchida, pois as doenças físicas afetam o corpo do indivíduo, entretanto os preconceitos, o desmerecimento das identidades culturais, agridem as subjetividades, e esse contexto pode afetar o sujeito psíquico provocando depressão, desmotivação e baixa autoestima.

2 DESENVOLVIMENTO

2.1 PROJETO DE PESQUISA

2.1.1 Tema

Efeitos do racismo na saúde mental infantojuvenil.

2.1.2 Problemas

Até que ponto o racismo é capaz de interferir na saúde mental infantojuvenil e construção da identidade?

Quais os principais efeitos psíquicos que acometem adolescentes que sofreram racismo?

Quais os determinantes sociais em saúde envolvidos nas questões de saúde mental de adolescentes negros/as?

Até que ponto o racismo interfere na capacidade de autoaceitação do indivíduo?

2.1.3 Objetivos

2.1.3.1 Objetivo Geral

Investigar a ocorrência de efeitos psíquicos no público infantojuvenil, decorrentes do racismo, em duas escolas públicas, uma municipal e outra estadual, de ensino fundamental II e ensino médio, respectivamente, na cidade de Passo Fundo, no Rio Grande Sul.

2.1.3.2 Objetivos Específicos

Analisar os principais efeitos psíquicos, que acometem adolescentes, relacionados a discriminação racial em diferentes ambientes sociais;

Investigar os principais determinantes sociais em saúde do racismo sofrido por adolescentes de cidade específica do Rio Grande do Sul;

Identificar até que ponto o racismo inibe a autoaceitação e constituição identitária dos sujeitos em desenvolvimento.

2.1.4 Justificativa

O preconceito e a discriminação raciais constituem um problema de grande monta para a criança negra, visto que essa sofre direta e cotidianamente maus tratos, agressões e injustiças, os quais afetam a sua infância [...] (CAVALLEIRO, 2000, p.12). Segundo Costa (1986), “ser negro é ser violentado de forma constante, contínua e cruel, sem pausa ou repouso, por uma dupla injunção: a de encarnar o corpo e os ideais de ego do sujeito branco e a de recusar, negar e anular a presença do corpo negro”.

Nesse sentido, é na infância e adolescência que começamos o processo de construção da nossa identidade, se durante o convívio com outras crianças, uma é excluída por causa de sua cor, essa exclusão pode causar danos profundos nesse processo de construção [...] (SOUZA *et al.*, 2018, p. 3).

Diante do exposto, é importante enfatizar que a pesquisa idealizada

emerge com o objetivo de identificar os danos psicológicos causados pelo racismo, em distintas constituições populacionais, através de uma comparação entre duas escolas da cidade de Passo Fundo - RS, no público infantojuvenil, a fim de contribuir para a configuração de estratégias inibidoras desse contexto retrógrado no âmbito político, governamental e social; e desenvolver mecanismos de tratamento médico adequado para tais situações, bem como estruturar um novo modelo de educação integradora baseado na quebra de modelos segregacionistas.

2.1.5 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1.5.1 O Racismo: contexto histórico

O racismo viabilizou a escravidão. O racismo já existia quando cientistas europeus procuraram explicar as diferenças físicas dos africanos ou dos índios na América, imputando as mesmas marcas de inferioridade, atribuída ao clima, à natureza, à cultura ou à civilização na qual eles estavam socializados. Neste sentido, o negro africano era um selvagem, mas que poderia ser "civilizado".

Segundo os racistas, o africano deveria ser batizado e cristianizado, retirado da barbárie e inserido em uma sociedade organizada e humanitária. Neste sentido, era dever dos europeus "iluminar e não excitar os vícios e paixões" dos africanos. Ao ser escravizado, o africano "teria sempre o senhor para proteger a si e à sua família". Quanto à conversão ao cristianismo, "a única maneira de converter os negros de modo duradouro era através da escravidão perpétua nas plantações americanas" (PIMENTEL, 1995, p. 161-171).

Assim, os portugueses praticaram a escravidão desde o século XV. No século XVI implantaram a escravidão como sistema econômico no Brasil. Primeiro escravizaram indígenas e, no decorrer do tempo, valeram-se dos cativos africanos. No século XIX, começou a ser difundido o racismo científico. Segundo Lilian Schwarcz,

As teorias raciais só chegaram aqui a partir de meados do século XIX, no momento em que a abolição da escravidão tornava-se irreversível. Neste país de larga convivência com a escravidão, onde o cativo vigorou durante mais de três séculos, estima-se, apesar dos dados imprecisos, a entrada de um total de 3,6 milhões de africanos trazidos compulsoriamente: um terço da população africana que deixou seu continente de origem rumo às Américas (SCHWARCZ, 2017, p. 37).

O “racismo científico” trata-se de um pensamento ratificador da desigualdade essencial entre as raças. Não se trata somente de diferença, mas de uma leitura evolucionista da espécie humana. Estrutura-se, então, uma hierarquia racial, onde o branco europeu estava no topo e os “extraeuropeus” na base, sendo, por esse motivo, incapazes de alcançarem sozinhos um estágio superior. Nesse sentido, a miscigenação era vista como algo ruim, pois misturas raciais produziria híbridos degenerados (RISÉRIO, 2012, p. 44).

Além do racismo científico, emergiram diversas outras teorias de branqueamento e seus defensores pregavam que somente assim seria possível construir um futuro próspero. A elite brasileira defendia essas teorias, pois acreditava que esse seria o caminho do progresso. Sendo a mestiçagem algo ruim, deveria ser exterminado o negro, a raça fraca, infértil e desprovida de inteligência (BREMM, 2017, p. 18).

Um dos argumentos defendido por essas teorias era que, por serem muito inferiores aos brancos, os negros teriam baixa fertilidade. Sendo incapazes de reproduzir em grande escala e quando reproduziam o fariam em “qualidade” inferior aos brancos (BREMM, 2017, p. 18).

Obviamente, tanto a tese do branqueamento quanto as outras teorias, que em sua maioria não faziam sentido algum, falhou. O objetivo delas era transformar o Brasil em um país de população branca, tendo sua frustração explicitada pelo país multicolorido existente. A mestiçagem tornou-se, então, traço característico do país (BREMM, 2017, p. 18).

Entretanto, apesar disso, ainda hoje, as diferenças raciais são pautas relacionadas ao preconceito, à discriminação e ao racismo no Brasil. O passado segregacionista perpetuado nas falas, nas relações e, por vezes, no jeito de pensar do brasileiro é um problema, muitas vezes invisibilizado, mas real.

O racismo “é a pior forma de discriminação porque o discriminado não pode mudar as características raciais que a natureza lhe deu” (MUNANGA, 2005, p. 41).

Segundo Munanga (2003, p. 7),

[...] o racismo é uma crença na existência das raças naturalmente hierarquizadas pela relação intrínseca entre o físico e o moral, o físico e o intelecto, o físico e o cultural. O racista cria a raça no sentido sociológico, ou seja, a raça no imaginário do racista não é exclusivamente um grupo definido pelos traços físicos. A raça na cabeça dele é um grupo social com traços culturais, linguísticos, religiosos, etc. que ele considera naturalmente inferiores ao grupo a qual ele pertence. De outro modo, o

racismo é essa tendência que consiste em considerar que as características intelectuais e morais de um dado grupo, são consequências diretas de suas características físicas ou biológicas.

No entanto, segundo Almeida (2019), para entender a problemática em questão, é necessário compreender outros termos usualmente utilizados com o mesmo sentido que o racismo, mas que recebem atribuições distintas quanto a semântica oficial, quais sejam o preconceito e a discriminação. Desse modo, define-se o racismo como sendo uma “forma sistemática de discriminação que tem a raça como fundamento, e que se manifesta por meio de práticas conscientes ou inconscientes”; já o preconceito racial “é o juízo baseado em estereótipos acerca de indivíduos que pertençam a um determinado grupo racializado” e a discriminação racial “é a atribuição de tratamento diferenciado a membros de grupos racialmente identificados”, podendo ser direta ou indireta.

O racismo diferentemente do preconceito, vai muito além do que uma atitude. O racismo é um processo de hierarquização, exclusão e discriminação contra uma pessoa ou todo um grupo social que é definido como distinto com base em alguma característica física externa (real ou imaginada), a qual toma uma resignificação relacionada a uma marca cultural interna que estabelece padrões de comportamento. Por exemplo, a cor da pele negra (marca física externa) implicando na percepção do ser (indivíduo ou grupo) como preguiçoso (marca cultural interna) (LIMA; VALA, 2004).

Há diversos códigos racistas existentes no imaginário sociocultural brasileiro que são, aos olhos da sociedade, invisíveis, já que não explícitos, mas que são sentidos pela vivência interior de pessoas negras, essa comunicação coloca o outro igual como diferente, o outro igual como menor, o outro igual como inferior. Esse tipo de ação por ser “invisível” é como se não existisse, sendo, por vezes, facilmente negada, no entanto, provoca vivências de difícil elaboração (GUIMARÃES; PODKAMENI, 2012, p. 232).

Alvez; Jesus e Scholz (2015) afirmam que “no que se refere ao racismo produzido entre colonizador europeu e povos africanos, a base da relação racista transcende a relação de superioridade/inferioridade, isto é, inclui o antagonismo humanidade/não humanidade.” Nesse sentido, os negros, para o colonizador, não eram somente inferiores, mas não humanos. A palavra “negro” está carregada de significados de modo que define aquele que tem ausência de luz, sem alma. Assim, não ter alma caracteriza “não ser

humano”, ser objeto, animal. Nessa perspectiva, a representação social atribuída ao “ser negro e negra”, no Brasil, tem como raiz o conceito de não humanidade.

Silvio Almeida cita três concepções de racismo: individualista, institucional e estrutural. Na concepção individualista, o racismo é percebido como uma espécie de "patologia" ou anormalidade. Seria uma "irracionalidade" a ser combatida por meio de leis e punições no campo jurídico. Sob esta visão, "não haveria sociedades ou instituições racistas, mas indivíduos racistas, que agem isoladamente ou em grupo". Na concepção institucional, o racismo não se resume a comportamentos individuais, mas é tratado como resultado do funcionamento das instituições. Na visão institucionalista, "o racismo não se separa de um projeto político e de condições socioeconômicas específicas". Na concepção estrutural, o racismo é um processo político e histórico. "Político porque, como processo sistêmico de discriminação que influencia a organização da sociedade, depende de poder político; caso contrário seria inviável a discriminação sistemática de grupos sociais inteiros". Histórico por ser um processo estrutural. Ou seja, o racismo se manifesta "de forma circunstancial e específica; em conexão com as transformações sociais" (ALMEIDA, 2019, p. 36- 55).

O racismo brasileiro tem como base a contradição, pois neste país é a negação da existência do racismo que fortalece as desigualdades raciais. Ao longo da história, foi propagada a imagem de paraíso da democracia racial. Desse modo, apenas na III Conferência Mundial de Combate ao Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerância de Durban, em 2001, que de forma efetiva o Brasil foi apresentado como país que vivências intensas desigualdades raciais (SOUZA, 2016, p. 89).

Nas últimas décadas, avanços relacionados a superação social do racismo foram alcançados, como políticas que buscam reparar e promover a igualdade racial, como: alteração da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional para o Ensino de História e Cultura Africana e Afro-Brasileira na Educação Básica; ações afirmativas, com reserva de vagas em universidades e concursos públicos; e o Estatuto da Igualdade Racial. No entanto, os altos índices de desigualdades entre negros e brancos no Brasil permanecem (SOUZA, 2016, p. 89).

2.1.5.2 Racismo: efeito dos estressores para a saúde mental infantojuvenil

Trent *et al.* (2019, p. 2) afirmam que o impacto decorrente do racismo tem se configurado como causa de disparidades de nascimento e de problemas de saúde mental em crianças e adolescentes. Nesse contexto, pesquisa realizada pela Harvard University, sobre como o racismo pode afetar o desenvolvimento infantil, afirma que quando os sistemas de resposta ao estresse da criança tornam-se ativos por períodos extensos, pode ocorrer de forma enfática desgaste no cérebro em desenvolvimento e em outros sistemas biológicos. Isso acarreta danos ao longo da vida no aprendizado, no comportamento e na saúde física e mental. Desse modo, é evidente que o enfrentamento constante do racismo sistêmico e da discriminação cotidiana é um forte ativador da resposta ao estresse.

Waelde *et al.* (2010) em suas análises ratificaram que elevado número de pessoas apresentam algum transtorno, como ansiedade, depressão e transtorno de estresse pós-traumático. Um estudo feito na Holanda com 4.800 pessoas, separadas pela metade entre dois grupos: os que sofreram e os que não sofreram racismo, permitiu descobrir que as pessoas que sofreram com discriminação racial eram duas vezes mais propensas a desenvolverem problemas psicológicos nos próximos três anos. Além disso, pesquisa distinta mostrou que os sintomas de indivíduos com estresse pós-traumático grave são semelhantes aos das vítimas de discriminação racial.

De acordo com Goulart Júnior e Lipp (2008) a fase de resistência, ou seja, de persistência dos estressores, ocorre quando o organismo tenta restabelecer o equilíbrio interno de um modo reparador ao deparar-se com um estressor de elevada intensidade ou longa durabilidade. O organismo faz uso das reservas de energia adaptativa, na busca pelo reequilíbrio. Nesse contexto, se a reserva de energia adaptativa for suficiente, a pessoa se recupera e sai do processo de estresse; caso contrário, o organismo se enfraquece e torna-se vulnerável a doenças.

Pesquisa desenvolvida por Silva (2015, p. 4) aborda que

Um grande número de achados científicos tem mostrado que a exposição prolongada a estressores provoca mudanças químicas e estruturais em várias regiões cerebrais. Estudos em humanos e de modelo animal têm demonstrado essas alterações em áreas como: o hipocampo [Admon *et al.* 2009; Andersen *et al.* 2008; Radley 2005; GrassiOliveira, Ashy,

Milnitsky 2008], a amígdala [Andersen et al. 2008; Morales-Medina et al. 2009], o núcleo acumbens [Morales-Medina et al. 2009], o córtex pré-frontal (cpf) [Andersen et al. 2008; Arnsten 2009] e o córtex visual [Choi et al. 2012; Hanson et al. 2012; Olivares et al. 2010; Tomoda et al. 2009, 2012].

No contexto atual, muitas pessoas dizem ser contra o racismo e o condenam, entretanto, é importante enfatizar que tal situação não é sinônimo da sua inexistência. Percebe-se mudanças de como as pessoas manifestam seu racismo, no entanto sua função permanece desde que surgiu: organizar as relações de poder e justificar as desigualdades sociais. Várias pesquisas sinalizam para a existência de um racismo denominado "sutil", que propaga-se como um discurso social de tolerância, inibindo a manifestação aberta do racismo (NUNES, 2010, p. 28).

Nessa perspectiva, Schucman (2018) traz, através do relato de uma família, em seu livro "Famílias inter-raciais", como o mito da democracia racial e o sofrimento não dito impactam o desenvolvimento social e psíquico do ser, na medida em que um negro que sofre racismo explicitamente dentro do contexto familiar, bem como pela sociedade, quando interrogado sobre a existência do racismo, nega a discriminação vivida e, ao se autodeclarar "moreno", tentar amenizar os efeitos deletérios provenientes da autoafirmação como negro. Desse modo, essa percepção de si como "moreno" é estruturada por meio de alianças defensivas inconscientes contra o racismo a fim de amenizar suas dores.

Nesse sentido, Sampaio (2012, p. 268) afirma que o silêncio alienado em relação às questões raciais e do racismo deixa perceptível o quanto a naturalização de fatos, que não são naturais, acabam por afetar os indivíduos, cujo contexto de existência torna-se vulnerável em decorrência da contínua realimentação do trauma. Evidencia-se que o racismo é uma ideologia que possui distintas facetas, por vezes sendo explícita, sutil, camuflada, mas sendo sempre uma forte estratégia causadora de sofrimento psíquico e de usurpação de direitos de cidadania para as pessoas discriminadas.

O sofrimento psíquico é caracterizado, na maioria das vezes, pela invisibilidade e individualidade por se processar internamente, é um tipo de sofrimento que em muitos casos não encontra eco, identificação. Quando tratamos de um sofrimento psíquico que se origina em um fato histórico banalizado e naturalizado que é o racismo, temos uma construção altamente deletéria. Como já apontamos, a sociedade em que vivemos não admite verdadeiramente o racismo como parte integrante da sua espinha dorsal. Esse mal sempre habita no outro e nunca em si mesmo e a importância da sua reflexão é sempre erroneamente ou quem sabe estrategicamente vinculada às questões de classe. Como refletir e cuidar de algo que não existe? Como lidar com esse paradoxo insolúvel?

A perversidade existente nesse processo está justamente em se invisibilizar o que está clara e limpidamente visibilizado, mas não verbalizado, não admitido, não permitindo, deste modo, a cura e a elaboração do trauma (SAMPAIO, 2012, p. 268).

Desse modo, segundo o Ministério da Saúde (2018), por meio da cartilha “Óbitos por suicídio entre adolescentes e jovens negros: 2012 a 2016”, os jovens negros são os mais afetados pelo suicídio, como resultado do preconceito e discriminação racial e à configuração do racismo institucional. Por diversas vezes, o contexto das queixas raciais são vistas com indiferença, tratadas como algo pontual, mas não corriqueiro, que, geralmente, transfere culpa ao indivíduo vítima de preconceito. Nesse sentido, o tabu relacionado ao tema do suicídio e o racismo estruturado contribuem para o silenciamento em torno do assunto, além das dificuldades de se debater livremente sobre a questão. Ademais, a cartilha elenca que dentre as principais causas associadas ao suicídio negro estão o “não lugar”, ausência de sentimento de pertença, sentimento de inferioridade, rejeição, negligência, maus tratos, abuso, violência, inadequação, inadaptação, sentimento de incapacidade, solidão e isolamento social. Além desses, outros fatores relacionados apontados são a não aceitação da identidade racial, sexual e afetiva, de gênero e de classe social.

De acordo com Silva (2011, p. 77), “a igualdade racial, entre outras, numa sociedade desigual, poderia constituir-se em ameaça aos privilegiados, daí a insistência na negação da discriminação, do preconceito e do racismo na nossa sociedade [...]”. Segundo Hasenbalg (2005, p. 254), “a imagem da harmonia étnica e racial como parte de uma concepção ideológica mais ampla da ‘natureza humana’ brasileira é associada a um mecanismo de legitimação destinado a dissolver tensões, bem como a antecipar e controlar certas áreas de conflito social”. Conforme documento da UNESCO, “a crença de que neste país não há racismo subsidia discursos, posturas e comportamentos que tendem a dificultar as discussões sobre raça e racismo” (UNESCO, 2006, p. 172).

No que se refere ao enfrentamento da dimensão segregacionista e racista destaca-se a ausência de debates relacionados a temática racismo e saúde mental no âmbito da Reforma Psiquiátrica. Geralmente, eventos da área não abordam a temática do racismo e seus efeitos nas subjetividades. Tal realidade explicita o desafio de mudança da cultura racista até mesmo no setor da Reforma Psiquiátrica (IGNÁCIO; MATTOS, 2019, p. 73). Segundo Zamora (2012, p. 564), “a subjetividade é algo modelado,

produzido por processos coletivos, institucionais, sociais, que atravessam os indivíduos".

Diante do que foi exposto, evidencia-se que os indivíduos negros

Não conseguindo exercer um impacto sobre o mundo social, eles se voltam para dentro de si mesmos. O principal problema desta atitude está na contradição em buscar a liberdade escondendo-se dela. A liberdade requer visibilidade, mas, para que isto aconteça, faz-se necessário um mundo de outros. Esquivar-se do mundo é uma ladeira escorregadia que, no final das contas, leva à perda de si. Até mesmo o auto-reconhecimento requer uma colocação sob o ponto de vista de um outro (FANON, 2008, p. 16).

Nesse sentido,

Chamar a atenção sobre os impactos do racismo na formação de uma criança é reconquistar os valores e as atitudes que possibilitam o reconhecimento da riqueza da diversidade brasileira; e de como essa riqueza tem valor como bem imaterial para nossas crianças e adolescentes, gerando uma sociedade mais justa (UNICEF, 2010, p. 12).

Desde a infância, a criança negra brasileira sente o impacto do racismo no âmbito da socialização. Crescer numa sociedade que constantemente delimita lugares, profissões e ambientes possíveis de se estar não é fácil. Viver em uma sociedade onde jovens negros são mortos ou encarcerados em massa também é ruim (BORRET *et al.*, 2020, p. 5).

Percebemos que a sociedade branca não passa por dificuldades que os negros vivem diariamente. Uma criança negra convive diariamente com a desvalorização da arte, cultura e religiosidade de matriz afro, fato não vivido pela criança branca (BORRET *et al.*, 2020, p. 5).

2.1.5.3 Infância e racismo: a escola como espaço plural

Levando em conta a configuração de preceitos discriminatórios, por infantes, com maior ênfase no período escolar. Silva (2017, p. 8) afirma que muitas vezes os “estudantes negros sofrem *bullying* no ambiente escolar por não se enquadrarem no padrão de branquitude imposto pela sociedade, assim, as crianças por estarem influenciadas por esse meio acabam reproduzindo essas ideias racistas”.

Em uma sociedade, como a brasileira, onde predomina a visão preconceituosa em relação ao negro e a identificação positiva do branco, a identidade construída durante o processo de socialização terá por base a instituição de esteriótipos negativos sobre negros. Nesse sentido, se é possível construir essa imagem negativa neste processo de socialização

também é factível a estruturação de uma imagem positiva (CAVALLEIRO, 1999, p. 40).

A compreensão da dinâmica das relações multiétnicas no âmbito da educação infantil representa, um recurso de avanço no combate ao racismo brasileiro, e às desigualdades predominantes na sociedade. O entendimento desta questão no cotidiano da educação é condição sine qua non para se arquitetar um projeto novo de educação que possibilite a inserção social e o desenvolvimento igualitário dos indivíduos. Tal fato contribuiria para desenvolver nas pessoas um pensamento menos comprometido com a visão dicotômica de inferioridade/superioridade dos grupos étnicos. A possibilidade de as crianças receberem uma educação igualitária, desde os primeiros anos escolares, representa um dever de toda a sociedade, pois as crianças dessa faixa etária ainda são desprovidas de autonomia para aceitar ou negar o aprendizado proporcionado pelos mediadores, tornando-se vítimas indefesas dos preconceitos e estereótipos difundidos no dia-a-dia (CAVALLEIRO, 1999, P. 40).

Quando refletimos sobre as relações no contexto da escola e com a família dos alunos negros, fica nítido a reprodução das desigualdades entre brancos e negros no Brasil, estruturada numa relação assimétrica de dominação e subordinação, enquanto no seio familiar, percebemos que essas diferenças são silenciadas (MARTINS; GERALDO, 2013, p. 59). Muitos pais transferem aos filhos normas de acomodação diante de fatos de racismo e discriminação racial ou ratificam o branqueamento, como forma de integrar-se aos grupos sociais, uma vez que também são vítimas da imposição da ideologia hegemônica (SILVA, 2011, p. 111).

Os efeitos psicológicos como consequências da violência do racismo podem se apresentar de diversas formas [...]. Sua autoestima é prejudicada devido ao fato das autopercepções e autoconceitos serem construídos também na relação entre iguais, e nesse ambiente os traços pertencentes à raça negra serem desqualificados, invisibilizados, negados. [...] Podem também apresentar um alto grau de ansiedade pela constante busca de serem aceitas nos grupos [...]. Os efeitos psicológicos também podem se apresentar através do sentimento de inferioridade, de uma insegurança diante de situações nas quais a criança já se encontraria com competências para solucionar. E em um grau de sofrimento psíquico que requer cuidados diferenciados, as crianças negras podem adoecer de depressão (FONSÊCA, 2015, p. 6).

As crianças negras ainda vivem em contextos de desigualdades. São vítimas do racismo nas ruas, nos hospitais, nas escolas e, por vezes, dentro de seus lares. Enfrentam cotidianamente situações de discriminação, de preconceito ou segregação. Uma simples palavra, um gesto ou um olhar desconfiado pode despertar sentimento de inferioridade na criança que, muitas vezes, inconscientemente, tende a desvalorizar e negar suas tradições, costumes e identidade (UNICEF, 2010, p. 4).

Nesse sentido, Schucman (2018) traz como resultado de sua

pesquisa etnográfica o relato de uma jovem que sofreu racismo dentro do próprio contexto familiar. Ele, fruto de um relacionamento interracial, sua mãe, branca, nunca aceitou seu esteriótipo e o seu pai, preto, sempre se colocou em uma condição subalterna a mãe, situação que fez a mesma internalizar significados negativos sobre si. A negação à aceitação de sua cor, seu cabelo, seu corpo, foi intensificado pelo ódio explícito da mãe por sua negritude. Mostrando sua dor e revolta, aos 33 anos de idade, ela ainda sente o impacto da violência discriminatória sofrida na infância, como pode ser observado em seu relato:

É... A terapia hoje me ajudou. Hoje eu faço terapia para inclusive lidar com essas questões, eu não consigo ver o lado positivo ainda no social, no campo público, de luta, de dizer: ah, não, eu vou lutar pelos meus ancestrais, eu vou lutar pela minha família para que a gente tenha acesso aos direitos que nos foram negados, a humanidade que nos foi negada, mas eu vou ser muito sincera com você: no campo privado, é muito difícil ainda pra mim. É muito difícil. Eu estou trabalhando isso na terapia e eu sei que vou conseguir um dia me olhar no espelho e não ver aquela criança que eu fui. Porque, ainda hoje, quando eu olho no espelho no campo privado, eu vejo aquela criança que eu fui, ainda dói. Eu não consigo me livrar disso ainda. É muito doído. É muito doído... Mas eu vou ver, eu vou conseguir (SCHUCMAN, 2018).

No contexto educacional, a falta de identificação da criança negra com a escola corrobora para o fracasso escolar, repetências, evasões e mais tempo para a formação. Como resultado, é provável que os negros fracassem em algum momento da vida, bem como, tenham comportamento negativo diante das adversidades, insegurança na tomada de decisões e desestímulo em conhecer a sua própria história (SILVA, 2011, p. 25). Para Rocha (2017, p. 7), “na educação, são os/as negros/as que ingressam mais tardiamente aos espaços escolares e são os/as que saem (evadem) mais precocemente”.

Desse modo, tal realidade apresenta-se como algo totalmente antagônico ao artigo 90 do Estatuto da Igualdade Racial, que ratifica o direito da população negra a estar inserida ativamente nas atividades esportivas, culturais, educacionais e de lazer coerentes com o que se anseia, a fim de valorizar sua contribuição no patrimônio cultural de sua comunidade e da sociedade brasileira.

Sendo assim, segundo Fernandes e Souza (2016), é preciso educar abrindo espaço para as africanidades, a fim de possibilitar um diálogo transformador e humanizador, o qual permite de forma geral, e não somente aos negros, a aquisição de conhecimentos estruturados com base na memória e tradição. Nesse contexto, estabelece-se um contraponto à cultura

eurocêntrica permanente na escola, permitindo, assim, corrigir distorções históricas que perpetuam na sociedade, além de contribuir para a efetivação da lei federal 11.645/08 que inclui no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”:

§ 1º O conteúdo programático a que se refere este artigo incluirá diversos aspectos da história e da cultura que caracterizam a formação da população brasileira, a partir desses dois grupos étnicos, tais como o estudo da história da África e dos africanos, a luta dos negros e dos povos indígenas no Brasil, a cultura negra e indígena brasileira e o negro e o índio na formação da sociedade nacional, resgatando as suas contribuições nas áreas social, econômica e política, pertinentes à história do Brasil. (BRASIL, 2008).

Mesmo com a ampliação dos debates sobre os malefícios do racismo e da discriminação racial, no Brasil, existem escolas que ainda seguem um currículo eurocêntrico, no qual enfatiza-se a supremacia branca na sociedade. Nestes currículos, é comum associar a história dos negros à escravidão, como se toda sua ancestralidade tivesse surgido na travessia do Atlântico. Os estudantes brancos têm como referência os povos europeus e asiáticos, apresentados de maneira promissora. Já os antepassados dos estudantes negros são apresentados como escravos, bens de capital, 'peças'. Alguns materiais didáticos apresentam a África como um continente pobre, 'desorganizado' politicamente, tomado por doenças e assolado pela fome. Este contexto fortalece o sistema de dominação e propaga o modelo de educação branco eurocêntrica. A forma como o professor transmite a história da humanidade pode afetar negativamente o estudante, sobretudo, a criança negra (FIABANI; FIABANI, 2020, p. 631).

Nesse sentido, o Ministério da Educação afirma que

Reconhecer exige a valorização e respeito às pessoas negras, à sua descendência africana, sua cultura e história. Significa buscar, compreender seus valores e lutas, ser sensível ao sofrimento causado por tantas formas de desqualificação: apelidos depreciativos, brincadeiras, piadas de mau gosto sugerindo incapacidade, ridicularizando seus traços físicos, a textura de seus cabelos, fazendo pouco das religiões de raiz africana. Implica criar condições para que os estudantes negros não sejam rejeitados em virtude da cor da sua pele, menosprezados em virtude de seus antepassados terem sido explorados como escravos, não sejam desencorajados de prosseguir estudos, de estudar questões que dizem respeito à comunidade negra (BRASIL, 2004, p. 12).

A abordagem desse tema não é novo, muito menos fácil, entretanto é extremamente necessário em um país onde as discriminações são responsáveis por determinar possibilidades de vida distintas para milhões de brasileiros que carregam o fardo de pertencerem a grupos historicamente inferiores – negros e índios - os quais são negadas as condições

necessárias para o desenvolvimento igualitário (SANTOS, 2007, p. 10). Assim, o debate sobre o tema torna-se ainda mais relevante na medida em que, segundo Rocha (2011, p. 36),

[...] imagens estereotipadas induz a criança negra a inibir suas potencialidades, limitar suas aspirações profissionais e humanas e bloquear o pleno desenvolvimento de sua identidade racial. Cristaliza-se uma imagem mental padronizada que diminui, exclui, sub-representa e estigmatiza o povo negro, impedindo a valoração positiva da diversidade étnico-racial, bloqueando o surgimento de um espírito de respeito mútuo entre negros e brancos e comprometendo a idéia de universalidade da cidadania.

Cavalleiro (1999, p. 42), ao realizar uma pesquisa através da observação sistemática do cotidiano escolar e as relações ali estabelecidas, observa uma idealização concernente à escola de educação infantil na medida em que a mesma é caracterizada como um espaço neutro, de convivência ideal e livre de preconceitos, onde as crianças, segundo as professoras, são indivíduos distantes do preconceito étnico, já que os mesmos não demonstravam em suas atitudes indícios de que tenham interiorizado a discriminação e o preconceito étnico.

Entretanto, ao interrogar uma criança negra, Cavalleiro (1999, p. 42) observa contradição entre o que os docentes relatam e entre o contexto apresentado pelos infantes, sendo possível perceber diferenças de tratamento associadas a origem étnica. Nesse sentido, ao perguntar para uma menina de seis anos se as crianças brincavam com ela obteve a seguinte resposta: “(...) só quando eu trago brinquedo. Porque eu sou preta. A Catarina branca um dia falou: ‘Eu não vou ser tia dela (da própria criança que está narrando) ‘A gente estava brincando de mamãe. A Camila que é branca não tem nojo de mim’”. No fim, Cavalleiro interrogou a ela se as outras crianças tinham nojo dela e ela afirmou: “têm”.

Além disso, a mesma autora analisa a percepção das professoras a respeito do tema, instaurando-se uma contradição com o que foi dito inicialmente, pois o racismo aparece de forma estereotipada em suas falas, na medida em que as mesmas justificaram a existência do racismo à repulsa ao cheiro dos negros. Sendo assim, uma das professoras relata:

(...) o preconceito de raça, se você pensar bem, geralmente é em matéria de cheiro. Uma pessoa que é negra, a pele, a melanina faz com que o cheiro fique mais forte. Hoje em dia, esse preconceito de cheiro já melhorou muito com os produtos modernos das nossas indústrias – os desodorantes, as minâncoras da vida (pomadas). Estes tipos de antitranspirantes fazem com que não exista o cheiro. Não havendo o cheiro, não existe o porquê de o branco não conversar com o preto e vice-

versa. (CAVALLEIRO, 1999, p. 42)

A fala apresentada, de forma extremamente preconceituosa, leva à reflexão pela autora sobre qual seria a categoria que estariam inseridas essas crianças negras com as quais as docentes se relacionam cotidianamente, qual o tipo de relação estabelecida e, diante da visão apresentada pela professora, o que podem as crianças negras e brancas compreender sobre si e sobre os outros indivíduos.

Ademais, no que se refere ao comportamento do professor em relação a um conflito em que uma das crianças agride a outra pela sua cor, Cavalleiro (1999, p. 43) traz o depoimento de uma menina negra, segundo a mesma, as crianças a xingam "(...) de preta que não toma banho. Só porque eu sou preta elas falam que eu não tomo banho. Ficam me xingando de preta cor de carvão. Elas me xingaram de preta fedida. Eu contei para a professora e ela não fez nada.

Outro aspecto observado na escola, pela autora supracitada, foi como as crianças se relacionavam nos espaços destinados ao tempo de brincar. Nesse sentido, o parque foi o lugar analisado e onde se observou situações concretas de preconceito e discriminação entre as crianças. Nesses espaços observou-se que as crianças expressavam com bastante tranquilidade comentários depreciativos a respeito das crianças negras. E, diante do preconceito e da discriminação, as crianças negras permaneceram caladas, optando por se dirigir a outro grupo, ou brincar sozinhas em seu canto, como se nada tivesse acontecido (CAVALLEIRO, 1999, p. 43).

Diante desse contexto, observa-se q o silêncio das professoras em relação às diferenças étnicas no espaço escolar e o silêncio das crianças negras diante dos conflitos, de certo modo, conferem às crianças brancas o direito de repetir tais atos (CAVALLEIRO, 1999, p. 43). Quando os professores silenciam diante dos conflitos étnicos, as crianças negras se sentem desamparadas e as crianças brancas se sentem afirmadas. No subconsciente da criança branca fica registrado o pensamento: "ainda bem que não sou dessa cor".

Cavalleiro traz também a questão da diferenciação do tratamento, dos afetos, oferecidos para a criança branca e para a negra. Aquelas são privilegiadas na relação professor/aluno, são mais elogiadas, abraçadas e beijadas, enquanto essas sofrem com a indiferença, ferindo sua autoestima. A indiferença afetiva dos professores em relação às crianças negras fazem

as mesmas pensarem que não são merecedoras de carinho, de amor e compreensão.

Assim, torna-se perceptível que o racismo é algo latente na vida do negro desde a infância e abarca contextos diversos de manifestações. Nesse sentido, é necessário uma mudança de perspectiva social e postura coletiva de cada sujeito inserido na formação e constituição educacional dos indivíduos, para que seja possível existir um futuro livre da diferenciação racial humana e do preconceito que segrega e mata.

Conforme afirmou Silvio Almeida, o racismo no Brasil é estrutural. A escola faz parte desta estrutura macro, ou seja, o racismo permeia todas as instâncias da escola, desde o ambiente físico à atitude passiva da maioria dos professores. Neste sentido, cumpre-se à risca a ordem estabelecida quando o Brasil foi colonizado pelos europeus: ao branco os benefícios, aos negros e indígenas, o trabalho. Qualquer tentativa de subversão a esta ordem, pune-se com exclusão ou encarceramento (ALMEIDA, 2019).

Todos nascem sem saber o que é o ódio, pois no período infantil, principalmente quando recém-nascido, o indivíduo não sabe nada a respeito de preconceitos ou valores socioculturais, mas a partir do processo de crescimento ele vai tomando consciência das normas e valores, tanto positivos como negativos. Nesse processo, então, o indivíduo é influenciado pelas pessoas e pelo meio e nesse caminho passa a ter concepções negativas relacionadas às diferentes gerações que habitam o Brasil, ou seja, a diversidade cultural representada pela cor, origem ou religião. Desse modo, através de ações, principalmente na escola, é repassada a ideia relacionada ao racismo. Entretanto, se assim é feito, também é possível, se houver esforços, que essas mesmas ideias racistas sejam desconstruídas (ALVES, 2012, p. 7).

2.1.5.4 Racismo desde a infância: distintos âmbitos de segregação

Podkameni e Guimarães descrevem com precisão a maneira como a representatividade positiva é importante na formação da identidade da criança negra. Também foram precisos ao citar como se dá a desconstrução da identidade positiva em uma sociedade racista como a nossa.

[...] a partir do momento que a criança negra ensaia os primeiros passos fora do âmbito familiar, a discriminação do meio ambiente começa a agir

atacando o invólucro (a cor de sua pele, seus cabelos, suas feições) que foi até esse momento representativo de um eu seguro. Eu seguro porque decorrente do interjogo estabelecido pela identificação natural da mãe e do pai afro-descendentes [...] através do seu olhar e de suas práticas de cuidado, fruto da capacidade de amar [...] projetam e espelham para sua criança, a imagem do Eu querido e desejado, que ela criança vai introjetar e incorporar em sua própria representação de si [...] no entanto, essa representação de si é espelhada de forma negativa [...] (e) o Eu que até esse ponto era sentido e vivido como seguro, sofre uma ferida e se fragiliza. Sofre uma ferida e se fragiliza porque no seu núcleo familiar o limite, a falta, o novo, a diferença, convida e encontrava derivações através do criativo, porque margeados pelo encanto dos mecanismos de identificação e tolerância afetiva [...] a contradição criada por nossa sociocultura relaciona-se ao fato de que a diferença natural e comum, como a cor da pele, o cabelo, por exemplo, é transformado em um veículo de ataque ao Eu negro-descendente, porque associada ao racismo, preconceito e discriminação. Este ataque através da desvalorização das representações que constituem este Eu (PODKAMENI; GUIMARÃES, 2004, p. 2 *apud* SAMPAIO, 2009, P. 10).

Segundo Santos (1983, p. 77), no Brasil, nascer com a pele negra e outros traços negroides, e compartilhar uma mesma história de escravidão e discriminação, não efetiva, por si só, uma identidade negra. Dessa forma, ela afirma que “ser negro é, além disto, tomar consciência do processo ideológico que, através de um discurso mítico acerca de si, engendra uma estrutura de desconhecimento que o aprisiona numa imagem alienada, na qual se reconhece”. Ser negro é tomar posse desta consciência e criar uma nova maneira de pensar que afirme o respeito às diferenças e a dignidade alheia a qualquer nível de exploração.

Assim, ainda segundo Santos, “ser negro não é uma condição dada, a priori. É um vir a ser. Ser negro é torna-se negro.” A possibilidade de estruturar uma identidade negra, tarefa política, exige como condição essencial, o antagonismo ao modelo propagado por figuras primárias, pais ou responsáveis, que ensinam as crianças negras a serem a caricatura do branco. Contestando esse modelo, o negro elabora as condições de possibilidade que lhe permitirão ter um rosto próprio.

Ser negro no Brasil representa carregar o peso da segregação perpetuada em diversos meios sociais; é ser sempre falho, menos habilidoso e inteligente, estar na direção contrária. Historicamente excluído, o negro, ainda hoje, encontra-se à margem das oportunidades e privilégios econômicos, sociais e políticos.

Nesse sentido, entre as diversas formas de atuação, o racismo se faz presente por meio do repúdio, de parcela considerável do corpo social, à adoção de crianças negras. Nesse contexto, o Cadastro Nacional de Adoção possui 33.044 pessoas dispostas à adoção, dos quais 8.911 (26%) aceitam

somente crianças brancas. Dessa maneira, as 3.788 crianças negras cadastradas ficam a margem da possibilidade de adoção. Essa restrição afeta diretamente na efetivação dos direitos humanos dessas crianças e desses adolescentes, excluídos da possibilidade de vida em núcleo familiar e dos vínculos afetivos que seriam proporcionados pelas relações de parentesco. Assim, tal contexto reflete as consequências dos estereótipos e estigmas relacionados aos negros, nos procedimentos de adoção. O imaginário de que ser negro é sinônimo de feiura, inaptidão para o estudo, desvio moral de conduta ou falta de capacidade para atividades intelectuais, por exemplo, estigmatiza a população infantojuvenil negra, influenciando concretamente os aspirantes à adoção (TEIXEIRA, 2016, P. 55).

A predileção por crianças brancas e a exclusão das negras, condenável em qualquer maneira de apresentação, persiste cotidianamente, por exemplo, nos processos de adoção, nas imagens ilustrativas de livros, nos papéis “superiores” das brincadeiras infantis, inserindo-se as tradicionais quadrilhas juninas, cuja figura do noivo e da noiva representam personagens que quase sempre são interpretados por crianças brancas, representando lugares inatingíveis por crianças negras (SILVA JR., 2016, p. 19).

A própria norma do ECA que prevê mobilizações para adoção interracial é representação dos problemas enfrentados: após vários anos de sua adoção, apesar de buscar a diminuição da violência contra crianças, quase nada tem sido feito para efetivá-la. As iniciativas são raras e desrespeito muito mais de ações voluntárias de juízes e promotores do que uma questão institucional, regular, permanente, tal como previsto pela norma (SILVA JR., 2016, p. 19).

Outra questão evidenciada como marca do racismo relacionado a criança negra é a distinção entre “menor” e “criança” que persiste no ideário social. É como se houvesse a existência de dois sujeitos distintos, oriundos de temporalidades jurídicas distintas (TEIXEIRA, 2016, p. 68).

É como se um portal se abrisse propiciando a comunicação de dois mundos, existentes em dimensões de espaço - tempo diversas: o “menor”, concebido a partir dos componentes da situação irregular do período pré-Constituição Federal de 1988, marcadamente tratado como objeto, e o adolescente, jovem a ser tratado como sujeito de direitos prioritários, de acordo com a Doutrina da Proteção Integral, vigente em nosso sistema jurídico atual (TEIXEIRA, 2016, p. 68).

A existência dessa distinção hierárquica de dois seres humanos: o “menor” se torna “menos pessoa” que o “adolescente”. Aquele seria marcado

pelos estigmas da situação irregular, enquanto esse é caracterizado como indivíduo em condição peculiar de desenvolvimento, sendo provido de direitos fundamentais que devem ser protegidos com prioridade. A configuração imagética do menor para o corpo social e para o indivíduo passa pela aceitação de estereótipos que foram construídos historicamente e que desrespeito a quem estaria em situação definida como irregular no Brasil. Dessa maneira, fica explícito que os estereótipos negativos ligados ao menor em situação irregular sejam os mesmos atribuídos de forma histórica à criança negra. É desse modo que se estrutura simbolicamente a menoridade negra (TEIXEIRA, 2016, p. 68).

Segundo o Fundo das Nações Unidas para a Infância (2012, p. 14), no que diz respeito às barreiras socioculturais, um marcante problema vivido cotidianamente pelos estudantes brasileiros é a discriminação racial. Todos os indicadores de acesso ao espaço escolar e conclusão nos estudos evidenciam que as crianças e os adolescentes negros estão em prejuízo em relação aos mesmos grupos etários da população branca.

Do total de excluídos da escola, a maioria é negra e parda: na faixa de 4 a 6 anos, 19,9% estão fora da escola, de acordo com o Comunicado nº 66 Pnad 2009 – Primeiras análises: Situação da educação brasileira – avanços e problemas, do Ipea. E a discriminação não se manifesta apenas na dificuldade de acesso, mas também na continuidade da vida escolar. A média de anos de estudo da população negra é de 6,7 anos, ante 8,4 da branca. Essa diferença indica que as taxas de repetência e abandono escolar entre as crianças e adolescentes negros são maiores que entre os brancos. É uma evidência de que a discriminação racial interfere de forma significativa no rendimento escolar dos alunos do Ensino Fundamental (UNICEF, 2012, P. 15).

Além disso, segundo pesquisa de Barbosa e Oliveira (2008, p. 25), 70% dos 3 milhões de meninas que estão sujeitas à exploração sexual são negras. O número é bastante alto quando se compara o total da população brasileira de meninas negras com idade entre 12 e 17 anos: 54%. Ademais, a taxa de pobreza das meninas negras é em torno de duas vezes superior à das meninas não-negras.

No que se diz respeito à violência, o “Mapa da Violência” de 2014 traz dados que demonstram queda no número de homicídios da população branca e o aumento no número de vítimas na população negra. Essa tendência se observa não só para a população jovem, mas para todo o conjunto da população.

Entre os brancos, no conjunto da população, o número de vítimas diminuiu de 19.846 em 2002 para 14.928 em 2012, o que representa uma queda

de 24,8%. Entre os negros, as vítimas aumentam de 29.656 para 41.127 nessas mesmas datas: crescimento de 38,7%. Mas, olhando o País como um todo, sem considerar a questão da cor, [...] foi possível constatar que não aconteceram grandes mudanças nas taxas nacionais de homicídio: em 2002, a taxa nacional foi de 28,9 por 100 mil habitantes, e em 2012, de 29,0, quase idêntica. Podemos concluir, então, que, sem grandes alterações na superfície, no atacado aconteceram profundas transformações na lógica interna da violência que precisa ainda ser trabalhada e aprofundada: a crescente seletividade social dos que vão ser assassinados. Efetivamente, no início do período analisado, as taxas de homicídio dos brancos era de 21,7 por 100 mil brancos. A dos negros, de 37,5 por 100 mil negros. Assim, em 2002, o índice de vitimização negra foi de 73: morreram proporcionalmente 73% mais negros que brancos. Em 2012, esse índice sobe para 146,5. A vitimização negra, no período de 2002 a 2012, cresceu significativamente: 100,7%, mais que duplicou. [...] Entre os jovens, a evolução foi muito semelhante, mas a partir de taxas que duplicam as da população total e com manifestações bem mais intensas: [...] o índice de vitimização de jovens negros, que em 2002 era de 79,9, sobe para 168,6: para cada jovem branco que morre assassinado, morrem 2,7 jovens negros (WEISELFSZ, 2014).

Em 2021, o “Atlas da violência” trouxe um levantamento semelhante ao ocorrido em 2014, confirmando, desse modo, a perpetuação de um processo que viabiliza a tentativa de extermínio da população negra. Nesse sentido, os dados demonstram que em 2019 os negros representaram 77% das vítimas de homicídios, com uma taxa de homicídios por 100 mil habitantes de 29,2. Comparativamente, entre os não negros a taxa foi de 11,2. Ou seja, a chance de um negro ser assassinado no Brasil é 2,6 vezes superior àquela de um indivíduo não negro. Portanto, no último ano, a taxa de violência letal contra os negros foi 162% maior que entre não negros (IPEA, 2021, p. 49).

Além disso, vemos que a redução dos homicídios ocorridos no Brasil esteve muito mais presente entre a população não negra. Entre 2009 e 2019, as taxas de homicídio tiveram uma redução de 20,3%, sendo que entre a população negra essa redução foi de 15,5% e entre os não negros 30,5%, sendo assim, a diminuição da taxa de homicídios entre os não negros é 50% superior à correspondente à população negra. Ademais, se forem considerados os números absolutos do mesmo período, houve um aumento de 1,6% dos homicídios entre negros entre 2009 e 2019, passando de 33.929 homicídios para 34.446 no último ano, e entre não negros houve uma diminuição de 33% no número absoluto de óbitos, passando de 15.249 vítimas em 2009 para 10.217 em 2019 (IPEA, 2021, p. 49).

Dessa maneira, quando observamos os índices dos casos de homicídios de jovens negros no Brasil, nos deparamos com uma realidade

espantosa, de dimensões compatíveis a trágicos contextos de genocídio que ocorreram ao longo da história mundial (TEIXEIRA, 2016, p. 76).

2.1.5.5 A invisibilidade do racismo e o branqueamento

“O invisível não é o irreal: é o real que não é visto” (KLINTOWITZ, 2010).

Em 1933, o sociólogo brasileiro Gilberto Freyre, por meio do livro “Casa- grande & senzala”, evidencia a perspectiva de que a sociedade brasileira se construiu a partir da miscigenação de bons senhores e escravos subalternos. Pauta- se em uma forma de romantizar a violência existente, ratificando a relação de poder, e oferecendo base para o que se convencionou chamar de “democracia racial brasileira”. Esta teoria afirma que o negro brasileiro é condicionado a marginalidade e submissão não pelo racismo estrutural, mas pela incompetência e inabilidade de alçar êxito, e, ao contrário, a branquitude está em condição social de poder em decorrência de seu próprio mérito, devido a sua intelectualidade e capacidade. Ainda hoje o Brasil vive sob a ótica desse mito, que silencia as opressões raciais e valoriza o conceito de meritocracia (BORRET *et al.*, 2020, p. 2).

Schucman (2018) em seu livro “Famílias inter-raciais: tensão entre cor e amor” traz os resultados de um trabalho de pesquisa de pós-doutorado que busca analisar as relações familiares que são estruturadas a partir da configuração de um núcleo familiar inter-racial e como são desconstruídas e afirmadas as relações interpessoais entre brancos e negros. Nessa perspectiva, ela sinaliza, inicialmente, a importância de compreender as formas complexas de interseccionalidades entre raça, gênero e classe que produzem escolhas afetivos- sexuais. Em seu livro ela traz, por exemplo, que em configurações familiares inter- raciais é possível identificar tanto a negação do racismo quanto sua legitimação por parte de mulheres brancas casadas com negros. Nesse sentido, como a sociedade brasileira, configura-se a ideia de hierarquia/superioridade branca ao mesmo tempo que, por vezes, tenta-se “embranquecer” o membro negro, até mesmo aniquilar no outro aquilo que possa de alguma maneira lembrar qualquer traço de negritude, o que gera danos psíquicos inestimáveis para as vítimas.

No Brasil, mesmo com leis que lutam para a eliminação do racismo e

da discriminação racial, é comum utilizar meios de silenciamento do racismo, não falando sobre, e, desse modo, fingindo que ele não existe. O que acontece é a abordagem do racismo de uma forma diferente, como por exemplo, em relação à classe social. Nesse sentido, colocando as diferenças socioeconômicas como principal fator de discriminação e desigualdades sociais, minimiza-se o racismo em nossa sociedade (BARCELOS, 2016, P. 10).

Nesse sentido, a existência velada do racismo potencializa as frustrações do indivíduo negro, fazendo-o, por vezes, inconscientemente, negar suas origens e autodepreciar sua imagem.

É preciso que haja um modelo a partir do qual o indivíduo possa se constituir – um modelo ideal, perfeito ou quase. Um modelo que recupere o narcisismo original perdido, ainda que seja através de uma mediação: a idealização dos pais, substitutos e ideais coletivos. Esse modelo é o ideal do ego. [...] O negro de quem estamos falando é aquele cujo ideal de ego é branco. O negro que ora tematizamos é aquele que nasce e sobrevive imerso numa ideologia que lhe é imposta pelo branco como ideal a ser atingido e que endossa a luta para realizar este modelo. [...] Na construção de um ideal de ego branco, a primeira regra básica que ao negro se impõe é a negação, o expurgo de qualquer “mancha negra” (SOUZA, 1983, p. 34).

Sendo assim, o negro nega a si mesmo e ao racismo, abordando sempre a questão da meritocracia, afirmando que basta o esforço individual, e sinalizando exceções que ratificam a regra, desse modo, negando o racismo e sua pertença a um grupo supostamente inferior. Posicionamentos que inferiorizam o negro e estabelece um distanciamento dos estereótipos ligados a raça são comuns. O indivíduo se coloca enquanto diferente dos negros de forma geral, distanciando-se de sua raça e se diferenciando do restante do grupo, o que também dificulta organizações coletivas (BARCELLOS, 2016, p. 20).

A autodesvalorização e conformismo, atitude fóbica, submissa e contemporizadora são experiências vividas pelos negros; por não responderem às suas próprias expectativas, sentem-se humilhados, intimidados e decepcionados consigo, pois não possuem um ideal realizável pelo ego (BARCELLOS, 2016, p. 41).

Santos (1983) em seu livro “Torna-se negro” traz o relato impactante da jovem negra Luísa, que internalizou o discurso perpetuado pela sua avó desde a infância. Nesse contexto, a mesma não se enxerga como negra e nega qualquer possibilidade de relacionamentos afetivos com pessoas negras, pois, segundo a sua avó, “preto não presta, é ladrão e sujo”. Sendo

assim, todos os seus relacionamentos afetivo-sexuais são com homens brancos, com duas exceções, no entanto. Entretanto, tais experiências foram frustrantes, a medida em que, ao realizar o ato sexual com um dos indivíduos negro, configura-se em Luísa uma sensação terrível de nojo/luto, o que coloca a mesma em antagonismo aos ideais defendidos por sua avó racista e, conseqüentemente, por ela, deixando-a momentaneamente perturbada.

Nesse contexto, seguindo a busca pelo amor ideal, Luísa entra em relacionamentos, com brancos, que a coloca em situação de desvalorização e pseudovalorização, onde é vista como amante, como aquela que é capaz de “tirar a homossexualidade” de um indivíduo e a que não pode ser apresentada como namorada. Assim, carregando os ideais absorvidos na infância de que o único ser digno de apreço e consideração era o branco, Luísa aprende a depreciar e rejeitar seus valores e visualiza que essas situações seriam fruto de outras questões, mas não do racismo (SANTOS, 1983).

Histórias como a de Luísa se repetem cotidianamente e perpetuam-se por gerações entre as famílias. A falta da ampliação do diálogo, da conscientização e da busca pela real erradicação do problema, que perpassa como responsabilidade de distintos âmbitos sociais, provoca a acomodação e a efetivação da segregação e minimização do negro na sociedade.

Para alcançar uma lógica antirracista é necessário falar sobre o racismo. Mesmo com algumas medidas edificadas pelo estado, como a Política Pública de Saúde Integral da Saúde da População Negra (2007), a Lei 10639 de 2003, a Resolução do CFP de 2002, no cotidiano nem indivíduos, nem instituições, nem o estado, ninguém fala sobre o racismo, diversos são os fatores associados a esse comportamento. Nesse sentido, enquanto a sociedade não elaborar os processos pelos quais vem sendo sentidos, jamais serão superadas tais barreiras (BATTISTA, 2016, p. 19).

2.1.5.6 O acesso à saúde pela população negra

A medicina ocidental moderna foi e é um forte meio de manutenção do racismo, na medida em que consolida teorias raciais biológicas infundadas, que foram importantes bases para a estruturação da medicina

no Brasil e justificaram a utilização de corpos negros para treinamentos experimentais e avanços da biomedicina. Nos dias atuais, através do silenciamento ou indiferença às influências do racismo no processo de saúde/doença da população negra e na maneira como é ofertado o cuidado em saúde para esta população, a hierarquização racial é perpetuada, como sinaliza a Política Nacional de Saúde Integral da População Negra (PNSIPN). Um pensamento equivocado que é transmitido no campo da saúde é pensar a saúde da população negra no que diz respeito apenas a diversidade cultural (BORRET *et al.*, 2020, p. 3).

A Política Nacional de Saúde Integral da População Negra, da portaria n° 992, de 13 de maio de 2019,

embasada nos princípios constitucionais de cidadania e dignidade da pessoa humana (BRASIL, 1988, art. 1º, inc. II e III), do repúdio ao racismo (BRASIL, 1988, art. 4º, inc. VIII), e da igualdade (BRASIL, art. 5º, caput). É igualmente coerente com o objetivo fundamental da República Federativa do Brasil de "promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação" (BRASIL, 1988, art. 3º, inc. IV) (BRASIL, 2009).

Nesse sentido, a PNSIPN tem como marca o "Reconhecimento do racismo, das desigualdades étnico-raciais e do racismo institucional como determinantes sociais das condições de saúde, com vistas à promoção da equidade em saúde". No entanto, apesar de estabelecido por documentos oficiais, ainda não é efetiva tal realidade, na medida em que os negros têm, por vezes, o cuidado em saúde negligenciado.

Sendo assim, uma questão atual que ratifica tal panorama de indiferença é a pandemia de Covid-19, a qual tem deixado explícito as tentativas de invisibilizar os impactos do racismo no processo de adoecimento e morte da população negra. Seja na falta de compromisso com a produção e análise de dados desagregados, na falta de meios para garantir acesso a serviços de saúde ou no deficit de políticas públicas para enumerar a vulnerabilidade da população negra à Covid-19, o Brasil reproduz, então, a política de genocídio que se perpetua desde o período escravocrata. No âmbito da produção de cuidado, a pandemia deixa evidente o despreparo de profissionais em perceber os impactos do racismo e em como acolhê-los e lidar com eles. O despreparo da formação e a perpetuação do racismo interpessoal são responsáveis por hipóteses diagnósticas equivocadas, negligência e iatrogenia no tratamento da doença, com resultados desfavoráveis para a população negra (BORRET *et al.*, 2020, p. 5).

O racismo é um determinante social fundamental da saúde, que é um impulsionador das iniquidades na saúde. A Organização Mundial da Saúde define os determinantes sociais da saúde como “as condições em que as pessoas nascem, crescem, vivem, trabalham e envelhecem”. Esses determinantes são influenciados por fatores econômicos, políticos e sociais ligados às desigualdades em saúde (desigualdades evitáveis em saúde entre grupos de pessoas dentro das populações e entre países). Essas iniquidades em saúde não são o resultado de escolhas individuais de comportamento ou predisposição genética, mas são causadas por condições econômicas, políticas e sociais, incluindo o racismo (TRENT; DOOLEY; DOUGÉ, 2019, p. 2, tradução nossa).

O Ministério da Educação, por meio da resolução nº 3, de 20 de junho de 2014, institui as Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Medicina, as quais representam a efetivação da obrigatoriedade da inserção do estudo das relações étnico-raciais nas escolas médicas:

Art. 5º Na Atenção à Saúde, o graduando será formado para considerar sempre as dimensões da diversidade biológica, subjetiva, étnico-racial, de gênero, orientação sexual, socioeconômica, política, ambiental, cultural, ética e demais aspectos que compõem o espectro da diversidade humana que singularizam cada pessoa ou cada grupo social (BRASIL, 2014)

Entretanto, apesar de existir a norma, não são fornecidas as ferramentas necessárias para a estruturação de uma educação antirracista nesses meios. “Para promover um ambiente educacional e um processo de ensino-aprendizagem pautado na integralidade do cuidado e na equidade racial, é preciso reconhecer o racismo como fator que atravessa a construção de subjetividade” de todos os brasileiros (BORRET *et al.*, 2020, p. 5).

Twine (1997, *apud* BORRET *et al.*, 2020, p. 5)

propõe o letramento racial como caminho para acessar os impactos do racismo. De maneira resumida, são propostas cinco ações: o reconhecimento dos privilégios de ser branco numa sociedade racializada; a compreensão do racismo como prática atual que se mantém e se reproduz nas relações sociais; o entendimento de raça como uma construção social dinâmica e variável; assumir e reproduzir uma gramática e um vocabulário raciais, percebendo opressões naturalizadas em discursos e expressões; e o desenvolvimento da capacidade de interpretar situações, práticas e códigos de maneira racializada, de modo a identificar possíveis naturalizações de reprodução do racismo.

Faustino (2019, p. 92) traz uma reflexão extremamente relevante a respeito da empatia quando relacionada ao jovem negro e aos seus familiares. Nesse sentido, quando se diz respeito a morte de um jovem negro vítima da violência urbana, o que se visualiza não é a constituição de uma rede de apoio e solidariedade para com a família, mas sim o enquadramento público do mesmo como suspeito. O negro é o suspeito

até que prove o oposto, e os dados disponíveis da violência urbana explicitam que, na maioria das vezes, ele não consegue provar. Há uma distribuição desigual da capacidade da sociedade se solidarizar com essa dor.

Ainda segundo Faustino, essa histórica e socialmente determinada desigualdade da empatia explica a escassa referência ao racismo e aos escritores negros na formação de distintas profissões da saúde mental, como a psicanálise, e faz alerta sobre as implicações concernentes à prática desses profissionais. Assim, tem sido cada vez mais presente a busca por profissionais negros, na medida em que parcela da população negra passa a acessar determinados manejo clínicos que não tinha acesso, com o argumento de que um profissional branco poderia não entender suas dores e questões (FAUSTINO, 2019, p. 92)

Nesse sentido, se os dispositivos de cuidado não se atentarem a essa abordagem, correm o risco de estruturar-se, tanto pela ação quanto pela omissão, em uma outra experiência de violência e negação, reproduzindo a lógica colonial (FAUSTINO, 2019, p. 93).

2.1.6 METODOLOGIA

2.1.6.1 Tipo de estudo

Trata-se de um estudo com abordagem qualitativa do tipo etnográfico. A pesquisa qualitativa busca a resposta para questões muito particulares. Ela tem como preocupação, nas ciências sociais, um nível de realidade que não pode ser quantificado. Nesse sentido, ela trabalha com um contexto de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que está relacionado a um âmbito mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à objetividade das variáveis (MINAYO, 1994, p. 21).

Os/as autores/as que seguem tal corrente não estão preocupados em quantificar, mas, sim, na compreensão e explicação de como estão estruturadas as relações sociais, que, por sua vez, são formadas por crenças, valores, atitudes e hábitos. Trabalham com a vivência, com a experiência, com a cotidianidade e também com a compreensão das estruturas e instituições como derivados da ação humana propiciada. Dessa

maneira, a linguagem, as práticas e as coisas não podem ser separadas (MINAYO, 1994, p. 24). Nessa perspectiva, considera que o fenômeno ou processo social deve ser compreendido nas suas determinações e transformações estruturadas pelos sujeitos. Compreende uma relação de oposição e complementariedade entre o mundo natural e social, entre o que se pensa e o material. Defende-se a necessidade de se trabalhar com a complexidade, com a especificidade e com as distinções que os imbrólios e/ou “objetos sociais” apresentam (MINAYO, 1994, p. 25).

A pesquisa qualitativa de natureza etnográfica considera a especificidade das ações, as perspectivas e significado dos atores sociais. O grupo de maior incidência de interesse como participantes é aquele formado por pessoas diferentes, e, de acordo com essa denominação, passíveis de serem negligenciados em outras abordagens de pesquisa por não fazerem parte constitucionalmente de um padrão determinado e validável para generalização para o todo da sociedade. Possuindo pouco poder de participação como membros ativos de uma sociedade – negros e mulheres, por exemplo - perfilam entre os participantes comumente encontrados em pesquisas etnográficas (MATTOS, 2011, p. 67).

Talvez a diferença básica entre a linha etnográfica de pesquisas e as outras pesquisas qualitativas é que estas buscam a natureza causal do fenômeno, ao passo que a etnografia procura entender a natureza processual, as formas como as relações são construídas em um âmbito particular ou nas interações interpessoais desenvolvidas em determinado espaço e socialmente (MATTOS, 2011, p. 68).

2.1.6.2 Local e período de realização

O estudo será realizado em duas escolas públicas, uma municipal e outra estadual, de ensino fundamental II e de ensino médio, respectivamente, localizadas na cidade de Passo Fundo/RS, no período de dezembro de 2022 a abril de 2023.

2.1.6.3 Sujeitos da pesquisa

A população do estudo consiste no público de adolescentes autodeclarados/as negros/as de 12 a 18 anos de idade que estiverem regularmente matriculados em duas escolas públicas, uma municipal e outra estadual, de ensino fundamental II e de ensino médio, respectivamente,

localizadas na cidade de Passo Fundo/RS.

Às escolas escolhidas, e que concordarem em participar, será entregue o termo de anuência para ser assinado, o qual deverá ser feito pela Secretária de Educação de Passo Fundo (Apêndice A) e pela 7ª Coordenadoria Regional de Educação do Rio Grande dos Sul (Apêndice B).

Após o consentimento institucional das escolas (Apêndice C e D), todos os adolescentes de cada turma serão convidados/as em suas salas de aula para a escrita de cartas anônimas, constando somente idade e autodeclaração étnica, relatando alguma situação de racismo vivenciado e como lidaram com a questão. Essas cartas serão coletadas para escrita e deixadas na diretoria da escola, em duas caixas (uma de coleta e outra de depósito), e em outra caixa constará o Termo de Assentimento (Apêndice E), o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido assinado pelos participantes que possuem 18 anos e o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido assinado pelos responsáveis (Apêndices F e G), que também deverão ser coletados e depositados em outras caixas presentes na diretoria. Todas as caixas estarão identificadas e fechadas, sob cuidados da direção da escola. Ao todo serão quatro caixas, duas para coleta das cartas e termos (Apêndices H e I) e duas para depósito das cartas e termos (Apêndices J e K). O controle será realizado mediante utilização de senhas (Apêndices L e M): quando o estudante for retirar os termos para assinatura ele deverá levar um bloco com os três termos grampeados com um número, após retornar com os termos assinados (somente aqueles que enquadram-se com sua situação, por exemplo, participantes com 18 anos assinam somente o TCLE), e depositar em caixa identificada de depósito, para pegar o material da escrita da carta ele deverá pegar a folha grampeada com o mesmo número que constava no bloco dos termos. A devolução da carta também deverá ser feita em caixa identificada de depósito na direção da escola. Os estudantes terão até doze dias, a partir do momento em que os pesquisadores foram até a escola fazer o convite e deixar as caixas, para entregar os termos e até quinze dias, a partir do mesmo momento, para entregar as cartas. Todos esses passos serão realizados de forma individual, de modo que os estudantes poderão ir até a direção em qualquer momento pegar ou devolver o material no espaço indicado, e os estudantes produzirão as cartas em casa. Após os doze dias, as caixas de coleta e devolução dos termos serão retiradas do ambiente e guardadas pela direção da escola e ficarão disponíveis somente as caixas de coleta e

devolução das cartas. Além disso, no grampeamento da carta haverá dois papeis de números semelhantes, pois um destes deverá ser destacado pelo estudante e guardado para que possa ser utilizado como senha para a participação no grupo focal. Todos esses detalhes serão explicados previamente para os/as adolescentes na primeira ida até a escola pela discente autora, no momento de orientação sobre a escrita da carta.

Juntamente ao convite oral para escrita da carta (Apêndice N) os/as adolescentes serão convidados para participação de um grupo focal ofertado em ambiente reservado e sigiloso, sem exposição do conteúdo das cartas, mas com o objetivo de discutir sobre os efeitos psíquicos do racismo e formas de enfrentamento. O grupo focal será realizado em ambiente fechado, preferencialmente uma sala de aula ou outro espaço semelhante que não esteja sendo utilizado no momento, previamente organizado pela discente autora e pela escola. Os participantes serão organizados em formato de círculo.

A amostra de estudo será composta por duas populações de adolescentes, uma em cada escola, que se sentirem à vontade em escrever cartas sobre o tema sugerido e, se quiserem, participar de um grupo focal em cada escola.

O estudo será realizado durante o período letivo dos estudantes, por isso foi definido no cronograma a data de coleta dos dados de dezembro 2022 a abril de 2023, já que serão quatro encontros ao total com as duas escolas e, caso não seja possível fazer todos os encontros antes das férias de dezembro/fevereiro, existe a possibilidade de continuar em março/abril de 2023.

Serão incluídos neste estudo, adolescentes autodeclarados/as negros/as, que apresentam faixa etária entre 12 e 18 anos, mediante seu assentimento, consentimento, daqueles com 18 anos de idade, e consentimento dos/as seus/suas respectivos/as responsáveis legais, para aqueles menores de 18 anos, que estiverem matriculados na escola que autorizou o estudo. Para tanto, esses/as adolescentes necessitarão disponibilizar um tempo para escrever a carta e, se for sua vontade, cerca de uma hora e meia para realização de grupo focal e questionário sociodemográfico prévio, e posteriormente receberão a restituição da pesquisa através de *folders* coletivos elaborados para educação antirracista e/ou individualmente se assim solicitarem, sem a identificação pessoal, preservando a manutenção do sigilo das informações.

Serão excluídos deste estudo os adolescentes que se autodeclararam negros, mas que, segundo eles, nunca sofreram nenhum tipo de discriminação/preconceito racial, os que não estiverem devidamente matriculados na escola que autorizou o estudo, bem como os que não concordarem com seu assentimento, consentimento e consentimento dos/as seus/suas respectivos responsáveis legais.

Os dados serão adquiridos, portanto, através da escrita das cartas, que serão deixadas em caixas presentes na direção da escola, as quais deverão ser produzidas somente após devolutivas dos termos de assentimentos e consentimentos em caixas específicas para as mesmas e distintas daquelas disponíveis para o armazenamento das cartas. As mesmas estarão identificadas e disponíveis em espaços preestabelecidos no ambiente escolar. Posteriormente, será realizado o convite e agendamento para o grupo focal, em cada uma das escolas que autorizou esta pesquisa, e será exposto o local e data da sua realização em uma plaquinha no mesmo local onde estarão presentes as caixas. Por meio do roteiro do grupo focal (Apêndice O) buscar-se-á conduzir a devolutiva das informações, com vista a promoção de uma educação antirracista. Participarão do grupo focal os adolescentes que apresentarem, na entrada do lugar estabelecido para a realização do grupo focal, o número que foi utilizado para controle dos termos e cartas. Então, cronologicamente a pesquisa se dará nas seguintes etapas: visita dos pesquisadores a escola para instrução sobre a escrita das cartas e possibilidade de participação no grupo focal, bem como delimitação da data do grupo focal com a escola; nova ida dos pesquisadores na escola, após quinze dias da primeira visita, para a coleta dos termos e cartas, bem como realização de novo convite para participação no grupo focal, esse convite será feito na sala, diante de todos os alunos, mas sem mencionar nomes, por meio de um convite genérico para todos aqueles que escreveram as cartas e se sentem à vontade em participar; coleta das senhas dos participantes na entrada do local de realização do grupo focal, preenchimento do questionário sociodemográfico (Apêndice P) e realização do grupo focal. O grupo focal será realizado conforme disponibilidade de horários da escola e será compartilhado o horário e local em uma plaquinha exposta próxima as caixas de coleta e depósito caixas de coleta e depósito na direção da escola, a fim de evitar a exposição a todo sobre o horário e local de realização do grupo focal.

2.1.6.4 Variáveis, instrumentos e coleta de dados

A técnica da escrita de cartas e do grupo focal serão utilizadas como meio de apreensão dos dados. A carta, missiva ou póstula possibilita a comunicação manuscrita ou impressa com um ou mais indivíduos que estejam, em sua maioria ausentes do lugar e do tempo de onde se escreve. A escrita das cartas traz consigo a preocupação do entendimento do outro e/ou a insegurança e a vergonha de escrever para alguém que, do outro lado do papel e em outro lugar, vai penetrar nas palavras, nos sentidos das narrativas e nas histórias de vida de quem escreveu (MORAES, 2006).

A carta é um gênero primário do discurso disposto a refletir a individualidade daquele que escreve. Ela pode permitir, de forma bastante acentuada, a transmissão da palavra do autor para o seu destinatário. A alternância de falantes está presente, pois se trata de um gênero mais próximo da oralidade e, dessa maneira, viabiliza a quem escreve dizer tudo aquilo que queria dizer, de tal forma que, ao ler, o destinatário consegue enxergar um acabamento do querer dizer do autor (MORAES, 2006).

A carta ainda tem sido um recurso pouco utilizado na pesquisa, embora alguns estudos deem conta do seu crescente uso. Uma investigação interessante, por vezes situada como a gênese da utilização de cartas como instrumento de coleta de dados, é a de Demartini (1988). Seu texto, intitulado "Histórias de vida na abordagem de problemas educacionais", aborda o processo de investigação das memórias de professores que lecionaram durante a Primeira República no Estado de São Paulo, discutindo o uso das cartas como uma alternativa de realização da pesquisa (MORAES, 2006).

Uma história sozinha, anônima, esquecida, silenciada e não revelada parece ser sem significado, mas, quando é pensada e colocada num determinado contexto de formação e é partilhada com outros indivíduos, é possível perceber que, no entrelaçamento das histórias individuais, aparece uma dimensão coletiva que a constitui. Por esta razão, ao ler as narrativas contidas nas cartas é possível evidenciar que as histórias representam um caminho perpassado por outras. São histórias aparentemente sozinhas, mas estruturadas no coletivo dos "sentidos" de outras, de outros percursos que, ao se cruzarem quase que sem se perceber, (se)construíram e

(re)construíram cada trajetória individual contextualizada no coletivo de um mesmo espaço de formação (MORAES, 2006).

Por outro lado, os grupos focais são dispositivos de pesquisa nos quais os pesquisadores buscam coletar informações sobre um determinado tema, por meio do diálogo entre indivíduos que fazem parte do seu campo de investigação, reunidos em um mesmo local e durante um período de tempo determinado (DALL'AGNOL *et al.*, 2012, p. 188). É um instrumento para compreender o mecanismo de construção das percepções, atitudes e representações sociais de grupos (VEIGA e GONDIM, 2011).

O uso do grupo focal requer a discussão de um determinado tema que deve ser sinalizado pela pesquisadora coordenadora da pesquisa, nessa perspectiva, é inerente um conhecimento prévio a respeito do referencial teórico em questão. Além disso, é necessário um conhecimento e uma preparação prática em relação a dinâmica que será realizada, por exemplo, saber o contexto ideal para intervir na discussão, para que o processo seja estruturado da melhor maneira possível (PIRES e SANTOS, 2019, p. 319).

O grupo focal tecnicamente tem o objetivo de produzir informações sobre um determinado tema específico através da discussão participativa entre os indivíduos participantes. Tal mecanismo valoriza a interação entre os membros do grupo e entre esses e os pesquisadores, por meio das discussões direcionadas e focadas em tópicos específicos. Essa estruturação promove a interação, fomentando a troca de experiências, conceitos e opiniões entre os participantes, além de ratificar o protagonismo dos envolvidos na medida em que conjuntamente eles dialogam e constroem os resultados da pesquisa. Desse modo, essa técnica permite ao/a pesquisador/a a compreensão dos indivíduos participantes sobre um determinado tema a partir de um único momento, otimizando a produção dos dados (PIRES e SANTOS, 2019, p. 320).

Em pesquisa realizada por Detoni e Kist (2021), utilizando a escrita e o processo grupal como intervenções psicológicas na assistência à mulheres vítimas de violência, foi analisado, além de trocas de experiência e conhecimentos a respeito dos direitos desses indivíduos, crescimento pessoal e identificação, pois na medida em que o outro fala de si também está falando muito daqueles que compõe o grupo de escuta. Desse modo, visualiza-se o grupo como uma ferramenta potente de apoio mútuo, por edificar vínculos afetivos, fortalecer a autoestima e possibilitar a reflexão e

ressignificação de trajetórias de vida.

As autoras supracitadas evidenciaram, também, em suas análises que a escrita, assim como os diálogos em grupo, serviu como mecanismo para reflexão, os relatos das mulheres permitiram observar a gênese da apropriação de suas vidas, através da realização de suas próprias escolhas e fortalecimento de sua autonomia, deslocando-se do lugar "vítima" para protagonista de sua própria história. Ainda, através da escrita, foi possível observar as evoluções individuais, como a estruturação de um pensamento consciente, pautado em uma visão concreta da realidade, como a não descrença na possibilidade de novos relacionamentos violentos (DETONI; KIST, 2021).

Tudo isso ratifica a importância e relevância da escrita como instrumento de pesquisa, bem como do grupo focal enquanto método de colocar pessoas com histórias de vida muito semelhantes em processo de autoidentificação, possibilitando o desenvolvimento da empatia, compaixão, empoderamento e sensibilização com o seu próprio contexto de vida, inibindo e inviabilizando o acesso dos agressores a sua oportunidade de cura.

Tendo em vista tais instrumentos, para a realização dos grupos focais no presente estudo, a discente autora do projeto assumirá o papel de moderadora, conduzindo e orientando os grupos focais. O orientador, Prof. Dr. Adelmir Fiabani, é quem desempenhará o papel, juntamente com a coorientadora, Prof^ª. Dr^ª. Priscila Pavan Detoni de auxiliar na organização e coordenação destes grupos nas duas escolas.

Após a aprovação do CEP, os pesquisadores responsáveis irão até as escolas, em cada sala de aula, individualmente, realizar o convite e agendamento para as intervenções de pesquisa. Nesse ambiente, será dialogado sobre o racismo, o que é se autodeclarar, entre outros aspectos que englobam o tema, após, será feita a proposta, na presença de todos os estudantes da sala, para que os adolescentes que se sentirem à vontade escrevam, em formato de carta, as quais não deverão ser identificadas nominalmente, mas deverão apresentar a idade e autodeclaração de cor do indivíduo, para que depois seja realizada análise conforme critérios de inclusão dos participantes. Depois desse primeiro momento, a discente orientará a assinatura dos termos de assentimento e consentimento dos responsáveis e dos alunos que tenham 18 anos de idade, os quais deverão ser deixados no lugar reservado na escola, antes de tomar posse do

material para a escrita das cartas, esse material estará identificado com senhas numéricas para que possa ser feito o controle. Próximo às caixas estará também uma plaquinha informando local e data de realização dos grupos focais. Todos os participantes dessa etapa inicial possuirão senhas numéricas semelhantes às aquelas presentes nos termos e cartas, as quais deverão ser entregues no dia da realização do grupo focal para acesso ao mesmo. Antes de iniciar o grupo focal os participantes deverão preencher o formulário de dados sociodemográficos disponibilizado pelos pesquisadores. Nesse formulário haverá o campo para informar o número de identificação presente nos termos, na carta e entregue para acesso a sala; serão levantadas informações como idade, gênero e estado civil, se possui filho e com quem mora, para verificar as características da população em estudo; além disso, também deverá ser informado o nome da escola em que estuda e o ano escolar, para posterior análise das informações conforme o local informado; também deverá constar questões sobre a idade que iniciou a vida escolar, se gosta desse espaço e se realiza alguma atividade laboral, já que as crianças e adolescentes negros são os mais prejudicados no âmbito acadêmico, estão mais sujeitos a evasão escolar e trabalho precoce. Deverá ser interrogado também se o participante possui algum problema de saúde, alguma doença mental e se faz algum tipo de acompanhamento psiquiátrico e/ou psicológico, a fim de se considerar tais dados como agravantes de condições psicológicas debilitadas. As demais questões, como a possibilidade de contar com a ajuda de alguém e se sente-se triste com frequência, possibilitam uma averiguação mais direcionada sobre questões voltadas, por exemplo, a comportamentos deprimidos.

E ao final da pesquisa será feita uma palestra de restituição da pesquisa para toda a comunidade escolar.

Os grupos focais ocorrerão em cada uma das escolas, será um momento reservado para o diálogo sobre questões raciais, o qual ocorrerá em data previamente combinada com as escolas; sendo cerca de 1h30min horas para cada encontro com os participantes, pois, segundo Trad (2009, p. 783), uma variação entre 90 (tempo mínimo) e 110 minutos (tempo máximo) deve ser levado em conta como um bom emprego da técnica. Assim, ele afirma que o número de participante no grupo focal e a complexidade do tema proposto ou a intensidade da polêmica que envolve tais questões estão relacionados, sem dúvida, com o período de duração

Recomenda-se que cada grupo focal será formado por até dez

indivíduos, pois um número maior de participantes, segundo Pires e Santos (2019, p. 332), fugiria da capacidade de compreensão das dinâmicas enriquecedoras que se passam no momento da pesquisa, e de análise posterior, mesmo com transcrições de áudios.

Desde o início os pesquisadores deixarão explícito que a participação é voluntária e que o/a participante poderá desistir de participar a qualquer momento, sem implicar em nenhum dano para ele/ela. Será entregue um questionário sociodemográfico (Apêndice P) para que eles preencham.

Antes de iniciar os grupos, os/as adolescentes serão informados que não existem respostas certas ou erradas para as perguntas, as quais são apenas orientadoras, que eles deveriam responder de acordo com suas perspectivas e opiniões, sendo algo espontâneo e estaria livre de qualquer tipo de julgamento; assim, cada um estaria livre para expressar suas angustias, tristezas e experiências relacionadas ao tema.

Espera-se que essa dinâmica de organização leve os adolescentes a atuarem ativamente na discussão: levantando questões, realizando reflexões sobre a fala do outro, complementando ideias e aprofundando questões inerentes a tal diálogo. Nesse sentido, segundo Pires e Santos (2019, p. 335), a realização de grupos focais permite o aprofundamento coletivo de algumas questões que se consideram mais relevantes para a pesquisa, inserindo-se como uma vantagem em pesquisas que são realizadas em um tempo mais curto. Soma-se a isso o fato de que tal contexto permite ainda observar diversas formas de comunicação e propicia, por vezes, o embate nas respostas, o que é algo positivo posto que é uma técnica que possibilita aos pesquisadores distintas falas sobre um mesmo tema a partir de um único momento, sendo, portanto, quase que uma técnica compacta de pesquisa.

2.1.7.5 Processamento, controle de qualidade e análise de dados

Para análise dos dados da pesquisa será utilizado o método difundido por Minayo, Deslandes e Neto (2002), a partir da análise temática, que trabalha com a ideia de dividir as informações coletadas em categorias. Nessa perspectiva, atribui-se à palavra categoria o significado de abrangência de elementos ou aspectos com características comuns que têm relação entre si. As categorias têm o fim de estabelecer classificações

(NETO, 2002, p. 70). Desse modo, “trabalhar com elas significa agrupar elementos, ideias ou expressões em torno de um conceito capaz de abranger tudo isso. Esse tipo de procedimento, de um modo geral, pode ser utilizado em qualquer tipo de análise em pesquisa qualitativa” (NETO, 2002, p. 70).

As categorias podem ser determinadas antes do trabalho de campo, na fase exploratória da pesquisa, ou a partir da coleta de dados. Aquelas que foram estabelecidas anteriormente são conceitos mais gerais e mais abstratos. Já as que são estruturadas a partir da coleta de dados são mais específicas e mais concretas. Nesse sentido, antes do trabalho de campo serão definidas as categorias a serem pesquisadas e, após a coleta de dados, outras também serão formuladas visando a classificação dos dados encontrados no trabalho de campo. Após, será feita uma comparação entre as categorias gerais, estabelecidas anteriormente, e as categorias específicas, formuladas após o trabalho de campo (NETO, 2002, p. 70).

Minayo (2002, p. 26) traz esse método, o qual faz parte do momento do “tratamento do material” dentro do ciclo de pesquisa, dividido da seguinte maneira: ordenação; classificação; e análise propriamente dita. “O tratamento do material nos conduz à teorização sobre os dados, produzindo o confronto entre a abordagem teórica anterior e o que a investigação de campo aporta de singular como contribuição” (MINAYO, 2002, p. 26). Nesse sentido, o método utilizado para interpretação das falas dos participantes da pesquisa será a análise temática. E para validação dos resultados, pretende-se realizar uma apresentação e discussão das respectivas categorias com o mesmo grupo de participantes de modo a realizar uma perspectiva de pesquisa “com” e não “sobre”, para que a pesquisa possa fazer sentido na perspectiva de uma educação antirracista e pela melhoria da saúde mental e global de estudantes adolescentes negros e negras.

2.1.7.6 Aspectos éticos

O presente estudo está de acordo com a Resolução 466 de 12 de dezembro de 2012 do Conselho Nacional de Saúde que dispõe sobre a ética em pesquisas envolvendo seres humanos no Brasil. O projeto de pesquisa, após confirmação de participação das escolas convidadas, foi enviado para a análise da Secretaria Municipal de Educação de Passo Fundo/RS e para a

7º Coordenadoria Regional de Educação do Rio Grande do Sul, após a anuência de ambos os órgãos e assinatura da declaração de ciência e concordância, seguirá para a avaliação do Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos da Universidade Federal da Fronteira Sul (CEP-UFFS), sendo iniciada a pesquisa após a aprovação do mesmo.

Após o consentimento institucional das escolas, os/as adolescentes serão convidados/as para a escrita de cartas anônimas relatando alguma situação de racismo vivenciado e como lidaram com a questão. Essas cartas serão coletadas e deixadas pelos estudantes nas diretorias das escolas, em duas caixas, e em outras duas caixas constarão o Termo de Assentimento e Termo de Consentimento Livre e Esclarecido para coleta e para depósito dos já assinados pelos responsáveis.

A participação no estudo envolve risco de causar danos psicológicos e de trazer à tona memórias angustiantes e dolorosas, além de envolver a possibilidade de constrangimento. Visando minimizar a ocorrência desses riscos às escritas das cartas ou grupos focais os/as participantes serão informados/as previamente que poderão interromper a participação a qualquer momento. Caso os riscos venham a se concretizar, os estudantes terão à disposição o atendimento psiquiátrico ofertado pela equipe da pesquisa. Nesse sentido, o médico psiquiatra e coorientador, Prof. Me. José Ribamar Fernandes Saraiva Júnior, assumirá esse papel, e realizará os encaminhamentos necessários. Além disso, também terão suporte psicológico por meio do Centro de Psicologia Aplicada, da Universidade de Passo Fundo, o qual disponibiliza atendimento em psicologia para todos aqueles interessados, crianças, adultos, idosos e famílias, de forma gratuita.

Existe, também, o risco de identificação e vazamento dos dados. Para evitá-los, os nomes dos participantes serão substituídos por códigos numéricos. Caso se concretize, o participante será informado sobre o ocorrido e terá suas informações excluídas da pesquisa.

Caso qualquer um dos riscos mencionados se concretize a instituição vinculada ao projeto será informada sobre o ocorrido.

Como benefício direto os resultados possibilitarão que as pessoas que trabalham nos ambientes pesquisados, como professores/as re estudantes, desenvolvam mecanismos capazes de lidar eficientemente com a questão do racismo nesses espaços com as crianças e adolescentes, por meio do diálogo consciente e da ampliação do conhecimento sobre o tema, bem como através dos dados concretos que mostram a realidade

vivenciada. Indiretamente, os dados da pesquisa contribuirão também para a configuração de estratégias inibidoras do contexto de discriminação racial no âmbito institucional; bem como para o desenvolvimento de mecanismos de tratamento médico e de saúde mais adequados para os jovens psicologicamente atingidos pelo preconceito racial e a estruturação para a promoção de uma educação antirracista e integradora do cuidado ampliado em saúde, baseada na quebra de modelos segregacionistas.

A relevância dessa pesquisa está na possibilidade de entender as formas de enfrentamento ao racismo em adolescentes que estão em idade escolar. Nesse sentido, poderá ter uma visão ampliada sobre como o racismo e as práticas racistas adoecem as pessoas e prejudicam a saúde mental, bem como produzem efeitos indenitários e subjetivos que implicam em todos os processos de saúde e doença da população negra.

Após a análise dos dados, será feita a devolutiva às escolas e aos participantes através de *cards* educativos na rede social da escola e nos murais, serão espalhados *QR codes* pelas paredes do ambiente escolar para que seja facilmente acessados esses *cards*, sobre a problemática do racismo e a sua relação com a saúde mental, bem como será realizado o encontro do grupo focal com os participantes da pesquisa para a devolutiva dos resultados, além da produção de resumos, artigos e demais trabalhos para eventos científicos. Além disso, o grupo de pesquisa realizará, por meio dos resultados da pesquisa e do estudo amplificado do tema em questão, um processo de formação continuada para os professores, a fim de que eles possam melhorar e aprimorar sua prática docente no que diz respeito ao enfrentamento do racismo no âmbito acadêmico e superação da discriminação, preconceito e segregação nesses espaços, bem como para que sejam estabelecidos diálogos inovadores sobre o tema e aborde a historicidade negra dentro de um contexto que revele sua importância e relevância em detrimento de uma apresentação engessada na inferiorização desses indivíduos.

Os arquivos físicos e digitais gerados pela pesquisa serão armazenados em armário localizado na sala dos professores da UFFS – campus Passo Fundo e em computador pessoal da acadêmica autora do projeto, protegido por senha, respectivamente. Somente terão acesso aos mesmos, além da acadêmica, seus orientadores. Os arquivos serão mantidos durante 5 anos em espaço sigiloso protegido por senha em

computador pessoal e em arquivos institucionais os em formato físico, e após esse período serão incinerados e excluídos da pasta e de todos os espaços de armazenamento do computador.

2.1.7 RECURSOS

Quadro 1.				
Orçamento				
Item	Unidade	Quantidade	Custo unitário	Custo total
Caneta	R\$ 0,00	1	R\$ 44,10	R\$ 44,10
Lápis	Caixa com 72	1	R\$ 28,43	R\$ 28,43
Apontadores	Apontador	10	R\$ 2,50	R\$ 25,00
Borracha	Borracha	10	R\$ 0,50	R\$ 5,00
Impressões	Impressões	200	R\$ 0,25	R\$ 50,00
Pranchetas	Prancheta	10	R\$ 2,00	R\$ 20,00
Crachás	Crachá	6	R\$ 10,00	R\$ 60,00
Pastas	Pasta	6	R\$ 5,00	R\$ 30,00
Vales-transportes	Vale-transporte	24	R\$ 4,75	R\$ 114,00
Notebook	Notebook	1	R\$ 1.691,99	R\$ 1.691,99
Celulares	Celular	2	R\$ 1.133,95	R\$ 2.267,90
Folhas A4	Pacote com 300	1	R\$ 18,40	R\$ 18,40
Total				R\$ 4354,82

Os gastos serão custeados integralmente pela equipe pesquisadora.

2.1.8 CRONOGRAMA

Revisão de literatura: 09/09/2022 a 31/07/2023

Apreciação ética: 29/10/2022 a 30/11/2022

Coleta de dados: 01/12/2022 a 30/04/2023

Processamento e análise de dados: 02/01/2023 a 30/04/2023

Redação e divulgação dos resultados: 01/05/2023 a 30/06/2023

Envio de relatório final para o Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos: 01/07/2023 a 31/07/2023

2.1.9 REFERÊNCIAS

ALMEIDA, S. L. **Racismo estrutural**. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019.

ALVES, C. C. S. **O racismo na escola e o combate com ações pedagógicas**. Trabalho de conclusão de curso (Graduação em pedagogia) – Universidade Estadual da Paraíba, Guarabira, 2012. Disponível em: <https://dspace.bc.uepb.edu.br/jspui/bitstream/123456789/1338/1/PDF%20-%20Cynthia%20Cristina%20de%20Souza%20Alves.pdf> . Acesso em: 15/04/2022.

ALVES, M. C.; JESUS, J. P.; SCHOLZ, D. **Paradigma da afrocentricidade e uma nova concepção de humanidade em saúde coletiva: reflexões sobre a relação entre saúde mental e racismo**. Saúde Debate, Rio de Janeiro, V. 39, N. 106, P. 869-880, JUL-SET 2015.

ARAÚJO, L. A. Estresse infantil existe, pode ser tóxico e causar danos a longo prazo. [Entrevista concedida a] Ludimila Honorato. **O estado de São Paulo**, 2017. Disponível em: <https://emails.estadao.com.br/noticias/comportamento,estresse-infantil-existe-pode-ser-toxico-e-causar-danos-a-longoprazo,70001908587>. Acesso em: 10 dez. 2020.

BANDEIRA, C.; SIMON, C.. **As implicações do bullying na auto-estima de adolescentes**. In: Revista Semestral da Associação Brasileira de Psicologia Escolar e Educacional. São Paulo, v. 14, n.1, Jan/Jun. 2010. p. 131-138. (p. 133).

BARBOSA, A. F.; OLIVEIRA, C. C. Quem são as adolescentes em situação de risco?. **Na mão certa**, 2008. Disponível em: http://www.namaocerta.org.br/revista/02/WCF_Pesquisa.pdf. Acesso em: 14/04/2022.

BARCELLOS, J. R. S. **Formação em psicologia e a educação das relações raciais** : um estudo sobre os currículos de graduação em psicologia em Porto Alegre e a região metropolitana. Trabalho de conclusão de curso (Graduação em psicologia) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2016. Disponível em: <https://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/148270>. Acesso em: 15/04/2022.

BATISTA, A. F. **Trejetos e percursos: das (im)possibilidades de enfrentamento do racismo dentro da academia**. Trabalho de conclusão de curso (Graduação em psicologia) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2016. Disponível em:https:

//www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/157424/001018548.pdf?sequence=1.
Acesso em: 10/04/2022.

BORRET, R. H. *et al.* Reflexões para uma Prática em Saúde Antirracista. **Revista Brasileira de Educação Médica**, Brasília, v. 44, 2020.

BRASIL. **Estatuto da Igualdade Racial**: (Lei nº 12.288 de 20 de Julho de 2010) altera as Leis nos 7.716, de 5 de janeiro de 1989, 9.029, de 13 de abril de 1995, 7.347, de 24 de julho de 1985, e 10.778, de 24 de novembro de 2003. Brasília, 2010.

BRASIL. Lei 11.645, de 10 de março de 2008. Institui o Código Civil. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 10 de março de 2008.. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/11645.htm. Acesso em: 05/04/2021.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretária Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana**. Brasília, 2004. Disponível em: <http://www.uel.br/projetos/leafro/pages/arquivos/DCN-s%20-%20Educacao%20das%20Relacoes%20Etnico-Raciais.pdf>. Acesso em: 2013-03-17.

BRASIL. **Óbitos por suicídio entre adolescentes e jovens negros 2012 a 2016**. Brasília: Biblioteca Virtual em Saúde do Ministério da Saúde, 2018. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/obitos_suicidio_adolescentes_negros_2012_2016.pdf. Acesso em: 04/04/2022.

Brasil. Portaria nº 992, de 13 de maio de 2009. Institui a Política Nacional de Saúde Integral da População Negra. **Diário Oficial [da] União**, Brasília, DF, 13 maio 2009.

BRASIL. Resolução CNE/CES nº 3, de 20 de junho de 2014. Institui Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Medicina e dá outras providências. **Diário Oficial da União**: Seção 1, Brasília, DF, p. 8-11, 23 jun 2014.

BREMM, G. V. **O racismo no Brasil**: um passado que não passa. Trabalho de conclusão de curso (Graduação em direito) – Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul, Santa Rosa, 2018. Disponível em: <https://bibliodigital.unijui.edu.br:8443/xmlui/bitstream/handle/123456789/5357Gustavo%20Vieira%20Bremm.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 14/04/2022.

CAVALLEIRO, E.S. O Processo de Socialização na Educação infantil: A Construção do Silêncio e da Submissão. **Rev. Bras. Cresc. Desenv. Hum.**, São Paulo, 9(2), 1999.

CFP. **Relações raciais**: referências técnicas para a atuação de psicólogas (os). Brasília: Conselho Federal de Psicologia, 2017. Disponível em: http://crepop.pol.org.br/wp-content/uploads/2018/05/relacoes_raciais_baixa.pdf. Acesso em: 04/04/2022.

CONRAD, R. **Os últimos anos da escravidão no Brasil: 1850-1888**. 2. Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. **Assistente social no combate ao preconceito**. Brasília: n. 3. 2016.

COSTA, J. F. **Violência e psicanálise**. Rio de Janeiro: Graal, 1986.

DALL'AGNOL *et al.* A noção de tarefa nos grupos focais. **Rev Gaúcha Enferm**, Porto Alegre (RS), mar 2012.

DETONI, P. P.; KIST, A. M. Diários de um Recomeçar: a escrita e o processo grupal como estratégias de intervenções psicológicas na assistência jurídica universitária. In: Júlia Carvalho Zamora, Luísa Fernanda Habigzang. (Org.). **Contribuições da Psicologia para o Enfrentamento à Violência contra Mulheres**: aportes teóricos e práticos. 1ed.: , 2021, v. 1, p. 243-267.

FANON, F. **Pela negra, máscaras branca**. Salvador: EdUFBA, 2008.

FAUSTINO, D. O mal-estar colonial: racismo e o sofrimento psíquico no Brasil. **Clínica & Cultura**, v. 8, n. 2, jul-dez 2019, p. 82 – 94.

FERNANDES, B. F.; SOUZA, C. C. C. Identidade negra entre exclusão e liberdade. **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**. São Paulo, n. 63, p. 103-120, jan./abr. 2016.

FIABANI, A. Negros com olhos azuis, com cabelodor de palha e ascendência europeia. In: SILVA, A. L. G. *et al.* **Interseccionalidades em pauta**: gênero, raça, sexualidade e classe. Salvador: EDUFBA, 2020.

FIABANI, A.; FIABANI, T. A dor do inocente: implicações do racismo para a criança negra. **Revista em Favor da Igualdade Racial**. Rio Branco, v. 3, n. 3, p. 04-19, agos./dez. 2020.

FONSÊCA, P. Efeitos psíquicos do racismo. **Vamos Falar Sobre Racismo na Infância?**, Recife, n. 37, p. 6-7, 2015.

GORENDER, J. **O escravismo colonial**. 4. ed. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2010.

GOULART JR, E.; LIPP, M. E. N. Estresse entre professoras do ensino fundamental de escolas públicas estaduais. **Psicologia em estudo**, Maringá, v. 13, n. 4, p. 847-857.

HARVARD. **InBrief**: The impact of early adversity on children's development. Center on the Developing Child. Cambridge, 2007. Disponível em: <<https://developingchild.harvard.edu/resources/inbrief-the-impact-of-early-adversity-on-childrens-development/>>. Acesso em: 18 dez. 2020.

HASENBALG, C. As armas ideológicas: "branqueamento" e "democracia racial". *In*: **Discriminação e Desigualdades Raciais no Brasil**. 2. ed. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2005, p. 246-255.

HONORATO, L. Estresse infantil existe, pode ser tóxico e causar danos a longo prazo. **O estado de São Paulo**, 2017. Disponível em: <<https://emails.estadao.com.br/noticias/comportamento,estresse-infantil-existe-pode-ser-toxico-e-causar-danos-a-longoprazo,70001908587>>. Acesso em: 10 dez. 2020.

IGNÁCIO, M. V. M; MATTOS, R. A. O grupo de trabalho racismo e saúde mental do Ministério da Saúde: a saúde mental da população negra como questão. **Saúde Debate**. Rio de Janeiro, v. 43, p. 66-78, dez. 2019.

IPEA. **Atlas da violência 2021**. São Paulo: FBSP, 2021. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/publicacoes>. Acesso em: 19/04/2022.

KLINTOWITZ, J; César Romero - A Escritura do Brasil. **Sociedade Semear**, Aracaju, 2010. Disponível em: http://www.sociedadesemear.org.br/?pg=artigos_leitura&setor=&cd_Artigo=120. Acessado em 10/04/2022.

LAGES, S. *et al*. Pesquisas em Psicologia Social no Campo da Saúde da População Negra no Brasil. **Revista de Psicologia da UNESP**, Minas Gerais, v. 1, n. 1, p. 1-10, 2014. Recuperado de <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/revpsico/v13n1/a01.pdf>.

LEAL, M. C. *et al*. **A cor da dor**: iniquidades raciais na atenção pré-natal e ao parto no Brasil. *Cadernos de Saúde Pública*, v. 33, n. suppl 1, 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0102-311x00078816>. Acesso em: 5 abr. 2022.

LIMA, M. E. O.; VILA, J. As novas formas de expressão do preconceito e do racismo. **Estudos de Psicologia**, 2004, p. 401-411.

MATTOS, CLG. A abordagem etnográfica na investigação científica. In MATTOS, CLG., and CASTRO, PA., orgs. **Etnografia e educação: conceitos e usos** [online]. Campina Grande: EDUEPB, 2011. p. 49-83. Disponível em: <https://books.scielo.org/id/8fcfr/pdf/mattos-9788578791902-03.pdf>. Acesso em: 11/05/2022.

MINAYO, M. C. S. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.

MINAYO, M. C. S. Trabalho de campo: contexto de observação, interação e descoberta. In: MINAYO, M. C. S.; DESLANDES, S. F.; GOMES, R. (orgs). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 34. ed. - Petrópolis, RJ: Vozes, 2015, pp. 61- 78.

MOURA, C. **Quilombos: resistência ao escravismo**. 3ª ed. São Paulo. Editora Ática, 1993.

MORAES, A. A. A. **Tarrafa de pescaria: o uso de carta na pesquisa**. Botucatu, SP: Interface, 2006. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/icse/a/wXsQYbWZPTQLLv9wbLtBYJv/>. Acesso em: 11/05/2022.

Munanga, K. Uma abordagem conceitual das noções de raça, racismo, identidade e etnia. In: PALESTRA PROFERIDA NO 3º SEMINÁRIO NACIONAL RELAÇÕES RACIAIS E EDUCAÇÃO, 3., 2003, Rio de Janeiro. **Palestra** [...] Disponível em: <https://www.geledes.org.br/wp-content/uploads/2014/04/Uma-abordagem-conceitual-das-nocoos-de-raca-racismo-dentidade-e-etnia.pdf>. Acesso em: 20 dez. 2020.

NUNES, S. S. **Racismo contra negros: um estudo sobre o preconceito sutil**. Tese (Doutorado em Psicologia) - Universidade de São Paulo, São Paulo, p. 227, 2010.

OLIVEIRA, D. *et al.* Aspectos sociocognitivos como eventos estressantes na saúde mental em grupos étnicos e minoritários no Brasil. In: **Summa Psicológica UST**. Rio de Janeiro, v.14, n.1, Out./Abr. 2017. p. 43-55. (p. 11).

PIMENTEL, M. R. **Viagem ao fundo das consciências: A escravatura na época moderna**. Lisboa: Ed. Colibri, 1995.

PIRES, F. F.; SANTOS, P. O. S. **O uso de grupos focais na pesquisa etnográfica com crianças**. Florianópolis: Zero-a-seis, v. 21, n. 40, set./dez., 2019, p. 310-342. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/zeroseis/article/view/1980-4512.2019v21n40p318/41866>. Acesso em: 11/05/2022.

RAMOS-OLIVEIRA, D.; MAGNAVITA, P; OLIVEIRA, F. S. **Aspectos sociocognitivos como eventos estressantes na saúde mental em grupos étnicos e minoritários no Brasil**. Summa Psicológica, v.14, n. 1, p. 43-55, 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.18774/448x.2017.14.315>. Acesso em: 5 abr. 2022.

REIS, I. **Academia americana de pediatria lista diretrizes para médicos avaliarem impacto do racismo na saúde de crianças**, São Paulo, 2019. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/brasil/academia-americana-de-pediatria-lista-diretrizes-para-medicos-avaliarem-impacto-do-racismo-na-saude-de-criancas-23886295>. Acesso em: 5 abr. 2022.

REIS, I. **Estudos mostram o impacto do racismo na saúde das crianças**, São Paulo, 2019. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/brasil/estudos-mostram-impacto-do-racismo-na-saude-das-criancas-23886262>. Acesso em: 5 abr. 2022.

RIO GRANDE DO SUL. Secretaria da Administração e dos Recursos Humanos. Departamento de Arquivo Público. **Documentos da escravidão: inventários: o escravo deixado como herança / Coordenação Bruno Stelmach Pessi**. - Porto Alegre: Companhia Rio-grandense de Artes Gráficas (CORAG), 2010.

RISÉRIO, A. **A utopia brasileira e os movimentos negros**. São Paulo: Editora 34, 2012.

ROCHA, L. C. P. Política Educacional e a Lei 10.639/03: uma reflexão sobre a necessidade de superação de mecanismos ideológicos legitimadores do quadro quando de desigualdades raciais e sócias na sociedade brasileira. *In*: Costa, H.; SILVA, P. V. B. (Orgs.). **Notas de história e cultura afro-brasileira**. Editora UEPG, Ponta Grossa, 2011.

ROSEMBERG, F. Criança pequena e desigualdade social no Brasil. *In*: FREITAS, M. C. **Desigualdade social e diversidade cultural na infância e na juventude**. São Paulo: Cortez, 2006.

SAMPAIO, A. S. Ecos do silêncio: reflexões sobre uma vivência de racismo. *In*: BATISTA, L. E.; WERNECK, J.; LOPES, F. (Org.). **Saúde da população negra**. 2. ed. Brasília, Distrito Federal: ABPN - Associação Brasileira dos Pesquisadores Negros, 2012.

SANTOS, R. A. **Racismo, preconceito e discriminação: concepção de professores.** São Paulo: PUCSP, 2007.

SCHUCMAN, L. V. **Famílias inter-raciais: tensões entre cor e amor.** São Paulo: EdUFBA, 2018.

SCHWARCZ, L. M. **Nem preto nem branco, muito pelo contrário: cor e raça na sociabilidade brasileira.** São Paulo: Claro Enigma, 2017.

SILVA JR, H.; TEIXEIRA, D. **Discriminação racial é sinônimo de maus-tratos: a importância do ECA para a proteção de crianças negras.** São Paulo, 2016. Disponível em: https://livedetrabalho infantil.org.br/wp-content/uploads/2021/07/Proj-PETROBRAS-web_compressed.pdf. Acesso em: 4 abr. 2022.

SILVA JR., H. Discriminação racial é sinônimo de maus-tratos. *In*: SILVA JR, H.; TEIXEIRA, D. **Discriminação racial é sinônimo de maus-tratos: a importância do ECA para a proteção das crianças negras.** - São Paulo : Centro de Estudos das Relações de Trabalho e Desigualdades - CEERT, 2016.

SILVA, C. D. **Racismo e a produção de estereótipos : impactos na subjetividade da criança negra no Brasil.** 2016. 35 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Psicologia) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2016.

SILVA, E. C. **Efeitos do estresse crônico em áreas do cérebro.** Revista Estácio Recife. Recife, 2015.

SILVA, F. C; PALUDO, K. I. Racismo implícito: um olhar para a educação infantil. *In*: CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. 10., 2011, Curitiba. **Anais [...]** Curitiba: PUCPR, 2011.

SILVA, S. P. **Racismo, preconceito e discriminação: o papel dos (as) professor (as) na construção da autoestima de crianças negras.** Monografia (graduação em pedagogia) – Universidade Estadual da Paraíba, Guarabira, 2011.

SOARES, A. S. **Ecos da hipertensão: a vivência de mulheres negras no rio de janeiro.** Dissertação (Mestrado em psicologia clínica-psicossomática) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2009. Disponível em: <https://tede2.pucsp.br/bitstream/handle/15838/1/Adriana%20Soares%20Sampaio.pdf>. Acesso em: 1 abr. 2022.

SOUZA, I. S. *et al.* Do silêncio do lar ao silêncio escolar: racismo, preconceito e discriminação na educação infantil. **Revista em Favor da Igualdade Racial**. Rio Branco, v. 1, n. 1, fev./jul. 2018.

SOUZA, N. S. **Tornar-se Negro**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1983.

TEIXEIRA, D. Adoção de crianças negras e o enfrentamento ao racismo na infância. *In*: SILVA JR, H.; TEIXEIRA, D. **Discriminação racial é sinônimo de maus-tratos: a importância do ECA para a proteção das crianças negras**. - São Paulo : Centro de Estudos das Relações de Trabalho e Desigualdades - CEERT, 2016.

TRAD, B. A. L. Grupos focais: conceitos, procedimentos e reflexões baseadas em experiências com o uso da técnica em pesquisa de saúde. **Pshysis** Revista de Saúde Coletiva, Rio de Janeiro, v. 19, 2009, p. 777-796.

TRENT, M. *et al.* **The impact of racism on child and adolescent health**. American Academy of Pediatrics. Columbia, p. 1-14, v. 144, n. 2, aug. 2019.

UNICEF. **Direito de todas e de cada uma das crianças e dos adolescentes**. Brasília: Fundo das Nações Unidas para a Infância — UNICEF, 2012, p. 14.

UNICEF. **O impacto do racismo na infância**. Brasília, p. 9, 2010. Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/media/1731/file/O_impacto_do_racismo_na_infancia.pdf>. Acesso em: 10 dez. 2020.

VEIGA, L.; GONDIM, S. M .G. A utilização de métodos qualitativos na ciência política e no marketing político. **Opi. Publica**, Campinas, v. 7, n.1, p. 1-15, 2001.

WAELDE, L. *et al.* **Psychometric Properties of the Race-Related Events Scale**. Psychological Trauma: Theory, Research, Practice, and Policy. California, v.2, n.1, mar. 2010. p.4-11.

WEISELFISZ, J. J. **Mapa da Violência 2014: os jovens do Brasil**. Brasília: Flacso, 2014.

ZAMORA, M. H. R. N, **Desigualdade Racial, Racismo e seus Efeitos**. Fractal, Rev. Psicol., Rio de Janeiro, v. 24 – n. 3, p. 563-578, Set./Dez. 2012.

2.1.10 APÊNDICE A



Estado do Rio Grande do Sul

Prefeitura de Passo Fundo



Secretaria de Educação - SME

TERMO DE CIÊNCIA E CONCORDÂNCIA DE PESQUISA

Eu, **Adriano Canabarro Teixeira**, Secretário Municipal de Educação de Passo Fundo, autorizo a pesquisa intitulada "*Efeitos do racismo na saúde mental infantojuvenil*" a ser aplicada junto aos alunos de 6º a 9º ano da EMEF Dom José Gomes, sob orientação do Prof. Dr. Adelmir Fiabani e Coorientação da Profa. Dra. Priscila Pavan Detoni e Prof. Me. José Ribamar Fernandes Saraiva Junior e desenvolvido pela acadêmica Heloísa Marcelle da Silva Brito do curso de Medicina da Universidade Federal da Fronteira Sul-UFFS. Cabe a pesquisadora compartilhar os resultados da pesquisa com a Rede Municipal de Ensino e, com base na Lei Geral de Proteção de Dados - Lei nº 13.709/2018¹, e demais materiais orientativos, comprometendo-se a garantir a não utilização de dados pessoais.

Passo Fundo/RS, 12 de julho de 2022.



Prof. Dr. Adriano Canabarro Teixeira
Secretário Municipal de Educação

Adriano Canabarro Teixeira
Secretário Municipal de Educação

2.1.11 APÊNDICE B

TERMO DE CIÊNCIA SOBRE PESQUISA CIENTÍFICA NA ESCOLA ESTADUAL

Com o objetivo de atender às exigências para obtenção de parecer do Comitê de Ética em Pesquisa envolvendo Seres Humanos, a 7ª Coordenadoria de Educação do Rio Grande do Sul (CRE 07) confere plenos direitos e autonomia para a instituição Estadual Cecy Leite Costa aceitar ou negar o desenvolvimento do projeto de pesquisa intitulado "Efeitos do racismo na saúde mental infantojuvenil" no seu âmbito, ficando a mesma, se confirmar o aceite, responsável por fiscalizar as atividades e estar ciente e de acordo com seu desenvolvimento nos termos propostos, salientando que os pesquisadores deverão cumprir os termos da resolução 466/12 do Conselho Nacional de Saúde e as demais legislações vigentes e o Estatuto da Criança e do Adolescente- ECA, lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que dispõe sobre a proteção integral à criança e ao adolescente.

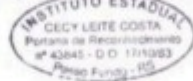
Maikiel Luciano Schü

ID 2779340/01
CHEFIA PEDAGÓGICA
7ª CRE Passo Fundo/RS

Assinatura e Carimbo do responsável pela 7ª Coordenadoria Regional de Educação do Rio Grande do Sul

Eu, **Nilton Cléber de Oliveira**, professor efetivo da instituição Estadual Cecy Leite Costa envolvida no projeto de pesquisa intitulado "Efeitos do racismo na saúde mental infantojuvenil", conheço os objetivos e metodologia do projeto e declaro ser responsável pela fiscalização da condução das atividades que serão desenvolvidas pelos pesquisadores, bem como a divulgação de seus resultados, afim de atender a solicitação feita pela 7ª Coordenadoria de Educação do Rio Grande do Sul.

Assinatura do professor fiscalizador e Carimbo da instituição



Adelmir Fiabani

Assinatura do Pesquisador Responsável

Prof. Dr. Adelmir Fiabani

Contato: adelmir.fiabani@uffs.edu.br

(55) 99631-6725

Passo Fundo/RS, 25 de agosto de 2022.

2.1.12 APÊNDICE C

DECLARAÇÃO DE CIÊNCIA E CONCORDÂNCIA DAS INSTITUIÇÕES ENVOLVIDAS

Com o objetivo de atender às exigências para obtenção de parecer do Comitê de Ética em Pesquisa envolvendo Seres Humanos, **Veridiana Giaretta Miotto**, o representante legal da instituição **Escola Municipal de Ensino Fundamental Dom José Gomes** envolvida no projeto de pesquisa intitulado “**Efeitos do racismo na saúde mental infantojuvenil**”, declara estar ciente e de acordo com seu desenvolvimento nos termos propostos, salientando que os pesquisadores deverão cumprir os termos da resolução 466/12 do Conselho Nacional de Saúde e as demais legislações vigentes e o Estatuto da Criança e do Adolescente- ECA, lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que dispõe sobre a proteção integral à criança e ao adolescente.



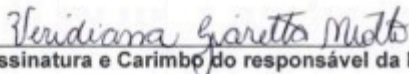
Assinatura do Pesquisador Responsável

Prof. Dr. Adelmir Fiabani

Contato: adelmir.fiabani@uffs.edu.br

(55) 99631-6725

*Escola Municipal de Ensino
Fundamental Dom José Gomes*
Decreto de Criação e Denominação
nº 03 / 04 de 13.01.04.
Rua Daniel Arenzi , nº 1226
Santa Rita - Passo Fundo / RS



Assinatura e Carimbo do responsável da Instituição

Veridiana Giaretta Miotto
DIRETORA
Portaria 2006/234

Passo Fundo, 17 de agosto de 2022

2.1.13 APÊNDICE D

DECLARAÇÃO DE CIÊNCIA E CONCORDÂNCIA DAS INSTITUIÇÕES ENVOLVIDAS

Com o objetivo de atender às exigências para obtenção de parecer do Comitê de Ética em Pesquisa envolvendo Seres Humanos, **Tatiane Schena**, o representante legal da instituição **Cecy Leite Costa** envolvida no projeto de pesquisa intitulado "Efeitos do racismo na saúde mental infantojuvenil", declara estar ciente e de acordo com seu desenvolvimento nos termos propostos, salientando que os pesquisadores deverão cumprir os termos da resolução 466/12 do Conselho Nacional de Saúde e as demais legislações vigentes e o Estatuto da Criança e do Adolescente- ECA, lei n° 8.069, de 13 de julho de 1990, que dispõe sobre a proteção integral à criança e ao adolescente.



Assinatura do Pesquisador Responsável

Prof. Dr. Adelmir Fiabani

Contato: adelmir.fiabani@uffs.edu.br

(55) 99631-6725



Assinatura e Carimbo do responsável da Instituição

Tatiane Schena
Coordenação Pedagógica



Passo Fundo, 25 de agosto de 2022.

2.1.14 APÊNDICE E

TERMO DE ASSENTIMENTO

Você está sendo convidado (a) para participar da pesquisa intitulada “Efeitos do racismo na saúde mental infantojuvenil”, sob a responsabilidade dos pesquisadores Prof. Dr. Adelmir Fiabani, Profa. Dra. Priscila Pavan Detoni, Prof. Ms. José Ribamar Fernandes Saraiva Junior e Heloísa Marcelle da Silva Brito (aluna negra do curso de Medicina da UFFS).

Nesta pesquisa nós estamos buscando investigar a ocorrência de efeitos psíquicos no público infantojuvenil, decorrentes do racismo, em duas escolas públicas, uma municipal e outra estadual, de ensino fundamental II e ensino médio, respectivamente, na cidade de Passo Fundo, no Rio Grande Sul. Desse modo, temos o objetivo de analisar as principais consequências do racismo na saúde mental em diferentes ambientes sociais.

Na sua participação você será convidado a escrever uma carta relatando suas experiências relacionadas ao racismo vivenciado por você ou alguém próximo de você, destacando como sua saúde pode ter sido prejudicada pelo racismo e como o racismo interfere no modo como as pessoas negras se subjetivam (beleza, inteligência, capacidade). E posteriormente, se for da sua vontade, será inserido em um grupo focal nomeado como “Vivências de uma cor: entre o ser e o vir a ser”, o qual será um espaço de conversa e reflexão com os pesquisadores e outros participantes negros/as, sobre as suas vivências na negritude, suas experiências e a realidade cotidiana que vive relacionada ao racismo na sociedade. Essa etapa da pesquisa será realizada por meio de um diálogo em grupo, em um lugar restrito para os envolvidos na pesquisa. Antes de iniciar o grupo focal o participante deverá preencher um formulário sociodemográfico, o qual interroga, por exemplo, com quantos anos você entrou na escola. O grupo focal será realizado conforme disponibilidade de horários da escola e será compartilhado o horário e local em uma plaquinha exposta próxima as caixas de coleta e depósito, dos termos e das cartas, na diretoria da escola, a fim de evitar a exposição a todos sobre o horário e local de realização do grupo focal. E você somente poderá ter acesso ao local de realização do grupo focal por meio da senha (número) que deve ser destacado do papel para a escrita da carta e que é semelhante ao número que foi grampeado ao seu bloco de termos de assentimento e consentimento. A análise dos dados será feita por meio da leitura das cartas pelos pesquisadores, as quais não estarão identificadas com o nome, mas somente com a idade e autoidentificação da cor da pele, e essas cartas não serão debatidas e identificadas no grupo focal, pois nele somente serão trabalhados os conteúdos sobre racismo na adolescência.

Em nenhum momento você será identificado/a. Os resultados da pesquisa serão publicados e ainda assim a sua identidade será preservada. Os resultados estarão à sua disposição quando finalizada.

Você não terá nenhum gasto e ganho financeiro por participar na pesquisa.

Este estudo apresenta risco de causar danos psicológicos e de trazer a tona memórias angustiantes e dolorosas, além de pode envolver a possibilidade de constrangimento. Caso os riscos venham a se concretizar, você terá a disposição o atendimento psiquiátrico ofertado pela equipe da pesquisa. Nesse sentido, o médico

psiquiatra e coorientador, Prof. Me. José Ribamar Fernandes Saraiva Junior, assumirá esse papel, bem como realizará os encaminhamentos pertinentes. Além do atendimento psiquiátrico disponível, você terá à disposição suporte psicológico por meio do Centro de Psicologia Aplicada, da Universidade de Passo Fundo, o qual disponibiliza atendimento em psicologia para todos aqueles interessados, crianças, adultos, idosos e famílias, de forma gratuita. Como benefício os dados da pesquisa contribuirão para o desenvolvimento de estratégias que possibilitem o enfrentamento à discriminação racial no contexto político, governamental e social; bem como possibilitar o surgimento de mecanismos melhores de tratamento em saúde para os adolescentes atingidos pelo preconceito racial.

Mesmo seu responsável legal tendo consentido na sua participação na pesquisa, você não é obrigado a participar da mesma se não desejar. Você é livre para deixar de participar da pesquisa a qualquer momento sem nenhum prejuízo ou problema para você.

Uma via original deste Termo de Esclarecimento ficará com você.

Eu, _____, fui informado(a) dos objetivos do presente estudo de maneira clara e detalhada e esclareci minhas dúvidas. Sei que a qualquer momento poderei solicitar novas informações, e o meu responsável poderá modificar a decisão de participar se assim o desejar. Tendo o consentimento do meu responsável já assinado, declaro que concordo em participar desse estudo. Receberei uma via deste termo assentimento.

Eu aceito participar do projeto citado acima, voluntariamente, após ter sido devidamente esclarecido.

Assinatura do(a) menor

Adelmir Fiabani

_____, de.....de 2022

Qualquer dúvida a respeito da pesquisa, você poderá entrar em contato com:

Prof. Dr. Adelmir Fiabani

Contato: adelmir.fiabani@uffs.edu.br

(55) 99631-6725

Heloísa Marcelle da Silva Brito

Acadêmica do curso de Medicina UFFS

Contato:

heloisa.brito@estudante.uffs.edu.br

(67) 998583476

Sendo a participação de todos os adolescentes totalmente voluntária, estou ciente de que não terei direito a remuneração. Também fui esclarecida(o) de que, se tiver alguma dúvida, questionamento, ou reclamação, poderei me comunicar com o Comitê de Ética em Pesquisa da UFFS, utilizando o seguinte contato: **Comitê de Ética em Pesquisa da UFFS, Rodovia SC 484 Km 02, Fronteira Sul, CEP 89815-899 Chapecó-Santa Catarina – Brasil**. Fone (49) 2049-3745. E-mail: cep.uffs@uffs.edu.br.

CAAE: 63568122.1.0000.5564

Número do Parecer de aprovação no CEP/UFFS: 5.707.534

Data de Aprovação: 18/10/2022

2.1.15 APÊNDICE F

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (PARTICIPANTES QUE POSSUEM 18 ANOS)

Prezado participante,

Você está sendo convidado (a) para participar da pesquisa intitulada “Efeitos do racismo na saúde mental infantojuvenil”, sob a responsabilidade dos pesquisadores Prof. Dr. Adelmir Fiabani, Profa. Dra. Priscila Pavan Detoni, Prof. Ms. José Ribamar Fernandes Saraiva Junior e Heloísa Marcelle da Silva Brito (aluna negra do curso de Medicina da UFFS).

Nesta pesquisa nós estamos buscando investigar a ocorrência de efeitos psíquicos no público infantojuvenil, decorrentes do racismo, em duas escolas públicas, uma municipal e outra estadual, de ensino fundamental II e ensino médio, respectivamente, na cidade de Passo Fundo, no Rio Grande Sul. Desse modo, temos o objetivo de analisar as principais consequências do racismo na saúde mental em diferentes ambientes sociais.

Na sua participação você será convidado a escrever uma carta relatando suas experiências relacionadas ao racismo vivenciado por você ou alguém próximo de você, destacando como sua saúde pode ter sido prejudicada pelo racismo e como o racismo interfere no modo como as pessoas negras se subjetivam (beleza, inteligência, capacidade). E posteriormente, se for da sua vontade, será inserido em um grupo focal nomeado como “Vivências de uma cor: entre o ser e o vir a ser”, o qual será um espaço de conversa e reflexão com os pesquisadores e outros participantes negros/as, sobre as suas vivências na negritude, suas experiências e a realidade cotidiana que vive relacionada ao racismo na sociedade. Essa etapa da pesquisa será realizada por meio de um diálogo em grupo, em um lugar restrito para os envolvidos na pesquisa. E você somente poderá ter acesso ao local de realização do grupo focal por meio da senha (número) que deve ser destacado do papel para a escrita da carta e que é semelhante ao número que foi grampeado ao seu bloco de termos de assentimento e consentimento. É importante ressaltar que você deverá preencher somente este termo de consentimento, por já possuir 18 anos, apesar de ter os três termos impressos contigo. Antes de iniciar o grupo focal o participante deverá preencher um formulário sociodemográfico, o qual interroga, por exemplo, com quantos anos você entrou na escola. O grupo focal será realizado conforme disponibilidade de horários da escola e será compartilhado o horário e local em uma plaquinha exposta próxima as caixas de coleta e depósito, dos termos e cartas, na direção da escola, a fim de evitar a exposição a todos sobre o horário e local de realização do grupo focal. A análise dos dados será feita por meio da leitura das cartas pelos pesquisadores, as quais não estarão identificadas com o nome, mas somente com a idade e autoidentificação da cor da pele, e essas cartas não serão debatidas e identificadas no grupo focal, pois nele somente serão trabalhados os conteúdos sobre racismo na adolescência. Os resultados da pesquisa serão publicados e ainda assim a sua identidade será preservada. Os resultados estarão à sua disposição quando finalizada.

Você não terá nenhum gasto e ganho financeiro por participar na pesquisa.

Este estudo apresenta risco de danos psicológicos e de trazer a tona memórias angustiantes e dolorosas, além de pode envolver a possibilidade de constrangimento.

Caso os riscos venham a se concretizar, você terá a disposição o atendimento psiquiátrico ofertado pela equipe da pesquisa. Nesse sentido, o médico psiquiatra e coordenador, Prof. Me. José Ribamar Fernandes Saraiva Junior, assumirá esse papel, bem como realizará os encaminhamentos pertinentes. Além do atendimento psiquiátrico disponível, você terá à disposição suporte psicológico por meio do Centro de Psicologia Aplicada, da Universidade de Passo Fundo, o qual disponibiliza atendimento em psicologia para todos aqueles interessados, crianças, adultos, idosos e famílias, de forma gratuita. Como benefício os dados da pesquisa contribuirão para o desenvolvimento de estratégias que possibilitem o enfrentamento à discriminação racial no contexto político, governamental e social; bem como possibilitar o surgimento de mecanismos melhores de tratamento em saúde para os adolescentes atingidos pelo preconceito racial.

Você não é obrigado a participar da mesma se não desejar. Você é livre para deixar de participar da pesquisa a qualquer momento sem nenhum prejuízo ou problema para você.

Uma via original deste Termo de Esclarecimento ficará com você.

Eu, _____, fui informado(a) dos objetivos do presente estudo de maneira clara e detalhada e esclareci minhas dúvidas. Sei que a qualquer momento poderei solicitar novas informações, e eu poderei modificar a decisão de participar se assim o desejar. Declaro que concordo em participar desse estudo. Receberei uma via deste termo de consentimento livre e esclarecido.

Eu aceito participar do projeto citado acima, voluntariamente, após ter sido devidamente esclarecido.

Assinatura do(a) menor

Adelmir Fiabani

_____, de.....de 2022

Qualquer dúvida a respeito da pesquisa, você poderá entrar em contato com:

Prof. Dr. Adelmir Fiabani

Contato: adelmir.fiabani@uffs.edu.br

(55) 99631-6725

Heloísa Marcelle da Silva Brito

Acadêmica do curso de Medicina UFFS

Contato:

heloisabrito@estudante.uffs.edu.br

(67) 998583476

Sendo a participação de todos os adolescentes totalmente voluntária, estou ciente de que não terei direito a remuneração. Também fui esclarecida(o) de que, se tiver alguma dúvida, questionamento, ou reclamação, poderei me comunicar com o Comitê de Ética em Pesquisa da UFFS, utilizando o seguinte contato: **Comitê de Ética em Pesquisa da UFFS, Rodovia SC 484 Km 02, Fronteira Sul, CEP 89815-899 Chapecó-Santa Catarina – Brasil**. Fone (49) 2049-3745. E-mail: cep.uffs@uffs.edu.br.

CAAE: 63568122.1.0000.5564

Número do Parecer de aprovação no CEP/UFFS: 5.707.534

Data de Aprovação: 18/10/2022

2.1.16 APÊNDICE G

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Eu, _____, idade: _____ anos, Endereço: _____, responsável pelo adolescente _____, na qualidade de _____, fui informado(a) sobre o trabalho de pesquisa intitulado: “Efeitos do racismo na saúde mental infantojuvenil”, a ser desenvolvido pela acadêmica Heloísa Marcelle da Silva Brito do curso de Medicina da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS) sob orientação do Professor Dr. Adelmir Fiabani, da UFFS, e coorientação da Prof^a. Dr^a. Priscila Pavan Detoni, da UFFS, e do Prof. Me. José Ribamar Fernandes Saraiva Junior, da Atitus Educação.

Estou ciente que a acadêmica e/ou o orientador acima referidos observarão a ocorrência de efeitos psíquicos no público infantojuvenil, decorrentes do racismo em adolescentes que estão entre o 6º e o 9º ano do ensino fundamental e entre a 1º e 3º série do ensino médio, na cidade de Passo Fundo, no Rio Grande Sul. A pesquisa procurará determinar as principais consequências do racismo na saúde mental de adolescentes que sofreram discriminação racial em diferentes ambientes sociais, quais as características sociais desses adolescentes que têm sua saúde prejudicada pelo racismo e como o racismo interfere no modo como esses indivíduos se veem (beleza, inteligência, capacidade etc); e, assim, poderá contribuir para o desenvolvimento de estratégias que possibilitem o enfrentamento a discriminação racial no contexto político, governamental e social; bem como possibilitar o surgimento de mecanismos de tratamentos em saúde mais adequados para a população atingida pelo preconceito racial. Este estudo apresenta risco de danos psicológicos e de trazer à tona memórias angustiantes e dolorosas, além de envolver a possibilidade de constrangimento. Visando minimizar a ocorrência desses riscos realizaremos a escrita das cartas anônimas sobre vivências do racismo. E posteriormente, caso haja interesse os/as adolescentes serão convidados para um grupo focal nomeado como “Vivências de uma cor: entre o ser e o vir a ser”, o qual será um espaço de conversa e reflexão com os pesquisadores e outros participantes negros/as, sobre as suas vivências na negritude, suas experiências e a realidade cotidiana que vive relacionada ao racismo na sociedade. Essa etapa da pesquisa será realizada por meio de um diálogo em grupo, em um lugar restrito para os envolvidos na pesquisa. Antes de iniciar o grupo focal o participante deverá

preencher um formulário sociodemográfico, o qual interroga, por exemplo, com quantos anos o participante entrou na escola. O grupo focal será realizado conforme disponibilidade de horários da escola e será compartilhado o horário e local em uma plaquinha exposta próxima as caixas de coleta e depósito, dos termos e cartas, na direção da escola, a fim de evitar a exposição a todos sobre o horário e local de realização do grupo focal. E o/a adolescente pelo/a qual você é responsável somente poderá ter acesso ao local de realização do grupo focal por meio da senha (número) que deve ser destacado do papel para a escrita da carta e que é semelhante ao número que foi grampeado ao bloco de termos de assentimento e consentimento coletado por ele/ela. A análise dos dados será feita por meio da leitura das cartas pelos pesquisadores, as quais não estarão identificadas e nem debatidas e identificadas no grupo focal, somente trabalhados os conteúdos sobre racismo na adolescência.

Os/as participantes serão informados previamente que poderão interromper a participação a qualquer momento ou não responder alguma das perguntas, caso o diálogo comece a causar grande sofrimento. Além disso, as cartas deverão ser escritas em casa e o grupo focal ocorrerá na escola em ambiente reservado somente para o grupo de participantes e pesquisadores, sem interferência de qualquer pessoa externa. Caso os riscos venham a se concretizar, os estudantes terão a disposição o atendimento psiquiátrico ofertado pela equipe da pesquisa. Nesse sentido, o médico psiquiatra e coordenador, Prof. Me. José Ribamar Fernandes Saraiva Junior, assumirá esse papel, bem como realizará os encaminhamentos pertinentes. Além do atendimento psiquiátrico disponível, os participantes da pesquisa terão à disposição suporte psicológico por meio do Centro de Psicologia Aplicada, da Universidade de Passo Fundo, o qual disponibiliza atendimento em psicologia para todos aqueles interessados, crianças, adultos, idosos e famílias, de forma gratuita.

Por ser este estudo de caráter puramente científico, os resultados serão utilizados somente como dados da pesquisa, e o nome das famílias, crianças e professoras envolvidas não serão divulgados, respeitando o sigilo.

Estou ciente que, se em qualquer momento me sentir desconfortável com a realização da pesquisa poderei retirar este consentimento sem qualquer prejuízo para mim ou para o adolescente. Fui esclarecido(a) também que, no momento em que eu desejar de maiores informações sobre esta pesquisa, mesmo após sua publicação, poderei obtê-las entrando em contato com o acadêmico ou o seu orientador, nos seguintes telefones e/ou endereço:

Prof. Dr. Adelmir Fiabani

Contato: adelmir.fiabani@uffs.edu.br

(55) 99631-6725

Heloísa Marcelle da Silva Brito

Acadêmica do curso de Medicina UFFS

Contato:

heloisa.brito@estudante.uffs.edu.br

(67) 998583476

Endereço para correspondência: R. Cap. Araújo, 20 - Centro, Passo Fundo - RS, 99010-121

Sendo a participação de todos os adolescentes totalmente voluntária, estou ciente de que não terei direito a remuneração. Também fui esclarecida(o) de que, se tiver alguma dúvida, questionamento, ou reclamação, poderei me comunicar com o Comitê de Ética em Pesquisa da UFFS, utilizando o seguinte contato: **Comitê de Ética em Pesquisa da UFFS, Rodovia SC 484 Km 02, Fronteira Sul, CEP 89815-899 Chapecó - Santa Catarina – Brasil**. Fone (49) 2049-3745. E-mail: cep.uffs@uffs.edu.br.

CAAE: 63568122.1.0000.5564

Número do Parecer de aprovação no CEP/UFFS: 5.707.534

Data de Aprovação: 18/10/2022

Por estar de acordo com a participação do/da adolescente pelo/a qual sou responsável, assino este termo em duas vias, sendo que uma ficará em meu poder e a outra será entregue aos pesquisadores.

Autorizo a participação do/da adolescente pelo/a qual sou responsável.

Passo Fundo/RS, _____ de _____ de
2022

Assinatura (de acordo)

Os pesquisadores, abaixo-assinados, se comprometem a tomar os cuidados e a respeitar as condições estipuladas neste termo.

Adelmir Fiabani

Heloísa Marcelle da Silva Brito

Os pesquisadores deverão assinar no final e rubricar as páginas anteriores.

2.1.17 APÊNDICE H

Identificação da

caixa

COLETA

CARTAS

2.1.18 APÊNDICE I

Identificação da caixa

COLETA

TERMOS

2.1.19 APÊNDICE J

Identificação da caixa

DEPÓSITO

CARTAS

2.1.20 APÊNDICE K

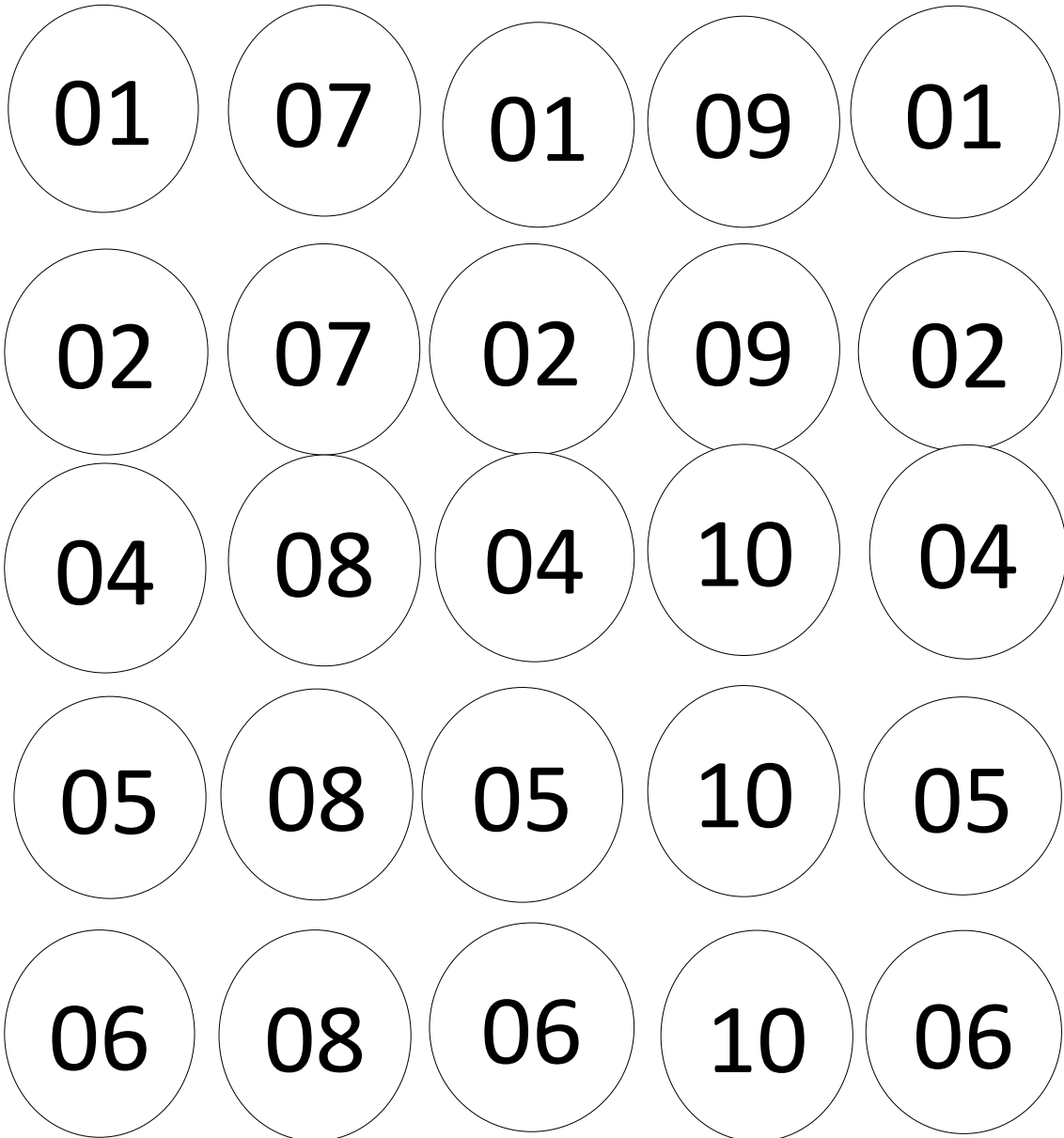
Identificação da caixa

DEPÓSITO

TERMOS

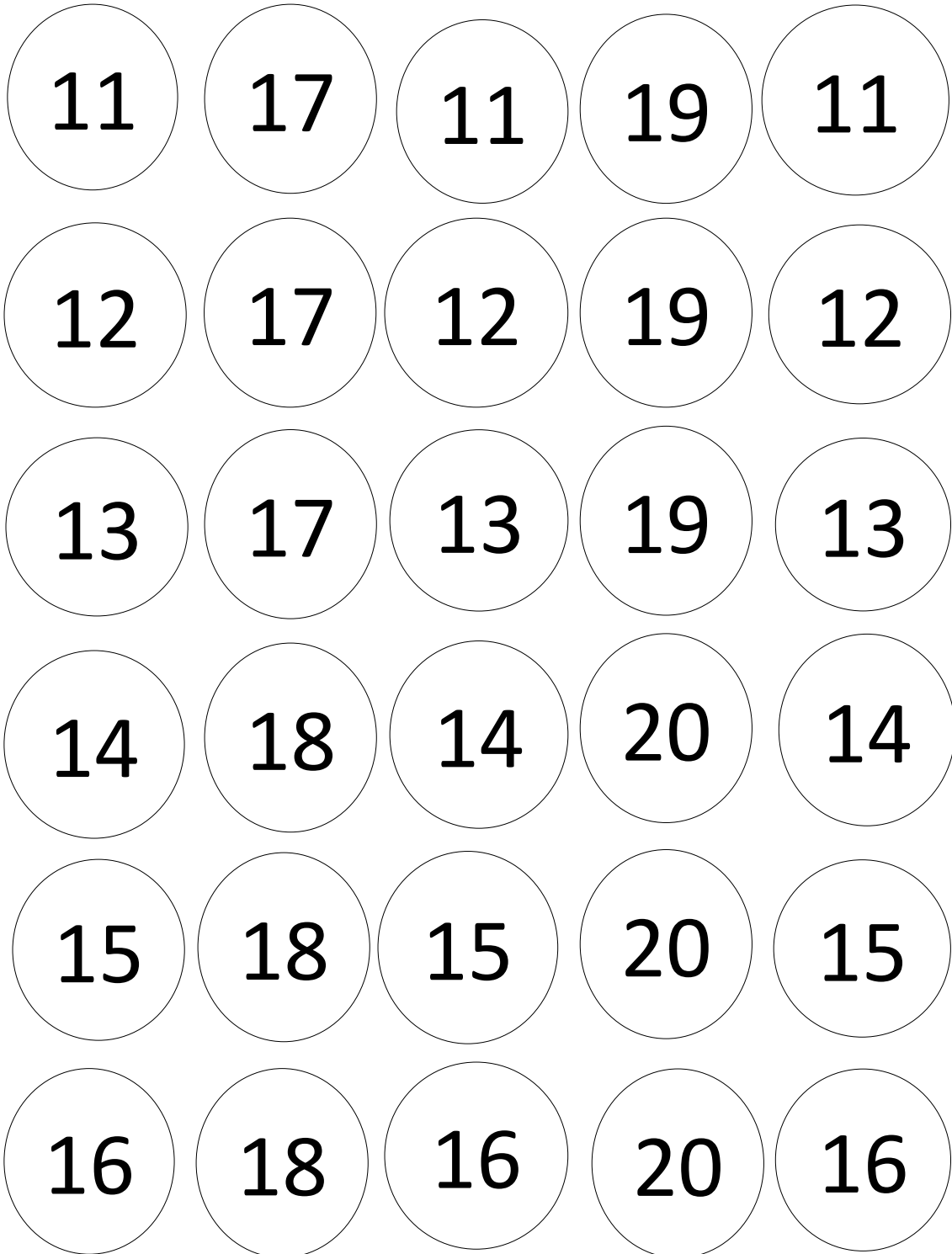
2.1.21 APÊNDICE L

Numeração das senhas que serão grampeadas no bloco de termos e nas cartas – escola municipal



2.1.22 APÊNDICE M

Numeração das senhas que serão grampeadas no bloco de termos e nas cartas – escola estadual



2.1.23 APÊNDICE N

CARTA

AUTODECLARAÇÃO:

IDADE:

SÉRIE:

2.1.24 APÊNDICE O

ROTEIRO DO GRUPO FOCAL

Questões guia

1 O que é o racismo?

2 Sobre o debate com outras pessoas em relação ao racismo

3 Sobre a aparência

4 Sobre a autoidentificação e representatividade



2.1.25 APÊNDICE P

QUESTIONÁRIO SOCIODEMOGRÁFICO

PARTICIPANTE

Número de identificação:

Você se considera de qual cor:

Idade:

Gênero: masculino () feminino () outros()

Estado civil: solteiro () namorando () casado (a) () divorciado (a) () viúvo (a) () união de facto/vive junto ()

Possui filhos? sim () não()

Se sim, quantos?

Com quem você mora:

Nome da escola em que estuda:

Ano escolar:

Com quantos anos você entrou na escola:

Você gosta de estar na escola? sim() não() Se não, por qual motivo?

Trabalha? Sim () não ()

Se sim, qual tipo de trabalho realiza?

Você possui algum problema de saúde? sim() não() Se sim, qual(ais)?

Você possui alguma doença mental diagnosticada? sim() não() Se sim, qual(ais)?

Se sim, está a obter acompanhamento de um psiquiatra ou psicólogo? sim() não()

Se sim em relação a pergunta anterior, há quanto tempo?

Se não, por qual motivo?

Se precisar de ajuda por algum motivo, você tem com quem contar? sim() não()

Você dorme bem à noite?

Você se sente triste com frequência?

Você se sente excluído dos grupos de amigos?

2.2 RELATÓRIO DE PESQUISA

2.2.1 Apresentação

O presente trabalho foi realizado sob orientação do Prof. Dr. Adelmir Fiabani e coorientação da Prof. Dra. Priscila Pavan Detoni e do Prof. Me. José Ribamar Fernandes Saraiva Junior. O tema do Trabalho de Curso (TC), “*Efeitos do racismo na saúde mental infantojuvenil*”, foi decidido quando a discente autora cursava o segundo semestre do curso de Medicina, no segundo semestre de 2020, após matricular-se no Componente Curricular optativo “*Educação para as relações étnico-raciais, gênero e direitos humanos*”, o qual faz parte da matriz curricular do curso de Medicina da Universidade Federal da Fronteira Sul - Campus Passo Fundo (UFFS - PF), ministrada pelo prof. Dr. Adelmir Fiabani, orientador do referido trabalho. Nesse espaço foi construído um arcabouço de discussões, diálogos, depoimentos e renovação, bem como construção, de novas perspectivas sobre o tema e, também, sobre a possibilidade de fazer pesquisa nessa temática dentro do contexto da saúde. Ademais, as questões abordadas e referenciadas nessa pesquisa partem de uma vivência também experimentada pela discente autora, a qual almeja, por meio desse espaço de ressignificação e reparação, enfrentar a problemática do racismo estrutural que, apesar de permear o cotidiano das pessoas negras e fragilizar a saúde mental das mesmas, encontra-se encoberto pela sua deficiente abordagem em espaços como o meio acadêmico e, sobretudo, o curso de Medicina.

Assim sendo, o projeto de pesquisa do trabalho foi desenvolvido no Componente Curricular (CCR) de Trabalho de Curso I (TCI), que compõe o quinto semestre da matriz curricular do curso Medicina da UFFS - PF. Inicialmente, o projeto teve como objetivo investigar os efeitos do racismo na saúde mental de adolescentes matriculados no ensino fundamental II de uma escola particular e de uma escola pública municipal da cidade de Passo Fundo no Rio Grande do Sul, no entanto, encontrou-se grande resistência por parte das instituições privadas contatadas em aceitar o desenvolvimento da pesquisa em seus âmbitos. É de extrema importância salientar os imbróglios emergidos, pois, até chegar a definição das escolas referenciadas como âmbitos de pesquisa, muitos “nãos” diretos ou indiretos foram recebidos, desde escolas que foram primeiramente alcançadas através de professores da instituição, mas que, após os mesmos entrarem em contato com a direção, foram, supostamente, impedidos de

apoiarem o projeto e, simplesmente, deixaram de responder as mensagens e contatos realizados pelos pesquisadores; até escolas que dificultaram a viabilidade da pesquisa pela não presença de estudantes negros em seus espaços. Tais fatos revelam uma realidade que reafirma a necessidade da busca por levantamentos, investigações, diálogos e reflexões sobre a temática, nos distintos âmbitos, na medida em que, por vezes, o racismo se encontra encoberto nas entrelinhas, na informação impossibilitada de ser analisada, no embranquecimento de uma minoria que, por razões diversas, se ascenderam financeiramente/socialmente e tiveram sua identidade étnica sufocada por terceiros ou inibida por si próprio como uma maneira de se adequar aos ambientes frequentados.

Além disso, a investigação nas escolas públicas, sobre a possibilidade de realização da pesquisa, trouxe à tona deficiências no que se refere ao registro da étnico identificação dos alunos, na medida em que, segundo os representantes das instituições, tal registro não é mais realizado, sendo uma exigência, de acordo com alguns desses, feita por órgãos superiores. O que, de certo modo, dificultou a realização de uma análise mais guiada relacionada à presença dos estudantes aptos a participarem da pesquisa de acordo com os critérios de inclusão. Nesse contexto, tal levantamento contou com a ajuda de alguns funcionários que informaram a presença da população do estudo nas instituições. Diante desse cenário, no CCR de Trabalho de Curso II (TCII), que compõe o sexto semestre do curso de Medicina da UFFS-PF, o projeto teve seus objetivos e metodologia modificados, definindo-se como população de estudo os adolescentes matriculados em uma escola pública municipal de ensino fundamental II e aqueles matriculados em uma escola pública estadual de ensino médio, ambas localizadas na cidade de Passo Fundo – RS, já que as mesmas foram receptivas e mostraram-se interessadas em contribuir com a realização do estudo.

O projeto completo, bem como o Termo de Ciência e Concordância das Instituições Envolvidas na realização da pesquisa, foi enviado para aprovação da Secretaria de Educação do Município de Passo Fundo no dia 12 de julho de 2022, tendo sido retornado o parecer favorável no dia 14 de julho de 2022; para a Escola Municipal de Ensino Fundamental Dom José Gomes no dia 12 de agosto de 2022, retornando o parecer positivo em 17 de agosto de 2022; para a Escola Estadual Cecy Leite Costa e para 7º Coordenadoria Regional de Educação do Rio Grande do Sul no dia 25 de agosto de 2022, recebendo o parecer favorável, respectivamente, em 25 de agosto de 2022 e 09 de setembro de 2022. No dia 09 de setembro de 2022, o projeto foi submetido para avaliação do Comitê de Ética

em Pesquisa da Universidade Federal da Fronteira Sul (CEP-UFFS). Após, no dia 12 de setembro de 2022, foi deliberado pela secretária a rejeição do projeto de pesquisa, não sendo o mesmo encaminhado para a relatoria, pela necessidade de ajustar as pendências sinalizadas. Desse modo, visando adequar a pesquisa as exigências propostas pelo CEP-UFFS, foi alterado o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) (Apêndice F), a folha de rosto e o Termo de Ciência e Concordância da Secretaria Municipal de Educação (Apêndice A), sendo, nessa ordem, modificado o título do TCLE, com a adição de uma letra que foi abolida na digitação, realizada a assinatura da folha de rosto pelo coordenador do curso de Medicina da UFFS-PF e acrescentado o carimbo da Secretaria Municipal de Educação no termo de Ciência e Concordância. Assim, o projeto foi novamente submetido ao CEP no dia 22 de setembro de 2022, sendo aceito pela secretária e indicado para a relatoria no mesmo dia. No dia 23 de setembro de 2022 foi confirmada a indicação de relatoria pela coordenação do CEP e no dia 26 do mesmo mês houve a aceitação de elaboração de relatoria e parecer do relator emitido por membro do CEP. Em 18/10/2022 foi postado um novo parecer do CEP que delimitava alterações no projeto para que houvesse completa adequação do protocolo de pesquisa à legislação vigente. Nesse contexto, foi pedido para que houvesse a alteração da data de início de realização da pesquisa de setembro de 2022 para após a aprovação pelo CEP, bem como incluir somente o período que corresponde à coleta e análise dos dados, assim, foi alterado para o período de dezembro de 2022 a abril de 2023; em relação a metodologia e ao desenho foram feitas diversas interrogações, as quais foram respondidas por meio de uma explicação mais minuciosa do processo metodológico; sugeriu-se reescrever ou retirar as hipóteses, considerando que não há necessidade de ter hipótese em pesquisas de Ciências Humanas, as mesmas foram, então, excluídas; sobre os anexos, foi sugerido a retirada das perguntas do questionário sociodemográfico que extrapolam o objetivo da pesquisa e no TCLE e no termo de assentimento orientou-se acrescentar riscos sugeridos e incluir CAAE, número do parecer e data de aprovação, bem como produzir o TCLE para os respondentes com 18 anos. Todas as modificações foram realizadas. Desse modo, no dia 29 de outubro de 2022 a segunda versão do projeto foi submetida novamente para avaliação, sendo sua indicação, confirmação e aceitação pela relatoria realizada em 31 de outubro 2022 e o último parecer foi liberado pelo CEP (ANEXO A) em 03 novembro 2022 confirmando a aprovação do projeto de pesquisa.

2.2.2 Desenvolvimento

2.2.2.1 Organização da equipe de pesquisa

A discente autora do projeto contou com o apoio do orientador Prof. Dr. Adelmir Fabani, graduado em estudos sociais, mestre e doutor em história, pesquisador atuante na temática sobre comunidades negras no Brasil, relações étnico-raciais e história da África; e da coorientadora Prof^a Dra. Priscila Pavan Detoni, psicóloga, mestra e doutora em psicologia social e institucional, estudante de temáticas que envolvem políticas públicas, direitos humanos, saúde do/a trabalhador/a, corporalidade, interseccionalidades, migrações, relações de gênero e sexualidade, violências intrafamiliares, para a condução da pesquisa nas escolas.

2.2.2.2 Logística da coleta de dados

Após autorização da pesquisa pelas instituições envolvidas e pelo Comitê de Ética em Pesquisa da UFFS, a discente autora organizou um calendário de atividades com as escolas de modo que não interferisse no prosseguimento das atividades letivas. Foi realizado, pela discente autora, a impressão e a confecção dos materiais necessários, bem como foi organizado com as escolas a possibilidade de utilização de data-show e caixa de som para ser explanado uma apresentação de slide. Nesse contexto, em data previamente definida, e distinta em cada instituição, a acadêmica foi até a escola estadual, com a sua equipe de pesquisa, e o apoio do professor da instituição fiscalizador das atividades, em cada sala individualmente, e na escola municipal, no auditório, apresentar a cerca do tema da pesquisa e convidar para a participação do projeto, explicando sobre conceitos importantes, como autodeclaração e diferença entre raça e etnia, bem como o passo a passo para participar da pesquisa. Além disso, foi deixado todo o material necessário na diretoria das escolas para a coleta dos termos e cartas e depósito dos mesmos, para que após 15 dias a discente retornasse para buscá-los e, em data definida, realizasse os grupos focais.

2.2.2.3 Período da coleta de dados

O trabalho foi iniciado na escola estadual no dia 10 de novembro de 2022, no turno da tarde, por meio da conversa sobre o tema em estudo e convite para a confecção das cartas e participação do grupo focal, nas turmas da primeira e segunda série, utilizando cerca de 30 minutos em cada sala para a realização desse diálogo. No dia 17 de novembro de 2022, pela manhã, o mesmo roteiro foi

seguido na escola municipal, entretanto, por questões de organização e adequação aos horários de atividades da escola, todos os alunos do ensino fundamental II do período foram organizados em local destinado para realização de palestras na instituição e lá, então, foi realizada a apresentação do projeto para os adolescentes, a conversa teve um tempo total de cerca de 60 minutos. No dia 24 de novembro de 2022, quinze dias depois, a equipe de pesquisa retornou à escola estadual para coletar as cartas e realizar o grupo focal, no entanto, nenhum aluno havia escrito a carta. Então, foi reforçado o convite novamente nas salas de aula, apresentando a perspectiva de retorno no dia 01 de dezembro de 2022 no mesmo turno. Na data combinada a equipe retorna em busca do material, mas nenhum aluno havia elaborado a carta. Nesse contexto, a equipe de pesquisa passou novamente nas salas enfatizando o convite e referenciando um retorno no dia 15 de dezembro de 2022 para verificar se houve adesão por parte dos alunos ao projeto e realizar essa última tentativa de apreensão de participantes. Ao retornar na data prevista, a equipe de pesquisa constatou que nenhum estudante da escola estadual havia aderido a pesquisa. Em relação à escola municipal, o retorno para a coleta das cartas foi definido para o dia 01 de dezembro de 2022, pela manhã, bem como o grupo focal, como foi sinalizado pela plaquinha orientadora presente na diretoria da escola. Na data definida, então, foram recolhidos os termos e cartas dos participantes e os mesmos apareceram ao local definido para o grupo focal com seus números de identificação. Antes de iniciar, preencheram o questionário sociodemográfico. A realização do grupo contou com a participação de seis adolescentes e durou cerca de 60 min.

2.2.2.4 Perdas

A amostra inicial foi definida de acordo com o que a literatura traz sobre o melhor quantitativo de participantes de um grupo focal. Nesse sentido, recomenda-se que cada grupo focal será formado por até dez indivíduos, pois um número maior de participantes, segundo Pires e Santos (2019, p. 332), fugiria da capacidade de compreensão das dinâmicas enriquecedoras que se passam no momento da pesquisa, e de análise posterior, mesmo com transcrições de áudios. Assim sendo, foi estabelecido um quantitativo de dez participantes na escola estadual e dez na municipal. No entanto, entendendo que o processo exigia uma efetividade de integração pesquisadores, escola, estudantes e família para sua concreta realização, mesmo diante do apoio estabelecido pelo professor fiscalizador das atividades, faltou, talvez, um empenho mais amplo da instituição estadual em absorver conscientemente a pesquisa como parte de um arcabouço

que integra o processo de ensino e aprendizagem e que, também, como outras atividades desenvolvidas, exigia um reforço de informação e sensibilização sobre a importância do tema e da participação, já que o professor fiscalizador da instituição somente poderia acompanhar a pesquisa em um único dia da semana e, conseqüentemente, quando era possível, ratificar a importância da pesquisa e refazer o convite feito anteriormente pela equipe de pesquisa. Além disso, uma interferência relevante no quantitativo de participantes está relacionada a burocracia estabelecida para participar da pesquisa, no que diz respeito a assinatura do termo de assentimento pelos adolescentes e pelo TCLE pelos pais. É válido afirmar a importância desses constitutivos para assegurar uma pesquisa de qualidade, séria e segura, sendo sua importância inquestionável, entretanto, a burocratização do processo foi uma das questões percebidas que corroboraram para a não adesão. O processo de ler, assinar e levar até a casa para que os responsáveis assinem o documento, mais que um desgaste relacionado ao processo, encobre também a questão do constrangimento que muitos dos adolescentes podem ter sentido em tocar em um tema muito sensível, que não é sempre, ou nunca, debatido em casa; de repente, uma postura que não se mostra cotidianamente favorável a um movimento contrário ao problema trazido não desperte no adolescente abertura necessária para levar tal questão para casa. Ademais, a falta de identificação com o tema e sua abordagem, bem como com a importância que tais ações representam para a inibição de comportamentos patológicos propagados pela sociedade, ainda hoje, em relação ao racismo evidencia um fator determinante para a efetividade das ações na escola. Nesse sentido, mesmo que a discente autora tenha trazido, para os adolescentes, aspectos da temática e abordado o contexto em que está inserida a pesquisa, exigia-se um pouco mais de percepções apreendidas ao longo do percurso vivencial dos estudantes, seja na escola ou na família, a cerca da problemática, para que assim eles pudessem sentir a necessidade de combater o contexto problemático levantado. Acredita-se que todos esses aspectos tenham contribuído para a não efetivação das ações na escola estadual e como, conseqüente, a não participação de nenhum aluno da instituição na pesquisa. Por outro lado, a escola municipal mostrou-se efetivamente integrada e engajada na realização do projeto na escola. A equipe de pesquisa contou com o apoio da direção, da coordenação e dos professores, tanto para a organização do espaço de diálogo sobre o tema, como para a sensibilização posterior dos alunos sobre a importância da participação do projeto. Ainda no momento do convite houve relatos de alunos sobre vivências relacionadas a temática, expectativa de participação, entre outras

questões que os próprios alunos trouxeram. Foi um momento muito gratificante de percepção do empenho e da significância das falas compartilhadas para a efetivação das ações do projeto e todas as contribuições que aquele diálogo pode trazer para melhoria de aspectos relevantes no dia a dia daquela instituição. Por todos esses motivos, houve um número relevante de participantes na escola municipal. Inicialmente seriam oito participantes, mas, no dia do recolhimento dos termos e cartas, dois dos adolescentes participantes foram, voluntariamente, até a direção da escola explicar a pesquisadora que haviam levado o termo para assinar, mas que, por questões familiares, não iriam participar. Assim, foram coletadas seis cartas, três em branco, e realizado o grupo focal com as seis pessoas que fizeram a devolutiva dos instrumentos.

2.2.2.5. Controle de qualidade dos dados

Para análise dos dados da pesquisa foi utilizado o método difundido por Minayo, Deslandes e Neto (2002), a partir da análise temática, que trabalha com a ideia de dividir as informações coletadas em categorias. Nesse sentido, antes do trabalho de campo foram definidas as categorias a serem pesquisadas e, após a coleta de dados, outras também foram formuladas visando a classificação dos dados encontrados no trabalho de campo. Após, foi feita uma comparação entre as categorias gerais, estabelecidas anteriormente, e as categorias específicas, formuladas após o trabalho de campo. Nesse contexto, o método utilizado para interpretação das falas dos participantes da pesquisa foi a análise temática. E para validação dos resultados, foi realizada uma apresentação e discussão das respectivas categorias com toda a comunidade escolar, de forma a conversar sobre a temática de forma geral, sem fazer referência ou identificar a fala de qualquer participante, além de oferecer acompanhamento psicológico às participantes que foram identificadas com tal necessidade, de modo a realizar uma devolutiva para a instituição e fundamentar uma perspectiva de pesquisa “com” e não “sobre”, para que a pesquisa possa fazer sentido na perspectiva de uma educação antirracista e pela melhoria da saúde mental e global de estudantes adolescentes negros e negras.

2.2.3 Considerações finais

Ao fim da análise dos dados foi desenvolvido a redação do artigo científico. A estruturação do texto está de acordo com as normas da revista “Desidades: Revista Científica da Infância, Adolescência e Juventude”; sendo submetido após aprovação da banca avaliadora. Ademais, foi dado o retorno a

instituição municipal sobre a pesquisa, no dia primeiro de janeiro de 2023, por meio de uma palestra direcionada às temáticas identificadas no grupo focal, de forma generalizada, a toda comunidade escolar. Além de ter sido oferecido suporte em saúde mental às participantes da pesquisa identificadas com tal demanda.

Referências

MINAYO, M. C. S. Trabalho de campo: contexto de observação, interação e descoberta. In: MINAYO, M. C. S.; DESLANDES, S. F.; GOMES, R. (orgs). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 34. ed. - Petrópolis, RJ: Vozes, 2015, pp. 61-78.

PIRES, F. F.; SANTOS, P. O. S. **O uso de grupos focais na pesquisa etnográfica com crianças**. Florianópolis: Zero-a-seis, v. 21, n. 40, set./dez., 2019, p. 310-342. Disponível em:

<https://periodicos.ufsc.br/index.php/zeroseis/article/view/1980-4512.2019v21n40p318/41866>. Acesso em: 11/05/2022.

APÊNDICE A: DIÁRIO DE CAMPO

Escola estadual

O convite

No dia 10/11/2022 a equipe de pesquisa foi, durante toda a tarde, até a escola estadual conversar com os estudantes do ensino médio, os quais estavam sob supervisão do professor responsável institucional por acompanhar o desenvolvimento da pesquisa. Em todas as turmas, antes de explicar o passo a passo da pesquisa, trabalhamos a problemática do racismo: o que são cotas raciais; o que é o racismo, seus tipos e concepções; o que é se autodeclarar e qual a importância da pesquisa e seu papel na busca pela transformação social.

Ao todo, passamos em três turmas. A primeira turma era bastante pequena numericamente. A percepção inicial sobre o grupo que fazia parte dela, majoritariamente, de acordo com as concepções dos pesquisadores, branca, foi que houve um certo estranhamento por parte dos adolescentes, foi possível perceber expressões de descontentamento sobre o assunto, por parte de alguns, um sorriso de lado para o colega ao lado, um suspiro de fadiga, um olhar desatento. O sentimento estabelecido sobre aqueles que foram pesquisar foi de desesperança em relação ao retorno dos estudantes, justamente por conta da expressividade antagônica a uma possível contribuição na busca pelas informações sobre questões relacionadas ao racismo.

A segunda turma demonstrou uma maior entrega ao processo. Houve duas falas de jovens, os quais abordaram o que entendiam por racismo e a importância de combater o mesmo e o quanto era um processo degradante e triste. Algo que nos chamou a atenção logo na entrada foi a configuração da sala: duplas e grupos formados pela sala e ao fundo, no último lugar, um jovem preto retinto, de acordo com a visão dos pesquisadores, com um boné e capuz cobrindo a cabeça, quase sempre com a cabeça baixa e sem dupla/grupos em volta. Configuração típica de um ambiente, quase sempre, segregador, o qual tem a possibilidade de ser descrito nas cartas. Segundo Silva (2011, p. 19) integrar, respeitar, entender, conhecer, incluir, são atitudes que devem fazer parte de um ambiente produtor e construtor de conhecimentos composto pela diversidade cultural, este ambiente é a escola. Nesse sentido, quando a mesma, indireta e inconscientemente, peca na

questão do integrar, acaba estruturando um ambiente de evolução acadêmica, por exemplo, insatisfatória para todos que ali estão e, sobretudo, para aqueles racialmente e etnicamente diferentes da maioria.

A terceira turma tem uma característica bastante distinta das demais. É um grupo maior, mais heterogêneo, racialmente falando, e com uma percepção crítica mais bem estruturada. Nessa turma foi possível observar a presença de mais de três negros retintos, na percepção dos pesquisadores. Houve relatos espontâneos sobre casos de racismo dentro da família, por exemplo, uma menina de pele clara relatou a insatisfação demonstrada pela família acerca de seu namorado que, segundo ela, é preto. A mesma relatou que ao apresentar o namorado para a família escutou, com tom insatisfatório, comentários como “ele é bem pretinho, né?”, dentre outros comentários do tipo. Ela explicou que a família tem esse perfil discriminatório, apesar de parte da família ser, segundo ela, parda. Ela demonstra indignação na fala e, com um tom de inadequação àquele ambiente, aborda a importância do debate promovido pela pesquisa e sua relevância no enfrentamento de um problema tão recorrente e grave. Os demais colegas demonstraram estar atentos e interessados no que foi abordado. Ao fim, muitos deles, de forma espontânea, disseram que com certeza iriam participar da pesquisa e nós, pesquisadores, terminamos sendo aplaudidos pelos adolescentes e recebendo um agradecimento carinhoso pelo trabalho.

Em relação ao professor auxiliar da instituição, que está acompanhando o desenvolvimento da pesquisa com a equipe de pesquisa, observamos que o mesmo mantém um diálogo bastante eficiente e importante, relacionado às questões raciais, com todos os adolescentes. Em cada turma que passamos, observamos a sua interferência para completar informações do seu campo de atuação que é a sociologia. É importante enfatizar essa questão, pois, segundo Silva (2011, p. 22), a educação tem um papel essencial para mudar a direção de discriminação e preconceito nas escolas. Os estudantes devem entender a verdadeira formação social da população brasileira, daí a necessidade de desmontar o preconceito racial ultrapassando os muros da escola.

Coleta das cartas e realização do grupo focal

Na tarde do dia 10 de novembro de 2022 a equipe de pesquisa foi à escola estadual coletar as cartas na diretoria da escola e realizar o grupo focal em local estabelecido, conforme plaquinha disponibilizada na direção, entretanto, não houve participação dos estudantes. A equipe de pesquisa passou novamente nas

salas e reiterou o convite à participação, deixando o retorno marcado para o dia 24 de novembro de 2022. Foi realizado então o retorno, mas, novamente, não havia nenhum material para estudo sobre os alunos da escola estadual. Novamente, a equipe de pesquisa reforçou o convite nas salas que, teoricamente, seriam participantes, informando que deixaria novamente o material disponível na diretoria da escola até o dia 15 de dezembro de 2022, último dia letivo de 2022 na instituição participante, para que os alunos que se sentirem, até a data limite de retorno, à vontade em contribuir com a pesquisa possam coletar os termos e cartas para a escrita. A equipe de pesquisa retornou na data combinada, mas não houve adesão ao projeto.

Escola municipal

O convite

Na manhã do dia 17 de novembro de 2022 a discente autora do projeto foi até a escola municipal conversar com os adolescentes sobre o projeto. Primeiramente, a ideia era passar em cada sala do ensino fundamental II separadamente, ao total são quatro turmas, segundo o professor auxiliar da instituição, com mais de cem alunos em sua totalidade, ou juntar duas turmas por vez. Entretanto, os professores sugeriram, e acharam melhor, juntar todos os adolescentes no auditório para que assim eu pudesse utilizar o telão e o aparelho de som e houvesse esse momento de integração entre as turmas. O ambiente foi montado de forma bem organizada, com diversos bancos coletivos para os alunos, poltrona para que pudesse sentar e um telão grande, onde todos visualizavam bem as imagens dos slides, e um aparelho de som eficiente.

A discente autora iniciou a palestra explicando superficialmente o que iria conversar com os estudantes e se apresentando. No momento da apresentação foi abordado sobre a lei de cotas, já que a estudante autora é cotista e entende o significado e importância desse direito para o que ela é hoje: graduanda em Medicina e futura médica. Foi desenvolvido o tema, já que em 2022 a lei de cotas completou vinte anos de criação e a mesma foi fruto das reivindicações do movimento negro. E a luta dessa minoria trouxe não só as cotas raciais, mas foi fundamental para o surgimento das diversas outras cotas existentes.

Uma informação muito relevante foi levantada a respeito desse tema: quando interrogados sobre o conhecimento da existência de cotas e se sabiam o que são as mesmas, pedindo para que aqueles que afirmassem levantassem as

mãos, nenhum aluno demonstrou conhecimento a respeito do tema. Nesse sentido, sabendo que estavam presentes mais de cem alunos estudantes do 6° ao 9° ano do ensino fundamental e que o próximo passo desses no mundo acadêmico seria o ensino médio e a perspectiva posterior de adentrar o ensino superior, é algo extremamente preocupante. Se os estudantes não têm ciência dos seus direitos e das possibilidades que lhes são destinadas, como esses irão se preparar para um futuro próximo? Como irão enxergar a possibilidade de assumir os seus espaços e de prosperar no mundo acadêmico? São interrogações que devem ser feitas e que devem ser utilizadas para a estruturação de mecanismos eficientes para o enfrentamento dessa problemática. Não é aceitável que alunos de escola pública, de baixa renda e já, muitas vezes, historicamente segregados, não sejam instrumentados sobre os direitos que os cercam. É por isso que muitos desses jovens encontram no mundo do trabalho subvalorizado a única perspectiva de desenvolvimento pessoal.

Após essa primeira etapa, a discente explicou sobre o que é o racismo, foi utilizado para embasar as informações autores destaques na temática, como Munanga e Silvio Almeida, informando a diferenciação de termos muitas vezes complexos ao entendimento, como discriminação e preconceito racial, além das concepções do racismo abordadas por Almeida, que seria a individualista, a institucional e a estrutural. Depois desse momento, foi explicado sobre a falsa ideia da democracia racial e a presença do racismo velado no Brasil. Diante dessa fala a discente autora explicou o motivo da pesquisa, sua importância na quebra de paradigmas e na modificação da estrutura que corroi o seio social de preconceito e discriminação. Além disso, para a participação na pesquisa seria necessário o conhecimento sobre outro termo muito importante, já que o mesmo insere-se como critério de inclusão no processo, que é a definição de autodeclaração. Nesse sentido, foi transmitido um vídeo explicando o que é a autodeclaração, diferença entre raça e etnia, entre outros aspectos. Depois, foi explicado o passo a passo da pesquisa.

Ao fim das explicações foi aberto o momento para a retirada de dúvidas. Várias indagações foram feitas a respeito do tema. Inicialmente uma das professoras presente pediu para explicar qual seria o termo adequado para referenciar a pessoa da pele escura, já que a mesma sentia-se constrangida em um diálogo ao ter que utilizar a expressão “preto/preta” por exemplo. A discente autora explicou que, inicialmente é necessário entender que a expressão “negro” é utilizado para identificar a pessoa “preta” ou “parda”, já que “preto” é designado para referenciar a pessoa negra da pela escura/retinta e o termo “pardo” é utilizado para o negro de pele mais clara. Nesse sentido, no desconhecimento se a pessoa se identifica como “preto” ou “pardo”, mas, de acordo com a pessoa que

fala apresenta características de pessoa negra, na opinião da discente autora o mais correto seria referenciar a pessoa como “negra”. Se há o conhecimento de que a pessoa se autodeclara “preto” ou “pardo”, o ideal seria utilizar o termo em que a pessoa se autodeclara.

Outra professora indagou sobre a questão da raça, se seria correto utilizar o termo raça para referenciar “branco”, “preto”, “pardo” etc, já que biologicamente sabemos que essa diferenciação não seria correta. Nesse momento, a discente autora tentou explicar sobre a importância de abraçar esse problema como método de enfrentamento ao racismo, pois somente negar a sua existência não conduz a resolutividade das questões sociais. Nesse sentido, segundo Berbel (2017, p. 334-335) as relações sociais no Brasil foram estruturadas pela existência de relações raciais. “Se o argumento de que raças não existe, então por que, até o momento, não conseguimos mudar a estrutura que a aparece em números?” Se inexistem negros e brancos, por a sociedade do país ser miscigenada, por que os números dizem o contrário e demonstram que os negros possuem maior chance de virem a ser encarcerados ou mortos? Generalizar os indivíduos não parece contribuir para modificar os problemas estruturais edificados por séculos de crença no mito de raças superiores e inferiores. Ao migrar das fronteiras da ciência, modificou estruturas sociais, criando a falsa ideia da presença de raças superiores e inferiores. Essa questão abriu espaço para o racismo e a continuidade do racismo. Alguns autores defendem a supressão do termo para superar a problemática, todavia o fato é que, mesmo que banida, a ideologia da raça permaneceria na realidade social, política, interferindo na vida saudável de muitos (BERBEL, p. 334-335 e 339, 2017). Então, não cabe a negação do termo, mas sim a utilização do mesmo para enfrentar um problema que existe e, utilizando-se do termo raça, é possível a tentativa de modificação do contexto.

No fim, um dos alunos, uma menina, questionou a discente autora se ela sofreu racismo quando passou no curso de Medicina e ao adentrar o mesmo. A pesquisadora relatou sua experiência, a postura de algumas pessoas diante da sua aprovação, desde pessoas que disseram que não concordam com cotas, que achava a mesma um erro; até o convívio com alguns colegas que, cotidianamente, demonstra diferenciação no tratamento com a mesma, não enxergando a mesma, na percepção da discente autora, como pertencente àquela realidade.

Além disso, ao final da apresentação sobre o tema e diálogo com os estudantes, uma jovem de olhos verdes, pele clara e cabelo cacheado chamou a pesquisadora para agradecer pela palestra e relatar o racismo que tem vivenciado com seus familiares por ser fruto de uma relação inter-racial, mãe

negra e pai branco. Ela disse que houve um episódio no aeroporto em que chegaram a duvidar se a sua mãe era realmente a sua mãe, por ela ser negra, chegando a indagar à adolescente se aquela mulher era a sua mãe, se ela não estava sendo raptada. Esse, segundo a jovem, seria apenas um exemplo das diversas situações que ela já viveu relacionada ao preconceito racial.

Um momento muito marcante foi onde uma adolescente negra, sob a perspectiva da pesquisadora, veio questionar a mesma se realmente ela fazia o curso de Medicina em uma universidade pública e se todo mundo, inclusive ela (adolescente), poderia estudar lá. O brilho no olho daquela jovem, quando a discente autora disse que sim e que a educação é um direito de todos, transcende qualquer expectativa sobre o projeto. Aquela menina que questionava trouxe muito do sentido implícito do projeto: modificar a perspectiva e acionar uma chama de possibilidade para aqueles que foram usurpados de sonhar. O racismo/preconceito/discriminação não rouba só a autoestima dos agredidos, mas, também, a esperança em um destino diferente daquele em que a sociedade o condiciona.

Coleta das cartas e realização do grupo focal

Na manhã do dia 01 de dezembro de 2022 a discente autora do projeto foi até a instituição municipal realizar a coleta dos termos e cartas e realizar o grupo focal. Antes de iniciar as informações a cerca do desenvolvimento da coleta dos dados é de extrema importância o relato de uma interferência da pesquisa no ambiente pesquisado de forma bastante positiva: a busca por estudantes autodeclarados negros nesses espaços trouxe à tona um déficit nesse tipo de informação, que havia sido relatado como inexistente e, a partir da visita de coleta de dados, já foi informado para a discente pesquisadora que na renovação das matrículas passaram a questionar a cor de pele dos estudantes e, apesar dos pais, por vezes, resistirem em afirmar que o filho é pardo, por exemplo, passou a ser uma questão pensada e inserida no contexto de percepção dos progenitores, o que significa, sim, um avanço no âmbito da autoidentificação e representatividade.

Em relação a coleta de dados, ao adentrar a diretoria da escola a pesquisadora verificou as caixas de depósito para averiguar se havia participação dos alunos na pesquisa, o que foi ratificado, estavam presentes seis termos de assentimento e seis termos de consentimento, bem como, em caixas específicas, as cartas produzidas pelos alunos. A pesquisadora, então, após essa verificação, aguardou na diretoria os adolescentes que iriam participar do grupo focal,

conforme local e horário previamente definido. Para sua surpresa, dois estudantes apareceram para justificar que haviam levado os termos para casa, mas que não iriam participar, por conta da necessidade da assinatura dos responsáveis. Um dos estudantes relatou problemas familiares que não gostaria de detalhar e o outro somente disse que não iria participar pela necessidade do TCLE. Tais fatos demonstram, na visão da pesquisadora, algo muito relevante no entendimento da necessidade do debate que deve ser estendido, a cerca do racismo, para além dos livros de história e do espaço acadêmico. A família e a comunidade deve estar integrada nesse contexto, na medida em que contribuem direta ou indiretamente, se não para o enfrentamento, para o combate da permanência e perpetuação da estrutura edificada sob moldes segregacionistas, por vezes, oculto e velado.

Após o momento supracitado, os adolescentes participantes foram chegando com o seu número de identificação na diretoria da escola e foram conduzidos, pela acadêmica autora do projeto, até a sala de realização do grupo focal. Os seis adolescentes foram organizados de forma circular em cadeiras e mesas, em um espaço iluminado, fechado e bastante agradável, localizado na parte mais externa da escola, próximo ao pátio e um pouco distante das salas de aula. Antes de iniciar a conversa, foi entregue para os participantes o questionário sociodemográfico para que fosse preenchido. Em seguida, concluída a etapa de preenchimento, foi realizado o agradecimento pela participação e reafirmada a importância do envolvimento deles no projeto, o quanto as informações irão contribuir para análises profundas a cerca do tema e ter a possibilidade de ajudar e favorecer o desenvolvimento saudável de muitas outras crianças e adolescentes. Realizado esse primeiro momento, deu-se início o grupo focal de acordo com o roteiro pré estabelecido, com os adolescentes trazendo falas relacionadas ao que é o racismo e sobre o debate com outras pessoas a cerca do tema, bem como questões sobre autoidentificação, representatividade e aparência. O debate durou cerca de 60 minutos e foi extremamente impactante, cada relato, por vezes, emocionado, trouxe à tona uma realidade extremamente íntima e ao mesmo tempo, intrinsecamente coletiva: o racismo vivenciado cotidianamente pelo jovem negro brasileiro. Os relatos foram diversos, os contextos ultrapassam o âmbito escolar, perpassam pela religião, família, ambientes públicos etc. Os relatos transcendem a expectativa do que seria esperado, fortalecem os motivos que levaram a discente autora à escolha desse tipo de interferência e modo de apreensão de dados e, ao mesmo tempo que busca-se dados, é absorvido muito conhecimento e entendimento sobre questões que, apesar de também fazer parte do dia a dia da discente pesquisadora,

apresenta-se de modo, por vezes, ressignificado ou apreendido de maneira distinta por cada um dos adolescentes, pelo negro da pele mais clara ou por aquele da pele mais retinta, por exemplo. O colorismo demonstra sua interferência, também, na maneira como se é agredido e como a sua maneira de sentir e de sofrer por aquilo pode ser ou não questionada. Quem sofre mais: o branco adotado por uma pessoa preta? O preto do cabelo black? O negro do olho verde? Como mensurar a percepção da dor que dói no outro? Diversas interrogações conduzem as investigações das análises que serão realizadas através das falas dos participantes.

É importante destacar a troca realizada pelos participantes a cerca dos pontos levantados, contribuindo para a efetivação daquilo que era preconizado pela pesquisa, a produção de informações sobre o tema do racismo através da discussão participativa entre os indivíduos participantes. Tal mecanismo valoriza a interação entre os membros do grupo e entre esses e os pesquisadores, por meio das discussões direcionadas e focadas em tópicos específicos. Essa estruturação promove a interação, fomentando a troca de experiências, conceitos e opiniões entre os participantes, além de ratificar o protagonismo dos envolvidos na medida em que conjuntamente eles dialogam e constroem os resultados da pesquisa.

Retorno à instituição

No dia primeiro de junho de 2023 foi realizado uma palestra referente aos temas encontrados no grupo focal, tais como as taxas de suicídio relacionadas ao preconceito, racismo religioso, autoidentificação e representatividade e danos advindos do racismo à saúde mental de crianças e adolescentes negros/as. Foi organizado o pátio da escola com bancos e cadeiras, data-show, caixa de som. Todos os funcionários e estudantes, do ensino fundamental II, assistiram a apresentação, contribuindo com falas de experiências vividas, perguntas relacionadas ao tema e formas de enfrentamento ao racismo realizadas no seu dia a dia. Foi uma experiência única e necessária. Após o diálogo, a discente autora da pesquisa foi, de forma reservada e confidencial, conversar com uma das participantes que mais chamou atenção em relação aos danos psíquicos sofridos relacionados a exposição do estressor em estudo, para investigar se a mesma teria interesse em realizar o acompanhamento psiquiátricos com o médico psiquiatra Dr. José Ribamar Fernandes Saraiva Junior, coorientador desta pesquisa. A adolescente confirmou o interesse. Então, a equipe de pesquisa entrou em contato com o pai da adolescente, responsável pela mesma, para verificar se o mesmo autoriza o acompanhamento psiquiátrico. O pai confirmou o consentimento.

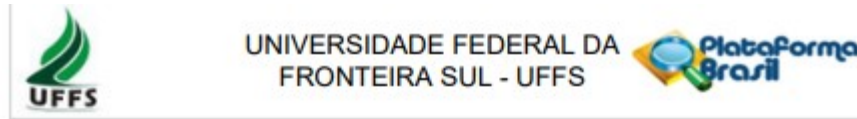
Referências

BERBEL, V. V. Raça e racismo: os desafios dos direitos humanos na sociedade moderna. *Revista Direito em Debate*, p. 326-341, 2017.

MINAYO, M. C. S. Trabalho de campo: contexto de observação, interação e descoberta. In: MINAYO, M. C. S.; DESLANDES, S. F.; GOMES, R. (orgs). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 34. ed. - Petrópolis, RJ: Vozes, 2015, pp. 61-78.

SILVA, S. P. Racismo, preconceito e discriminação: o papel dos (as) professor (as) na construção da autoestima de crianças negras. Monografia (graduação em pedagogia) – Universidade Estadual da Paraíba, Guarabira, 2011.

ANEXO A: PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: Efeitos do racismo na saúde mental infantojuvenil

Pesquisador: Adelmir Fiabani

Área Temática:

Versão: 2

CAAE: 63568122.1.0000.5564

Instituição Proponente: UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL - UFFS

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 5.736.372

Apresentação do Projeto:

Transcrição da PB atualizada:

Resumo:

O racismo consiste no preconceito ou discriminação direcionada a indivíduos pertencentes a determinado grupo racial ou étnico, por vezes, marginalizado. É sabido que tal realidade inibe as potencialidades e confere danos psíquicos enfáticos, que podem causar efeitos, momentâneos e/ou futuros, danosos a saúde, afetando a subjetividade das pessoas e suas relações sociais, sobretudo no público infantojuvenil. Nesse sentido, o presente estudo se trata de uma pesquisa qualitativa, do tipo etnográfica, que será realizada no período de dezembro de 2022 a abril de 2023, cujo objetivo é investigar a ocorrência de sofrimentos psíquicos em adolescentes, decorrentes do racismo, na cidade de Passo Fundo, no Rio Grande Sul, a fim de analisar os principais danos, aspectos e características determinantes de acometimentos patológicos relacionados ao racismo e sua interferência na autoaceitação e constituição do sujeito. Serão analisadas as narrativas de adolescentes autodeclarados negros pertencentes a duas escolas públicas, municipal e estadual, uma de ensino fundamental II e a outra de ensino médio, respectivamente, localizadas em Passo Fundo -

RS. Espera-se como resultado compreender os danos causados pelo racismo nas formas distintas em indivíduos de diferentes grupos sociais. Além disso, presume-se que a ocorrência do racismo na adolescência pode estar relacionada a disfunções psíquicas e ao antagonismo à autoaceitação

Endereço: Rodovia SC 484 Km 02, Fronteira Sul - Bloco da Biblioteca - sala 310, 3º andar
Bairro: Área Rural **CEP:** 89.802-112
UF: SC **Município:** CHAPECÓ
Telefone: (49)2049-3745 **E-mail:** cep.uffs@uffs.edu.br



Continuação do Parecer: 5.738.372

nesses indivíduos e que os aspectos históricos e sociais são os principais determinantes da ocorrência do racismo em jovens de distintos grupos.

COMENTÁRIOS: Resumo e Desenho: Incluir a aplicação do questionário, tanto no resumo, quanto no desenho.

Objetivo da Pesquisa:

Transcrição da PB atualizada:

Hipótese:

Excluída

Objetivo Primário:

Investigar a ocorrência de efeitos psíquicos no público infantojuvenil, decorrentes do racismo, em duas escolas públicas, uma municipal e outra estadual, de ensino fundamental II e ensino médio, respectivamente, na cidade de Passo Fundo, no Rio Grande Sul.

Objetivo Secundário:

Analisar os principais efeitos psíquicos, que acometem adolescentes, relacionados a discriminação racial em diferentes ambientes sociais; Investigar os principais determinantes sociais em saúde do racismo sofrido por adolescentes de cidade específica do Rio Grande do Sul; Identificar até que ponto o racismo inibe a autoaceitação e constituição identitária dos sujeitos em desenvolvimento.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Transcrição da PB atualizada:

Riscos:

A participação no estudo envolve risco de causar danos psicológicos e de trazer a tona memórias angustiantes e dolorosas, além de envolver a possibilidade de constrangimento. Visando minimizar a ocorrência desses riscos às escritas das cartas ou grupos focais os/as participantes serão informados/as previamente que poderão interromper a participação a qualquer momento. Caso os riscos venham a se concretizar, os estudantes terão à disposição o atendimento psiquiátrico ofertado pela equipe da pesquisa. Nesse sentido, o médico psiquiatra e coordenador, Prof. Me. José Ribamar Fernandes Saraiva Júnior, assumirá esse papel, e realizará os encaminhamentos necessários. Além disso, também terão suporte psicológico por meio do Centro de Psicologia Aplicada, da Universidade de Passo Fundo, o qual

Endereço: Rodovia SC 484 Km 02, Fronteira Sul - Bloco da Biblioteca - sala 310, 3º andar
Bairro: Área Rural **CEP:** 89.802-112
UF: SC **Município:** CHAPECO
Telefone: (49)2049-3745 **E-mail:** cep.uffs@uffs.edu.br



UNIVERSIDADE FEDERAL DA
FRONTEIRA SUL - UFFS



Continuação do Parecer: 5.736.372

disponibiliza atendimento em psicologia para todos aqueles interessados, crianças, adultos, idosos e famílias, de forma gratuita. Existe, também, o risco de identificação e vazamento dos dados. Para evitá-los, os nomes dos participantes serão substituídos por códigos numéricos. Caso se concretize, o participante será informado sobre o ocorrido e terá suas informações excluídas da pesquisa. Caso qualquer um dos riscos mencionados se concretize a instituição vinculada ao projeto será informada sobre o ocorrido.

Benefícios:

Como benefício direto os resultados possibilitarão que as pessoas que trabalham nos ambientes pesquisados, como professores/as e estudantes, desenvolvam mecanismos capazes de lidar eficientemente com a questão do racismo nesses espaços com as crianças e adolescentes, por meio do diálogo consciente e da ampliação do conhecimento sobre o tema, bem como através dos dados concretos que mostram a realidade vivenciada. Indiretamente, os dados da pesquisa contribuirão também para a configuração de estratégias inibidoras do contexto de discriminação racial no âmbito institucional; bem como para o desenvolvimento de mecanismos de tratamento médico e de saúde mais adequados para os jovens psicologicamente atingidos pelo preconceito racial e a estruturação para a promoção de uma educação antirracista e integradora do cuidado ampliado em saúde, baseada na quebra de modelos segregacionistas

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

Desenho:

Trata-se de um estudo com abordagem qualitativa, do tipo etnográfico. O estudo será realizado em duas escolas públicas, uma municipal e outra estadual, de ensino fundamental II e de ensino médio, respectivamente, localizadas na cidade de Passo Fundo/RS, no período de dezembro de 2022 a abril de 2023. A população do estudo consiste no público de adolescentes autodeclarados/as negros/as de 12 a 18 anos de idade que estão regularmente matriculados em duas escolas públicas, uma municipal e outra estadual, de ensino fundamental II e de ensino médio, respectivamente, localizadas na cidade de Passo Fundo/RS. Às escolas escolhidas, e que concordaram em participar, foi entregue o termo de anuência para ser assinado, o que foi feito pela Secretária de Educação de Passo Fundo (Apêndice A) e pela 7ª Coordenadoria Regional de Educação do Rio Grande dos Sul (Apêndice B). Após o consentimento institucional das escolas (Apêndice C e D), todos os adolescentes de cada turma serão

Endereço: Rodovia SC 484 Km 02, Fronteira Sul - Bloco da Biblioteca - sala 310, 3º andar
Bairro: Área Rural **CEP:** 89.802-112
UF: SC **Município:** CHAPECO
Telefone: (49)2049-3745 **E-mail:** cep.uffs@uffs.edu.br



UNIVERSIDADE FEDERAL DA
FRONTEIRA SUL - UFFS



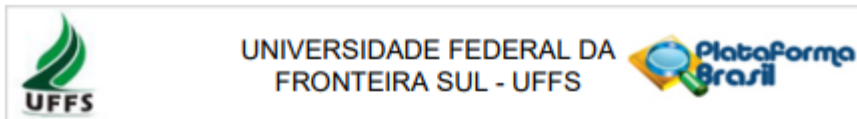
Continuação do Parecer: 5.736.372

convidados/as em suas salas de aula para a escrita de cartas anônimas, constando somente idade e autodeclaração étnica, relatando alguma situação de racismo vivenciado e como lidaram com a questão. Essas cartas serão coletadas para escrita e deixadas na diretoria da escola, em duas caixas (uma de coleta e outra de depósito), e em outra caixa constará o Termo de Assentimento (Apêndice E), o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido assinado pelos participantes que possuem 18 anos e o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido assinado pelos responsáveis (Apêndices F e G), que também deverão ser coletados e depositados em outras caixas presentes na diretoria. Todas as caixas estarão identificadas e fechadas, sob cuidados da direção da escola. Ao todo serão quatro caixas, duas para coleta das cartas e termos (Apêndices H e I) e duas para depósito das cartas e termos (Apêndices J e L). O controle será realizado mediante utilização de senhas (Apêndices M e N): quando o estudante for retirar os termos para assinatura ele deverá levar um bloco com os três termos grampeados com um número, após retornar com os termos assinados (somente aqueles que enquadram-se com sua situação, por exemplo, participantes com 18 anos assinam somente o TCLE), e depositar em caixa identificada de depósito, para pegar o material da escrita da carta ele deverá pegar a folha grampeada com o mesmo número que constava no bloco dos termos.

A devolução da carta também deverá ser feita em caixa identificada de depósito na direção da escola. Os estudantes terão até doze dias, a partir do momento em que os pesquisadores foram até a escola fazer o convite e deixar as caixas, para entregar os termos e até quinze dias, a partir do mesmo momento, para entregar as cartas. Todos esses passos serão realizados de forma individual, de modo que os estudantes poderão ir até a direção em qualquer momento pegar ou devolver o material no espaço indicado, e os estudantes produzirão as cartas em casa. Após os doze dias, as caixas de coleta e devolução dos termos serão retiradas do ambiente e guardadas pela direção da escola e ficarão disponíveis somente as caixas de coleta e devolução das cartas. Além disso, no grampeamento da carta haverá dois papéis de números semelhantes, pois um destes deverá ser

destacado pelo estudante e guardado para que possa ser utilizado como senha para a participação no grupo focal. Todos esses detalhes serão explicados previamente para os/as adolescentes na primeira ida até a escola pela discente autora, no momento de orientação sobre a escrita da carta. Juntamente ao convite oral para escrita da carta (Apêndice O) os/as adolescentes serão convidados para participação de um grupo focal ofertado em ambiente reservado e sigiloso, sem exposição do conteúdo das cartas, mas com o objetivo de discutir sobre os e feitos psíquicos do racismo e formas de enfrentamento.

Endereço: Rodovia SC 484 Km 02, Fronteira Sul - Bloco da Biblioteca - sala 310, 3º andar
Bairro: Área Rural **CEP:** 89.802-112
UF: SC **Município:** CHAPECO
Telefone: (49)2049-3745 **E-mail:** cep.uffs@uffs.edu.br



Continuação do Parecer: 5.736.372

Critério de Inclusão:

Serão incluídos neste estudo, adolescentes autodeclarados/as negros/as, que apresentam faixa etária entre 12 e 18 anos, mediante seu assentimento, consentimento, daqueles com 18 anos de idade, e consentimento dos/as seus/suas respectivos/as responsáveis legais, para aqueles menores de 18 anos, que estiverem matriculados na escola que autorizou o estudo.

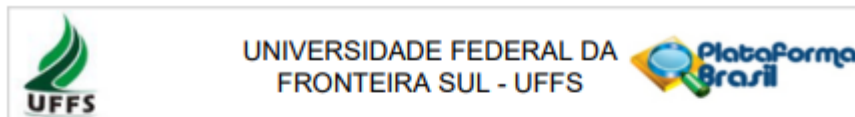
Critério de Exclusão:

Serão excluídos deste estudo os adolescentes que se autodeclararam negros, mas que, segundo eles, nunca sofreram nenhum tipo de discriminação/preconceito racial, os que não estiverem devidamente matriculados na escola que autorizou o estudo, bem como os que não concordarem com seu assentimento, consentimento e consentimento dos/as seus/suas respectivos responsáveis legais.

Metodologia Proposta:

O grupo focal será realizado em ambiente fechado, preferencialmente uma sala de aula ou outro espaço semelhante que não esteja sendo utilizado no momento, previamente organizado pela discente autora e pela escola. Os participantes serão organizados em formato de círculo. A amostra de estudo será composta por duas populações de adolescentes, uma em cada escola, que se sentirem à vontade em escrever cartas sobre o tema sugerido e, se quiserem, participar de um grupo focal em cada escola. O estudo será realizado durante o período letivo dos estudantes, por isso foi definido no cronograma a data de coleta dos dados de dezembro 2022 a abril de 2023, já que serão quatro encontros ao total com as duas escolas e, caso não seja possível fazer todos os encontros antes das férias de dezembro/fevereiro, existe a possibilidade de continuar em março/abril de 2023. Os dados serão adquiridos, portanto, através da escrita das cartas, que serão deixadas em caixas presentes na direção da escola, as quais deverão ser produzidas somente após devolutivas dos termos de assentimentos e consentimentos em caixas específicas para as mesmas e distintas daquelas disponíveis para o armazenamento das cartas. As mesmas estarão identificadas e disponíveis em espaços preestabelecidos no ambiente escolar. Posteriormente, será realizado o convite e agendamento para o grupo focal, em cada uma das escolas que autorizou esta pesquisa, e será exposto o local e data da sua realização em uma plaquinha no mesmo local onde estarão presentes as caixas. Por meio do roteiro do grupo focal (Apêndice P) buscar-se-á conduzir a devolutiva das informações, com vista a promoção de uma educação antirracista.

Endereço: Rodovia SC 484 Km 02, Fronteira Sul - Bloco da Biblioteca - sala 310, 3º andar
Bairro: Área Rural **CEP:** 89.802-112
UF: SC **Município:** CHAPECO
Telefone: (49)2049-3745 **E-mail:** cep.uffs@uffs.edu.br



Continuação do Parecer: 5.736.372

Participarão do grupo focal os adolescentes que apresentarem, na entrada do lugar estabelecido para a realização do grupo focal, o número que foi utilizado para controle dos termos e cartas. Então, cronologicamente a pesquisa se dará nas seguintes etapas: visita dos pesquisadores a escola para instrução sobre a escrita das cartas e possibilidade de participação no grupo focal, bem como delimitação da data do grupo focal com a escola; nova ida dos pesquisadores na escola, após quinze dias da primeira visita, para a coleta dos termos e cartas, bem como realização de novo convite para participação no grupo focal, esse convite será feito na sala, diante de todos os alunos, mas sem mencionar nomes, por meio de um convite genérico para todos aqueles

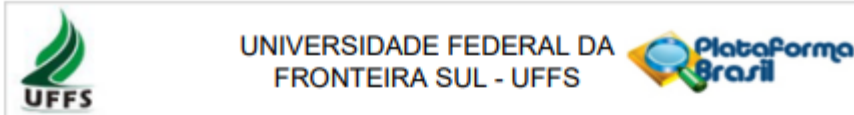
que escreveram as cartas e se sentem à vontade em participar; coleta das senhas dos participantes na entrada do local de realização do grupo focal, preenchimento do questionário sociodemográfico (Apêndice Q) e realização do grupo focal. O grupo focal será realizado conforme disponibilidade de horários da escola e será compartilhado o horário e local em uma plaquinha exposta próxima as caixas de coleta e depósito na direção da escola, a fim de evitar a exposição a todos sobre o horário e local de realização do grupo focal.

Para a realização dos grupos focais no presente estudo, a discente autora do projeto assumirá o papel de moderadora, conduzindo e orientando os grupos focais. O orientador, Prof. Dr. Adelmir Fiabani, é quem desempenhará o papel, juntamente com a coorientadora, Profª. Drª. Priscila Pavan Detoni de auxiliar na organização e coordenação destes grupos nas duas escolas. Após a aprovação do CEP, os pesquisadores responsáveis irão até as escolas, em cada sala de aula, individualmente, realizar o convite e agendamento para as intervenções de pesquisa. Nesse ambiente, será dialogado sobre o racismo, o que é se autodeclarar, entre outros aspectos que englobam o tema, após, será feita a proposta, na presença de todos os estudantes da sala, para que os adolescentes que se sentirem à vontade escrevam, em formato de carta, as quais não deverão ser identificadas nominalmente, mas deverão apresentar a idade e autodeclaração de cor do/a adolescente, para que depois seja realizada análise conforme critérios de inclusão dos participantes

Metodologia de Análise de Dados:

Para análise dos dados da pesquisa será utilizado o método difundido por Minayo, Deslandes e Neto (2002), a partir da análise temática, que trabalha com a ideia de dividir as informações coletadas em categorias. Nessa perspectiva, atribui-se à palavra categoria o significado de abrangência de elementos ou aspectos com características comuns que têm relação entre si. As categorias têm o fim de estabelecer classificações (NETO, 2002, p. 70). Desse modo, "trabalhar

Endereço: Rodovia SC 484 Km 02, Fronteira Sul - Bloco da Biblioteca - sala 310, 3º andar
Bairro: Área Rural **CEP:** 89.802-112
UF: SC **Município:** CHAPECO
Telefone: (49)2049-3745 **E-mail:** cep.uffs@uffs.edu.br



Continuação do Parecer: 5.736.372

com elas significa agrupar elementos, ideias ou expressões em torno de um conceito capaz de abranger tudo isso. Esse tipo de procedimento, de um modo geral, pode ser utilizado em qualquer tipo de análise em pesquisa qualitativa" (NETO,

2002, p. 70). As categorias podem ser determinadas antes do trabalho de campo, na fase exploratória da pesquisa, ou a partir da coleta de dados. Aquelas que foram estabelecidas anteriormente são conceitos mais gerais e mais abstratos. Já as que são estruturadas a partir da coleta de dados são mais específicas e mais concretas. Nesse sentido, antes do trabalho de campo serão definidas as categorias a serem pesquisadas e, após a coleta de dados, outras também serão formuladas visando a classificação dos dados encontrados no trabalho de campo. Após, será feita uma comparação entre as categorias gerais, estabelecidas anteriormente, e as categorias específicas, formuladas após o trabalho de campo (NETO, 2002, p. 70).

Minayo (2002, p. 26) traz esse método, o qual faz parte do momento do "tratamento do material" dentro do ciclo de pesquisa, dividido da seguinte maneira: ordenação; classificação; e análise propriamente dita. "O tratamento do material nos conduz à teorização sobre os dados, produzindo o confronto entre a abordagem teórica anterior e o que a investigação de campo aporta de singular como contribuição" (MINAYO, 2002, p. 26). Nesse sentido, o método utilizado para interpretação das falas dos participantes da pesquisa será a análise temática. E para validação dos resultados, pretende-se realizar uma apresentação e discussão das respectivas categorias com o mesmo grupo de participantes de modo a realizar uma perspectiva de pesquisa "com" e não "sobre", para que a pesquisa possa fazer sentido na perspectiva de uma educação antirracista e pela melhoria da saúde mental e global de estudantes adolescentes negros e negras.

COMENTÁRIOS: Explicar na análise dos dados como e quando será realizada a seguinte afirmativa: "uma apresentação e discussão das respectivas categorias com o mesmo grupo de participantes de modo a realizar uma perspectiva de pesquisa "com" e não "sobre", para que a pesquisa possa fazer sentido na perspectiva de uma educação antirracista e pela melhoria da saúde mental e global de estudantes adolescentes negros e negras".

Desfecho Primário:

Descrição de danos psíquicos no público infantojuvenil, decorrentes do racismo, em duas escolas públicas, uma municipal e outra estadual, de ensino fundamental II e ensino médio,

Endereço: Rodovia SC 484 Km 02, Fronteira Sul - Bloco da Biblioteca - sala 310, 3º andar
Bairro: Área Rural **CEP:** 89.802-112
UF: SC **Município:** CHAPECO
Telefone: (49)2049-3745 **E-mail:** cep.uffs@uffs.edu.br



UNIVERSIDADE FEDERAL DA
FRONTEIRA SUL - UFFS



Continuação do Parecer: 5.798.372

respectivamente, na cidade de Passo Fundo, no Rio Grande Sul.

Cronograma: adequado

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Folha de rosto: adequada

TCLE para pais, TCLE maiores de 18 anos, Termo de Assentimento: incluídos.

COMENTÁRIO: Alterar data de aprovação que consta nos Termos de assentimento e onsentimento para pais e para maiores de 18 anos para a data final de aprovação, após esse parecer ad referendum.

Declaração de ciência da CRE: incluída

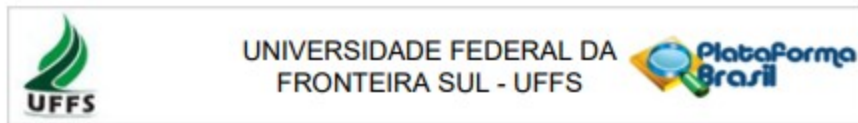
Instrumentos de coleta de dados: incluídos.

COMENTÁRIO: Alterar a expressão: "união de facto" para "união de fato"

Recomendações:

Considerando a atual pandemia do novo coronavírus, e os impactos imensuráveis da COVID-19 (Coronavirus Disease) na vida e rotina dos/as Brasileiros/as, o Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos da Universidade Federal da Fronteira Sul (CEP/UFFS) recomenda cautela ao/à pesquisador/a responsável e à sua equipe de pesquisa, de modo que atentem rigorosamente ao cumprimento das orientações amplamente divulgadas pelos órgãos oficiais de saúde (Ministério da Saúde e Organização Mundial de Saúde). Durante todo o desenvolvimento de sua pesquisa, sobretudo em etapas como a coleta de dados/entrada em campo e devolutiva dos resultados aos/às participantes, deve-se evitar contato físico próximo aos/às participantes e/ou aglomerações de qualquer ordem, para minimizar a elevada transmissibilidade desse vírus, bem como todos os demais impactos nos serviços de saúde e na morbimortalidade da população. Sendo assim, sugerimos que as etapas da pesquisa que envolvam estratégias interativas presenciais, que possam gerar aglomerações, e/ou que não estejam cuidadosamente alinhadas às orientações mais atuais de enfrentamento da pandemia, sejam adiadas para um momento

Endereço: Rodovia SC 484 Km 02, Fronteira Sul - Bloco da Biblioteca - sala 310, 3º andar
Bairro: Área Rural **CEP:** 89.802-112
UF: SC **Município:** CHAPECÓ
Telefone: (49)2049-3745 **E-mail:** cep.uffs@uffs.edu.br



Continuação do Parecer: 5.736.372

oportuno. Por conseguinte, lembramos que para além da situação pandêmica atual, continua sendo responsabilidade ética do/a pesquisador/a e equipe de pesquisa zelar em todas as etapas pela integridade física dos/as participantes/as, não os/as expondo a riscos evitáveis e/ou não previstos em protocolo devidamente aprovado pelo sistema CEP/CONEP.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Não há pendências e/ou inadequações éticas, baseando-se nas Resoluções 466/2012 e 510/2016, do Conselho Nacional de Saúde, e demais normativas complementares. Logo, uma vez que foram procedidas pelo/a pesquisador/a responsável todas as correções apontadas pelo parecer consubstanciado, o Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos da Universidade Federal da Fronteira Sul (CEP/UFFS) julga o protocolo de pesquisa adequado para, a partir da data deste novo parecer consubstanciado, agora de APROVAÇÃO, iniciar as etapas de coleta de dados e/ou qualquer outra que pressuponha contato com os/as participantes.

Os pesquisadores atenderam a todas às recomendações.

Sugere-se alterar:

1. Resumo e Desenho: Incluir a aplicação do questionário, tanto no resumo, quanto no desenho.
2. Metodologia de análise dos dados: explicar como e quando será realizada a seguinte afirmativa: "uma apresentação e discussão das respectivas categorias com o mesmo grupo de participantes de modo a realizar uma perspectiva de pesquisa "com" e não "sobre", para que a pesquisa possa fazer sentido na perspectiva de uma educação antirracista e pela melhoria da saúde mental e global de estudantes adolescentes negros e negras".
3. Termos: Alterar data de aprovação que consta nos Termos de assentimento e consentimento para pais e para maiores de 18 anos para a data final de aprovação, após esse parecer ad referendum.
4. Questionário: Alterar a expressão: "união de facto" para "união de fato"

Considerações Finais a critério do CEP:

Prezado (a) Pesquisador(a)

Endereço: Rodovia SC 484 Km 02, Fronteira Sul - Bloco da Biblioteca - sala 310, 3º andar
Bairro: Área Rural **CEP:** 89.802-112
UF: SC **Município:** CHAPECÓ
Telefone: (49)2049-3745 **E-mail:** cep.uffs@uffs.edu.br



UNIVERSIDADE FEDERAL DA
FRONTEIRA SUL - UFFS



Continuação do Parecer: 5.736.372

A partir desse momento o CEP passa a ser corresponsável, em termos éticos, do seu projeto de pesquisa – vide artigo X.3.9. da Resolução 466 de 12/12/2012.

Fique atento(a) para as suas obrigações junto a este CEP ao longo da realização da sua pesquisa. Tenha em mente a Resolução CNS 466 de 12/12/2012, a Norma Operacional CNS 001/2013 e o Capítulo III da Resolução CNS 251/1997. A página do CEP/UFFS apresenta alguns pontos no documento "Deveres do Pesquisador".

Lembre-se que:

1. No prazo máximo de 6 meses, a contar da emissão deste parecer consubstanciado, deverá ser enviado um relatório parcial a este CEP (via NOTIFICAÇÃO, na Plataforma Brasil) referindo em que fase do projeto a pesquisa se encontra. Veja modelo na página do CEP/UFFS. Um novo relatório parcial deverá ser enviado a cada 6 meses, até que seja enviado o relatório final.
2. Qualquer alteração que ocorra no decorrer da execução do seu projeto e que não tenha sido prevista deve ser imediatamente comunicada ao CEP por meio de EMENDA, na Plataforma Brasil. O não cumprimento desta determinação acarretará na suspensão ética do seu projeto.
3. Ao final da pesquisa deverá ser encaminhado o relatório final por meio de NOTIFICAÇÃO, na Plataforma Brasil. Deverá ser anexado comprovação de publicização dos resultados. Veja modelo na página do CEP/UFFS.

Em caso de dúvida:

Contate o CEP/UFFS: (49) 2049-3745 (8:00 às 12:00 e 14:00 às 17:00) ou cep.uffs@uffs.edu.br;

Contate a Plataforma Brasil pelo telefone 136, opção 8 e opção 9, solicitando ao atendente suporte Plataforma Brasil das 08h às 20h, de segunda a sexta;

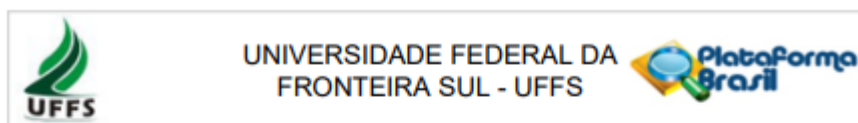
Contate a "central de suporte" da Plataforma Brasil, clicando no ícone no canto superior direito da página eletrônica da Plataforma Brasil. O atendimento é online.

Boa pesquisa!

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BASICAS_DO_PROJETO_1967434.pdf	31/10/2022 11:56:22		Aceito

Endereço: Rodovia SC 484 Km 02, Fronteira Sul - Bloco da Biblioteca - sala 310, 3º andar
 Bairro: Área Rural CEP: 89.802-112
 UF: SC Município: CHAPECÓ
 Telefone: (49)2049-3745 E-mail: cep.uffs@uffs.edu.br



Continuação do Parecer: 5.736.372

Outros	assentimento_modificado.pdf	29/10/2022 21:38:36	Adelmir Fiabani	Aceito
Outros	cartapendencia_modificado.pdf	29/10/2022 21:38:18	Adelmir Fiabani	Aceito
Outros	coletacartas_modificado.pdf	29/10/2022 21:37:59	Adelmir Fiabani	Aceito
Outros	coletatermos_modificado.pdf	29/10/2022 21:37:39	Adelmir Fiabani	Aceito
Outros	consentimento_modificado.pdf	29/10/2022 21:37:22	Adelmir Fiabani	Aceito
Outros	declaraestad_modificado.pdf	29/10/2022 21:36:40	Adelmir Fiabani	Aceito
Outros	consentimentoadol_modificado.pdf	29/10/2022 21:33:49	Adelmir Fiabani	Aceito
Outros	depositocartas_modificado.pdf	29/10/2022 21:33:15	Adelmir Fiabani	Aceito
Outros	depositotermos_modificado.pdf	29/10/2022 21:32:56	Adelmir Fiabani	Aceito
Outros	projeto_modificado.pdf	29/10/2022 21:32:36	Adelmir Fiabani	Aceito
Outros	questionario_modificado.pdf	29/10/2022 21:32:12	Adelmir Fiabani	Aceito
Outros	senhasestadual_modificado.pdf	29/10/2022 21:31:56	Adelmir Fiabani	Aceito
Outros	senhasmunicipal_modificado.pdf	29/10/2022 21:31:38	Adelmir Fiabani	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	tcle.pdf	22/09/2022 12:34:39	Adelmir Fiabani	Aceito
Outros	termomunicipal.pdf	22/09/2022 12:18:21	Adelmir Fiabani	Aceito
Folha de Rosto	folhaderostoessa.pdf	22/09/2022 11:32:26	Adelmir Fiabani	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	Projeto.pdf	09/09/2022 23:17:20	Adelmir Fiabani	Aceito
Outros	apendiceel.pdf	09/09/2022 21:34:19	Adelmir Fiabani	Aceito
Outros	apendiceh.pdf	09/09/2022 21:33:34	Adelmir Fiabani	Aceito
Outros	apendiceg.pdf	09/09/2022 21:32:38	Adelmir Fiabani	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	apendicee.pdf	09/09/2022 21:30:48	Adelmir Fiabani	Aceito

Endereço: Rodovia SC 484 Km 02, Fronteira Sul - Bloco da Biblioteca - sala 310, 3º andar
 Bairro: Área Rural CEP: 89.802-112
 UF: SC Município: CHAPECO
 Telefone: (49)2049-3745 E-mail: cep.uffs@uffs.edu.br



Continuação do Parecer: 5.736.372

Outros	apendiced.pdf	09/09/2022 21:29:31	Adelmir Fiabani	Aceito
Outros	apendioec.pdf	09/09/2022 21:28:37	Adelmir Fiabani	Aceito
Outros	apendiceb.pdf	09/09/2022 21:27:00	Adelmir Fiabani	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

CHAPECO, 03 de Novembro de 2022

Assinado por:

Renata dos Santos Rabello
(Coordenador(a))

Endereço: Rodovia SC 484 Km 02, Fronteira Sul - Bloco da Biblioteca - sala 310, 3º andar
Bairro: Área Rural **CEP:** 89.802-112
UF: SC **Município:** CHAPECO
Telefone: (49)2049-3745 **E-mail:** cep.uffs@uffs.edu.br

3. ARTIGO CIENTÍFICO

DESidades: Revista Científica da Infância, Adolescência e Juventude.

A escola como espaço de investigação: uma etnografia sobre os efeitos do racismo na saúde mental de adolescentes.

Heloísa Marcelle da Silva Brito¹; Priscila Pavan Detoni¹; José Ribamar Fernandes Saraiva Júnior²; Adelmir Fiabani¹.

Universidade Federal da Fronteira Sul¹

Atitus Educação²

Resumo

A pesquisa buscou analisar os efeitos do racismo na saúde mental de adolescentes em uma escola pública do interior do Rio Grande do Sul no período de dezembro de 2022 a abril de 2023. Trata-se de uma pesquisa qualitativa, etnográfica com análise temática do grupo focal realizado com seis adolescentes autodeclaradas pardas/negras. Evidenciou-se, através desse estudo, que as práticas racistas corroboram para a dificuldade de autodeclaração de cor e impactam os relacionamentos familiares e rendimento escolar. Identificou-se que as instituições que mais perpetuam o racismo são as famílias e as religiosas. Ademais, o racismo provocou efeitos deletérios na saúde mental das adolescentes, seja pela depressão, ansiedade, ideação suicida. A busca por uma saúde, principalmente no campo da psiquiatria e da pediatria, e educação antirracistas apontam o caminho primordial para a modificação dessa realidade.

Palavras-Chave: : Racismo, Saúde mental, Psiquiatria, Adolescência, Pediatria.

Abstract

The research sought to analyze the effects of racism on the mental health of adolescents in a public school in the interior of Rio Grande do Sul in the period from december 2022 to april 2023. This is a qualitative, ethnographic research with thematic analysis of the focus group carried out with six self-declared brown/black adolescents. This study showed that racist practices contribute to the difficulty of self-declaration of color and impact family relationships and school performance. It was identified that the institutions that most perpetuate racism are families and churches. Furthermore, racism causes deleterious effects on the mental health of adolescents, whether due to the incidence of depression, anxiety, suicidal ideation. The search for health, especially in the field of psychiatry and pediatrics, and anti-racist education point to the primordial way to change this reality.

Keywords: : Racism, Mental health, Psychiatry, Adolescence, Pediatrics.

Resumen

La investigación buscó analizar los efectos del racismo en la salud mental de los adolescentes de una escuela pública del interior de Rio Grande do Sul em el período de diciembre de 2022 a abril de 2023. Se trata de una investigación cualitativa, etnográfica con análisis temático del grupo focal realizado con seis adolescentes autodeclarados morenos/negros. Este estudio mostró que las prácticas racistas contribuyen a la dificultad de la autodeclaración de color e impactan las relaciones familiares y el rendimiento escolar. Se identificó que las instituciones que más perpetúan el racismo son las familias y las iglesias. Además, el racismo provoca efectos deletéreos en la salud mental de los adolescentes, ya sea por la incidencia de depresión, ansiedad, ideación suicida. La búsqueda de la salud, especialmente en el campo de la psiquiatría y la pediatría, y la educación antirracista señalan el camino primordial para cambiar esta realidad.

Palabras clave: Racismo, Salud mental, Psiquiatría, Adolescencia, Pediatría.

Introdução

“Uma criança que não seja abraçada por sua tribo,
quando adulto, queimará a aldeia para sentir o calor”
(Provérbio Africano)

O racismo é uma violência latente no cotidiano de pessoas negras desde a infância. Nesse sentido, na percepção social nacional estrutura-se uma supervalorização de características da branquitude e desvalorização da subjetividade negra. Essa percepção é perpetuada pelas crianças em suas brincadeiras e nas maneiras de se relacionarem socialmente. Esse contexto impacta a saúde mental das crianças e adolescentes negros e negras, gerando sentimentos de inferioridade e uma imagem negativa sobre si. Evidencia-se, dessa forma, adoecimentos psíquicos causados pelas práticas racistas no ambiente escolar, tais como problemas de socialização, aumento de ansiedade, depressão e até mesmo ideação e tentativa de suicídio (OLIVEIRA et al., 2021).

As vítimas do racismo podem desenvolver patologias tanto em situações agudas ou crônicas dos atos. A criança que está em processo de edificação de sua identidade, apresenta como uma das primeiras reações a negação de si mesma e de sua identidade. O racismo gera constrangimento social, psicológico, cultural (FIABANI; FIABANI, 2020) e perpassa por toda a vida da pessoa agredida, contribuindo para disfunções sociais até mesmo enquanto adulta.

Um dos aspectos mais importantes para o desenvolvimento sadio da criança é a harmonia efetiva nos distintos âmbitos vitais. Nesse contexto, o artigo 5º da lei 8.069 surge com o intuito de ratificar que nenhuma criança ou adolescente deverá ser objeto de qualquer forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão (BRASIL, 2010). Entretanto, em decorrência de um histórico segregacionista perpetuado, os infantes negros convivem cotidianamente com uma formação social que lhes negam a possibilidade

de autoaceitação, bem como de afirmação enquanto seres capazes de atuação nos diversos contextos sociais. Desse modo, o racismo transcorre o seio social, perpassando gerações e retrocedendo, diariamente, batalhas que pareciam terem sido superadas, retomando, assim, novos moldes de opressão, pois a promoção da igualdade racial não deve estar limitada somente a declarações ou promessas, mas necessita da mobilização do estado, da sociedade e dos indivíduos, objetivando direcionar a igualdade jurídica em igualdade de oportunidades e de tratamento (SILVA JR; TEIXEIRA, 2016).

O passado segregacionista perpetuado nos discursos, nas relações colonizadas e, por vezes, no jeito de pensar do brasileiro é um problema, muitas vezes invisibilizado, pela falácia da democracia racial. Nesse sentido, Silvio Almeida (2019) cita três concepções de racismo que tentam explicar tal contexto: individualista, institucional e estrutural. Na concepção individualista, o racismo é percebido como uma espécie de "patologia" ou anormalidade, seria uma "irracionalidade" a ser combatida por meio de leis e punições no campo jurídico. Sob esta visão, "não haveria sociedades ou instituições racistas, mas indivíduos racistas, que agem isoladamente ou em grupo". Na concepção institucional, o racismo não se resume a comportamentos individuais, mas é tratado como resultado do funcionamento das instituições. Na visão institucionalista, "o racismo não se separa de um projeto político e de condições socioeconômicas específicas". Na concepção estrutural, o racismo é um processo político e histórico. "Político porque, como processo sistêmico de discriminação que influencia a organização da sociedade, depende de poder político; caso contrário seria inviável a discriminação sistemática de grupos sociais inteiros". Histórico por ser um processo estrutural. Ou seja, o racismo se manifesta "de forma circunstancial e específica; em conexão com as transformações sociais" (ALMEIDA, 2019).

Lélia Gonzalez (2020) enfatiza que o racismo latinoamericano é suficientemente sofisticado para fixar negros e índios na condição de grupos subordinados no interior das classes mais exploradas, graças à sua forma ideológica mais eficaz: a ideologia do branqueamento. Estabelecida graças aos meios de comunicação de massa e pelos aparelhos ideológicos tradicionais, ela compartilha e perpetua a crença de que as classificações e os valores do Ocidente branco são universais. Nesse sentido, o mito da superioridade branca demonstra sua eficiência pelos efeitos de estilhaçamento, de

fragmentação da identidade racial que ele produz: o desejo de embranquecer (de “limpar o sangue”, como se diz no Brasil) é internalizado, concomitante à negação da própria raça, da própria cultura (GONZALEZ, 2020).

Gonzalez (2020) traz a perspectiva de existência de duas formas de racismo: uma explícita, na qual é constatada que seus efeitos sobre os grupos discriminados, ao contrário do racismo por denegação, reforça a identidade racial dos mesmos. Na verdade, a identidade racial própria é de fácil percepção por qualquer criança desses grupos. No caso das crianças negras, elas crescem sabendo que o são e sem se envergonhar disso, o que lhes permite estruturar outras formas de percepção no interior da sociedade onde vivem. Nesse sentido, é justamente a consciência objetiva desse racismo sem disfarces e o conhecimento direto de suas práticas cruéis que despertam esse empenho, no sentido de conquista e afirmação da humanidade e competência de todo um grupo étnico considerado “inferior”. A dureza dos sistemas fez com que a comunidade negra se unisse e lutasse, em diferentes níveis, contra todas as formas de opressão racista. Já nas nossas sociedades de racismo por denegação, como no Brasil, o processo é diferente, nega-se subjetivamente o legado afroamericano. O que não significa que vozes solitárias não se ergam, efetuando análises/denúncias do sistema opressor (GONZALEZ, 2020).

A falta de respaldo emocional relacionado ao contexto vivenciado corrobora para o estabelecimento de diferentes transtornos mentais, que podem estar relacionados aos efeitos do racismo, especialmente na fase de desenvolvimento do ciclo vital, em que a constituição psíquica ainda não está formada. “Analisando a problemática do racismo na infância no Brasil, conclui o Unicef que ‘O racismo causa impactos danosos do ponto de vista psicológico e social na vida de toda e qualquer criança ou adolescente’” (SILVA JR; TEIXEIRA, 2016). Nesse sentido, objetivou-se, através de um estudo em escola pública municipal, analisar os efeitos do racismo, sobretudo, efeitos psíquicos em adolescentes que se declaram negros. No entanto, é fundamental ressaltar que o racismo e as práticas discriminatórias não prejudicam somente as pessoas negras, mas toda a estrutura social e institucional que as envolve. Ele macula as instituições e causa uma espécie de afirmação em pessoas brancas que frequentam o mesmo ambiente.

A relevância dessa pesquisa reside na possibilidade de conhecer processos

subjetivos decorrentes do racismo em adolescentes que estão em idade escolar. Nesse sentido, poderemos ter uma visão maior sobre como as práticas racistas adoecem e prejudicam a saúde mental, além de reconhecer formas de enfrentamento. Assim, segundo Lages et al. (2014), a escassez de pesquisas desse molde evidencia uma lacuna que necessita ser preenchida, pois as doenças físicas afetam o corpo do indivíduo, entretanto os preconceitos, o desmerecimento das identidades culturais, agridem as subjetividades, e esse contexto pode afetar o sujeito psíquico provocando depressão, desmotivação e baixa auto-estima. Desse modo, infere-se, também, a importância da instrumentalização médica, sobretudo na área da pediatria e psiquiatria, para que haja um cuidado que reconheça as necessidades e peculiaridades da criança e adolescente negro/a, já que os mesmos, muitas vezes, estão imersos em uma realidade estressora peculiar.

Percurso Metodológico

Trata-se de um estudo qualitativo, com base na etnografia e análise temática (MINAYO, 2012). Para a antropologia, cujo método por excelência é a etnografia, e a sua principal aliada, a observação participante, não é possível pensar a pesquisa sem o encontro etnográfico entre o/a pesquisador e os sujeitos em um espaço definido e circunscrito a que chamamos de campo, questões ético-metodológicas que envolveram a pesquisa (SOUSA, 2022), como a delicada questão de abordar os efeitos do racismo da saúde mental em adolescentes.

Na presente pesquisa participaram seis adolescentes autodeclaradas pardas/negras, que possuíam entre 13 e 16 anos de idade, e estavam regularmente matriculadas em uma escola pública no interior do Rio Grande do Sul no período de dezembro de 2022 a abril de 2023. Inicialmente, foi proposto que as adolescentes participantes produzissem cartas a respeito do tema e, posteriormente, participassem do grupo focal, mediante seus assentimentos e consentimentos e seus responsáveis, conforme aprovação do parecer do Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal da Fronteira Sul/parecer: 5.736.372.

Esse artigo focará na experiência do grupo focal com adolescentes negras, sobre os

efeitos do racismo na saúde mental, o qual foi gravado e transcrito, bem como teve a ferramenta do diário de campo da pesquisadora. Os grupos focais são dispositivos de pesquisa nos quais os pesquisadores buscam coletar informações sobre um determinado tema, por meio do diálogo entre indivíduos que fazem parte do seu campo de investigação, reunidos em um mesmo local e durante um período de tempo determinado, neste caso de uma hora (DALL'AGNOL et al., 2012, p. 188). É um instrumento para compreender o mecanismo de construção das percepções, atitudes e representações sociais de grupos (VEIGA e GONDIM, 2001)

O grupo focal tecnicamente tem o objetivo de produzir informações sobre um determinado tema específico através da discussão participativa entre os indivíduos participantes. Tal mecanismo valoriza a interação entre os membros do grupo e entre esses e os pesquisadores, por meio das discussões direcionadas e focadas em tópicos específicos. Essa estruturação promove a interação, fomentando a troca de experiências, conceitos e opiniões entre os participantes, além de ratificar o protagonismo dos envolvidos na medida em que conjuntamente eles dialogam e constroem os resultados da pesquisa. (PIRES e SANTOS, 2019).

Partindo de uma perspectiva de que é na escola que se estabelece os primeiros laços relacionais e que a mesma pode ser promotora e edificadora de mecanismos de autoidentificação do indivíduo com o espaço, com os seus pares e consigo mesmo; além de uma vasta investigação literária sobre esse ambiente e de sua relação com a formação humana e efeitos da sua omissão ou enfrentamento em relação ao racismo, considerou-se a necessidade de investigar os efeitos do racismo na saúde mental infantojuvenil com estudantes do ensino fundamental II.

Inicialmente, foi realizado uma apresentação para sensibilização e apresentação do tema do racismo na escola envolvida na pesquisa para todos os alunos do ensino fundamental II, informando a diferenciação de termos como discriminação e preconceito racial (MUNANGA, 2003), e das concepções do racismo, conforme Almeida (2019).

Como instrumento de coleta de dados, também foi utilizado um questionário sociodemográfico, entregue no grupo focal, para identificar as características individuais e pessoais dos participantes, como idade, gênero, condições socioeconômicas e de saúde, se

realiza ou já realizou acompanhamento com psiquiatra ou psicólogo, se dorme bem a noite

O grupo focal, realizado em uma sala privativa no espaço escolar, escolhida pela direção da escola, durou cerca de 60 minutos, contando com a presença de seis adolescentes, identificadas, de modo a manter o sigilo, de P.1; P.2; P.3; P.4; P.5 e P.6; e da pesquisadora, estudante de medicina, mulher negra. Foi possível conhecer o perfil das participantes da pesquisa a partir da análise das respostas do questionário sociodemográfico. A maioria das participantes declarou-se parda, pertence, em sua totalidade, ao gênero feminino, tem entre 13 e 16 anos, é solteira, está no 8º ou 9º ano escolar, gosta de estar na escola e não possuiu algum problema de saúde ou alguma doença mental diagnosticada, mas sente ansiedade, já teve depressão e inclusive ideação suicida em um dos casos. Em relação a ter com quem contar, e se dorme bem à noite, a maioria disse que sim. Sobre se sentir triste com frequência, o número de indivíduos que afirma tal ocorrência prevaleceu. Quando se diz respeito à percepção individual sobre se sentir excluída/o dos grupos de amigos, a metade confirmou. Evidenciou-se que todas as participantes que não dormem bem à noite, bem como todas as que se sentem excluídas dos grupos de amigos/as, sentem-se tristes com frequência. Além disso, foi possível perceber que há um atraso acentuado dos anos escolares dessas meninas.

Para análise da pesquisa foi utilizado o método difundido por Minayo (2012), a partir da análise temática, que trabalha com a ideia de dividir as informações coletadas em categorias. E para validação dos resultados, realizou-se uma apresentação e discussão das respectivas categorias com o mesmo grupo de participantes de modo a realizar uma perspectiva de pesquisa “com” e não “sobre” (BRANDÃO; STRECK, 2006), para que a pesquisa possa fazer sentido na perspectiva de uma educação antirracista e pela melhoria da saúde mental e global de estudantes adolescentes negros e negras.

Em relação à categorização das temáticas que serão abordadas, de acordo com os resultados do grupo focal, elenca-se a tentativa de apagamento da história negra, por meio do branqueamento social, cultural e estético, no primeiro capítulo; as famílias inter-raciais e a falsa democracia racial; posteriormente, será discutido sobre os efeitos psíquicos do racismo no/a adolescente.

Resultados e discussão

“Denegação”: história negra

As pessoas deveriam parar de julgar as outras pela cor da pele e aceitar o fato de que as pessoas mudam, que nem, eles sempre veem o negro como assaltante, só que a metade dos presos hoje em dia são brancos e eles continuam julgando os negros por causa disso (P. 02).

As participantes desta pesquisa, quando questionadas sobre o que é o racismo, identificaram o mesmo como inerente à discriminação relacionada a cor da pele:

“É um preconceito contra a cor da pessoa” (P. 01).

“É um preconceito com a cor, com o cabelo, com o jeito” (P. 02).

“Pelo simples fato de você não ser branca, né, as pessoas têm um preconceito” (P. 03).

A pesquisa “Salve, Salve, Abre a Roda, Somos Erês, Queremos Passar’: Crianças negras na Kizomba do Sopapinho – Contribuições afroperspectivistas à Psicologia” (SILVA, 2021), realizada junto ao projeto Sopapinho Poético voltado a crianças negras em Porto Alegre/RS (CFP, 2022), também traz como resultado definições semelhantes por parte dos participantes, os quais dialogam sobre a distinta ação policial diante de uma mesma ação, por exemplo, brincando com uma arma de brinquedo, de uma criança branca e outra negra. Sendo que esta é constantemente confundida com um infrator, enquanto aquela é vista como uma criança brincando.

Essa realidade deve ser evidenciada e enfatizada diante de uma realidade que de fato coloca os negros em situações desumanas, na condição de delinquentes, até mesmo quando esses indivíduos só estão tentando efetivar seu direito ao acesso a cidade. Essa perspectiva esbarra na definição que Gonzalez (2020) traz a respeito da denegação do racismo, que evidencia a existência de um preconceito velado, “mítico”, onde a sociedade propaga a inexistência do racismo, ao mesmo tempo que cotidianamente, “sutilmente”, os negros vivenciam os efeitos desse preconceito em sua vida.

Que nem aquela família do Rio de Janeiro que levou acho que oitenta tiros no carro, por conta que os policiais acharam que, pelo fato deles serem negros, fossem os bandidos que eles estavam procurando... eu falei esse assunto na minha casa, daí o meu padrinho falou assim “aah, mas, se ele é policial, ele não vai chegar lá e perguntar “oi, você é o bandido?”, mas mesmo assim foi muito racismo ali né, eles viram a família, tinham crianças lá e eles disseram “aah, são esses, vamos lá” e mataram, oitenta tiros no

carro. E tem vários casos assim, tem aquele dos EUA do ano retrasado... (P. 03).

Visualiza-se a “cor” como um fenômeno natural na medida em que identificamos a aparência física e os traços fenotípicos como fatos objetivos, biológicos e neutros com referência aos valores que orientam a nossa percepção. Dessa maneira, então, a “cor” no Brasil funciona como uma imagem figurada de “raça”. Quando os estudiosos trazem em seu discurso a ideia da cor como critério para referir-se a grupos “objetivos”, eles estão se recusando a perceber o racismo brasileiro. “Suas conclusões não podem deixar de ser pois formais, circulares, e superficiais: sem regras claras de descendência não haveria “raças” mas apenas grupos de cor” (GUIMARÃES, 1995).

Nesse sentido, um aspecto que precisa ser abarcado nesta análise, muito importante para a compreensão da construção identitária negra no Brasil, é o “Colorismo”. Vimos que a miscigenação é fruto do processo idealizado para apagar/dividir a comunidade negra e afrodescendente no Brasil através de uma série de estratégias, que ora aproximam pessoas negras de uma identidade branca, e que ora, distancia essas pessoas da identidade branca ou mestiça, com base em uma relação de proximidade ou distanciamento, sobretudo, estéticos/fenotípicos (OLIVEIRA, 2022).

O Colorismo está intrinsecamente ligado ao mecanismo de embranquecimento e miscigenação no Brasil. Estes processos, na maioria das vezes violentos e em prol de um objetivo frustrado de eliminar a presença negra no Brasil, fizeram emergir uma composição étnicoracial e identitária diversa de pessoas dentro da sociedade brasileira. Será essa pluralidade, empregada não apenas para separar estes grupos, mas também, impulsionar o embranquecimento, possibilitou que uma parcela da população buscasse cada vez mais associar-se às características brancas (DEVULSKY, 2021).

A função do branqueamento na nossa cultura mostra-se, por exemplo, nas dificuldades que temos em nomear as pessoas como negras, evidenciando um racismo implícito, decorrente dos processos de colonização que tiveram o papel de branqueamento no Brasil. Nesse sentido, é importante a percepção dos efeitos produzidos pela branquitude nos processos que facilitam ou dificultam a efetivação da cidadania. Assim, a nossa sociedade define fenótipos para classificar a branquitude dos sujeitos, afinal somos uma nação miscigenada, e que camufla seus preconceitos (DETONI, 2019).

Em função de um passado histórico marcado pela desumanização, que constitui um obstáculo à construção da individualidade social, o negro tem seu processo de torna-se indivíduo comprometido. Embora haja um empenho em o negro tentar constituir-se como tal, tal processo esbarra em diversas dificuldades (NOGUEIRA, 1998).

O dia a dia você vai vivendo isso né... eu quando criança passei bastante coisa com a minha mãe né, por ela ser negra (adolescente parda, filha adotiva de mãe preta)... teve um dia no ônibus né que a gente foi viajar e a pessoa, o guarda não deixou eu entrar por conta que eles acharam que eu não era filha dela né e que ela poderia tá me sequestrando, ou alguma coisa do tipo... e daí quando viram meu padrasto, que é branco, aí eles disseram "aah tá, então é filha". Até em loja já perguntaram, quando eu era criança, "ai, nossa, que linda...você é babá?", que eu era toda menininha né, toda bonitinha, princesinha...daí eu tava de mãos dadas com a minha mãe e disseram "nossa, que linda, você trabalha na casa dela" pelo fato dela ser negra (P. 03).

Complementa ainda a P. 02:

"É que pelo fato deles terem antepassados que foram escravos negros... A gente tá em pleno século XXI e eles acham que gente negra tem que ser escravo, babá, tu não pode ter um filho de cor diferente..." (P. 02).

A produção da raça e, conseqüentemente, do racismo antinegro está diretamente relacionada à fabricação da humilhação, como garantia de uma política de neutralidade e de extermínio, cujo objetivo é manter intactos privilégios politicamente construídos (TEXEIRA e LUZ, 2021). Nesse sentido, diversos são os exemplos de humilhação e distintas formas de violência trazidas como exemplo pelas adolescentes participantes da pesquisa e, sobretudo, na sua percepção de desvalorização e desrespeito vivenciado pelo corpo negro na sociedade:

Mesmo eles dizendo que eram inocentes o policial continuou apertando com o joelho o pescoço da outra pessoa ali, ele morreu sufocado... por causa disso... e também foi aqui, eu não lembro se foi ano passado ou retrasado, um adolescente foi morto a tiros por policial, porque ele tava com uma mochila e tava voltando pra casa... (P. 02)

Teve também uma mulher, acho que foi no Rio de Janeiro, no começo desse ano, ela era modelo e levou um tiro e morreu, pelo fato de ser negra (P. 03).

É nesse sentido que Mbembe (2014) traz a expressão "torna-se outro" como um fardo que deverá ser carregado por toda vida do sujeito negro, na medida em que, apesar da superação de grande impasses jurídicos, por exemplo, ainda é corrente a configuração do "vir a ser" que, estagnado como possibilidade, nunca satisfaz o modelo e a "consciência moral" dos humanos de pele clara.

A busca pelo apagamento da população afrodescendente no Brasil não esbarra

somente no contexto da cor, mas na negação de toda e qualquer forma de expressividade emanada por esse povo. E é dessa maneira que emerge o racismo religioso. E essa intolerância parte do meio externo, mas, também, por vezes, do ambiente familiar (NOGUEIRA, 2020). Como comenta uma das participantes desta pesquisa:

Minha avó é evangélica e ela só não é muito racista porque meus parentes são preto e pardo, só que, sobre religião, ela queria muito que eu fosse evangélica, só que eu fiz a crisma e eu frequento a umbanda e tudo...ela sabe que eu frequento, só que ela não fala nada porque ela sabe que eu defendo o que eu acredito ser certo, sendo que eu já cheguei a ameaçar chamar a polícia porque ela batia no cachorro lá tudo, por causa disso ela pegou e parou, porque ela sabe que eu pego e faço, ela entendeu que quando eu falo alguma coisa, que eu acho que não é certo, eu pego e paro... eu e a minha mãe, minha mãe já chegou a cansar das discussões que tive com ela por causa desses assuntos (P. 02).

O preconceito, a discriminação, a intolerância e, no caso das tradições culturais e religiosas de origem africana, o racismo se edifica por maneira perversas de julgar que estigmatizam um grupo e exaltam outro, tratam de modo valorativo e prestigiado um determinado “eu” em detrimento de “outrem”, constituídos pela ignorância, pelo moralismo, pelo conservadorismo— os quais resultam em ações prejudiciais e, por vezes, criminosas contra um grupo de pessoas com uma crença considerada não hegemônica, fora da interpretação etnocêntrica e eurocêntrica (NOGUEIRA, 2020).

Tal realidade pode ser observada e identificada nas falas seguintes:

Eu não tenho nenhum preconceito com isso (religião), eu acho bastante interessante e eu queria saber mais sobre várias outras culturas, sobre umbanda, queria conhecer bem mais sabe... eu tive só acesso desde criança à criação evangélica e depois que eu comecei a crescer vi que, tipo, cara, é muito preconceito, evangélicos são sim muito preconceituosos (P. 03).

Só que os católicos também são (P. 02).

É, se tu for ver a história da igreja católica lá do começo tu vai ver o quanto eles mataram pessoas negras, mulheres, o quanto são preconceituosos... por isso que eu não me vejo como católica e nem como evangélica, eu ainda não sei, tipo, qual a minha religião. A que eu mais, tipo, sou, no caso, seria evangélica, Deus... mas eu acho bastante interessante e queria saber mais, conhecer mais vários outros tipos de religiões (P. 03).

Trata-se de uma realidade edificada no Brasil desde o fim da escravidão. “O que fazer com eles, se não são mais escravos? Vamos eliminá-los.” De tudo foi tentado para o extermínio de uma raça: proibição aos estudos, negação de terra e trabalho para sobreviver com dignidade. Mas este povo resistiu com sua fé e crenças em seus deuses, Orixás, Vodunces, Inkises. Emerge então o Racismo Religioso, para mais uma vez tentar apagar essa Raça de pele escura. “A violência e a depredação aos terreiros nada mais é que

Racismo e iluminação de um povo, que foi escravizado, e resiste até hoje através de suas Ancestralidades.” (NOGUEIRA, 2020).

A tentativa de exclusão da realidade de culto de origem africana não é um fato isolado, por vezes, e em diversos momentos da história colonizadora, esse contexto foi evidenciado e, como dito pelas participantes da pesquisa, em distintos grupos religioso, mas que fortificam a mesma ideologia de negação da história negra e, sobretudo, de suas crenças e ancestralidade. Mais do que inibir, há uma demonização do que é diferente do “ideal”, do que não é cristão. Se antes os negros escravizados tinham que esconder seus orixás atrás dos santos católicos para cutuá-los, hoje, fora da condição de escravo, o negro tem que transpor a barreira do preconceito perpetuado em falas e ações que perpassam gerações e inviabiliza a demonstração da real face das religiões africanas.

Nesta pesquisa, foi possível observar, levando em consideração o conceito do colorismo e a divisão estabelecida por ele, que esse aspecto de “branqueamento” que tem a ver, sobretudo, com a cor da pele, conduz a um “não saber” a que raça/cor pertence. Foi possível perceber nas adolescentes, através das expressões, a angústia de não saber efetivamente a que cor/raça pertencem, fato que entrelaça-se uma não afirmação e não identificação de que lugar ocupam e a quais grupos fazem parte:

Eu acho que eu não represento pessoas negras, porque pela cor da minha pele eu sou clara e tal, mas né, eu acho que eu represento mais mulheres e tal, nessa pauta do feminismo mesmo (P. 03).

Pesquisadora: Mas, por ter uma mãe negra, você se identifica com questões culturais da população negra?

Sim, algumas coisas sobre o cabelo talvez... (P. 03)

Eu não sei muito falar sobre o que eu represento... (P. 04)

Nesse sentido, é importante o diálogo sobre a aparência. A visão estabelecida sobre si, e sobre o outro igual ou diferente, pelas adolescentes negras que participaram da pesquisa. Desde muito cedo, especialmente, as mulheres negras vivenciam, por meio da interseccionalidade entre sexo e gênero, o preconceito racial de frente, e nesse processo aprendem a reconstruir-se e desconstruir-se na medida em que buscam entender o porquê de haver diferenciação entre o belo e o feio de acordo com a curvatura do seu cabelo, a cor dos olhos ou o formato do nariz, por exemplo.

As pessoas julgam muito as pessoas negras por causa da aparência do cabelo, que são cacheados, crespos... (P. 02).

E eu vi esses dias uma história, no TikTok até... uns vídeos sobre racismo, eu amo ver sobre isso, e falou de uma mulher que a mãe dela cortava o cabelo dela bem curtinho porque ela tinha o cabelo bem “pixaquinho” né e a mãe dela tinha preconceito, a mãe dela era branca né e o pai negro, tinha preconceito com o cabelo das filhas dela... e daí, quando elas tiverem idade, todas elas fizeram progressiva por conta desse preconceito que passou da família para a cabeça delas, achando que esse cabelo era ruim pelo fato dele ser “pixaquinho”, porque muitas pessoas acham bonito só cabelo cacheado né, pelo fato de ter definição do cacho e os que não tem definição tem bastante preconceito (P. 03).

Tem muitas pessoas né que a mãe não fala muito e aí quando cresce, quando é menina né, ela não sabe lidar com o cabelo dela, hidratar e cuidar, daí ela faz progressiva e daí fica naquilo (P. 03).

O racismo é responsável por impactos danosos do ponto de vista psicológico e social na vida de qualquer criança ou adolescente. Ela pode aprender a discriminar apenas por presenciar tais ações dos adultos. Nesses momentos, ela se torna vítima do racismo. Não importa se uma criança é negra, branca ou indígena. Qualquer criança que vivenciar uma realidade de desigualdade e de discriminação tem a falsa percepção de que negros, brancos e indígenas devem ocupar necessariamente lugares distintos no corpo social. “Seja diante da televisão, nas escolas, ou em histórias infantis, as crianças vão se desenvolvendo com imagens retorcidas de papéis e lugares segundo cor de pele ou aparências” (UNICEF, 2010).

Famílias inter-raciais e a falsa democracia racial: colorismo e branqueamento

Meu padrasto é meio que preconceituoso, ele faz umas brincadeiras super nada a ver, sem graça. Daí vivo falando pra ele sobre essas coisas, porque, tipo, ele tem uma filha pequena em casa. Eu vivo falando pra ele que isso não é certo, porque se ela falar isso na escola vai ser ruim, mas ele mesmo assim continua, não me escuta não (P. 01).

Nota-se na fala supracitada uma relação bastante conflituosa entre a participante (P. 01), negra, filha de mãe negra, e o seu padrasto, homem branco e, aparentemente, preconceituoso, convivendo em meio a uma família inter-racial disfuncional. A menina salienta a postura preconceituosa do padrasto ao mesmo tempo que traz a preocupação acerca da sua irmã mais nova, filha do casal inter-racial, que, convivendo e aprendendo tais posicionamentos incoerentes, bem como absorvendo falas discriminatórias, poderá propagar tal acervo ideológico,

Desse modo, a angústia expressa na fala da participante supracitada mostra-se totalmente compreensível, na medida em que a influência e a percepção dos

pronunciamentos pejorativos relacionados à população negra, pelo padrasto, transmitirá, certamente, um sentimento de repulsa e não contentamento, por parte da sua irmã, com a imagem do outro discriminado e com a sua própria auto identificação.

Assim, a socialização que se inicia na família e se amplia com o convívio escolar, ao invés de ser uma experiência agregadora no desenvolvimento da criança negra, acaba se tornando um fator negativo na constituição de sua autoimagem. E o silêncio que abarca a questão racial nas distintas instituições sociais contribui para que se entenda a diferença como desigualdade, como desvio, como anormalidade (ABRAMOWICZ e OLIVEIRA, 2012).

Soma-se a esse fato a falsa percepção de que tais atitudes funcionam somente como uma “brincadeira”. Quando na verdade, além de ferir e depreciar os familiares que fazem parte do mesmo grupo racial discriminado, ainda faz emergir um sentimento de não pertença e deslocamento daquele âmbito que deveria ser núcleo de acolhimento e respeito.

Como pode ser identificado no relato da participante:

Sabe, pra mim, a gente precisa falar mais sobre o racismo em casa. Às vezes esse preconceito vem de casa mesmo, tipo, se a criança ver os pais falando sobre aquilo, as crianças vão puxar e falar sobre aquilo também... isso que eu vivo falando para o meu padrasto, mas ele não me escuta. Daí minha mãe fica falando que é só brincadeira e eu falo que não é só brincadeira, tipo, daqui um tempo a minha maninha também vai começar a fazer isso, daí vai dar consequência (P. 01).

Schucman (2018) traz um contexto parecido com o vivenciado pela participante em seu estudo. Trata-se da história de uma menina negra e, engendrada num conjunto de outras, compõem uma pesquisa sobre famílias inter-raciais, cujo objetivo era perceber se e como os sujeitos destas famílias legitimam e/ou desconstroem as hierarquias raciais dentro de suas relações íntimas.

Essa participante classifica a mãe como branca e o pai, e ela mesma, como pretos. Contudo, ela mesma faz uma hierarquia entre as distintas pigmentações e traços fenotípicos da família. Ela foi interrogada se a temática racial era assunto em sua família e de que forma isso foi apresentado para ela. Destas perguntas, a participante, semelhante a P. 01, relatou diversos momentos e episódios de como a raça apareceu no seio familiar como origem de conflitos e hierarquias. Em nenhum momento a participante se recorda de alguma situação em que a negritude foi significada de forma positiva pelo pai ou pela mãe. Os depoimentos enfatizam uma dinâmica familiar em que a negritude é tomada como lugar de inferioridade

racial, enquanto a branquitude é valorizada como ideal de belo, humano e significada como lugar de superioridade racial. Nesse contexto, a família da participante é visualizada como um microcosmo da sociedade brasileira e que os lugares sociais, construídos através do racismo, para brancos e negros, repetem-se no interior desta família (SCHUCMAN, 2018).

A narrativa da participante traz diversos aspectos para analisarmos o lugar que a ideia de raça ocupa nesta família. Nesse sentido, tanto a negritude como a branquitude podem ser elementos importantes para pensar o desenvolvimento e a qualidade dos vínculos familiares. Nessa família, o pai ocupa, na representação da mãe, um lugar de inferioridade na hierarquia racial, bem como todos que se assemelham a ele, como é o caso da participante. Entretanto, esta possibilidade de a mãe colocá-lo como inferior só é possível porque as palavras dela encontram afirmação na forma como o próprio pai interiorizou o racismo da sociedade brasileira. “Ou seja, o pai toma para ele um significado compartilhado socialmente construído através do racismo e do legado da escravidão e o transforma em sua dimensão intra-subjetiva como verdade sobre si” (SCHUCMAN, 2018). Tal realidade é também observada na relação familiar de P. 01, na medida em que a mãe, preta, mesmo sendo também vítima do processo discriminatório que é perpetuado, prefere calar-se e tapar os olhos para os fatos que são explanados e identificados por sua filha (P. 01), a fim de manter um ambiente livre de conflitos com o parceiro, branco.

Neste sentido, esta dinâmica familiar enuncia diferentes aspectos para compreendermos como a estrutura social pode ser apropriada, vivenciada e legitimada nas relações familiares. Desta forma, a hierarquia e as violências raciais já vividas no exterior da família são repetidas no interior do espaço familiar, nas situações cotidianas. A relação entre os pais e pais e filhos ao invés de ser um vetor para desconstrução e reelaboração do racismo, é o espaço onde o mesmo é repostado (SCHUCMAN, 2018).

O racismo começa dentro de casa, se os pais dela ficam falando isso, ela vai aprender com os pais. A educação pra evitar isso começa dentro de casa desde pequeno, se eles querem que a filha deles... que nem, eu fui criada de uma forma e ela foi criada de outra, só que eu fui criada para entender todos os lados, me vê naquela situação e pra respeitar as escolhas dos outros... que nem, eu já conheci gente negra que pegaram e ficaram com medo de mim, só porque eu era bem, era mais clara do que eles, porque acharam que eu ia fazer racismo. Daí eu peguei e expliquei que cada um foi criado de uma maneira e eu fui criada para entender e respeitar os outros, independente da cor ou do gênero (P. 02).

Observa-se no relato dessa participante uma formação familiar antagônica em

relação à P. 01, na medida em que houve um maior diálogo, por parte dos responsáveis legais, a respeito do racismo e do seu enfrentamento. As distintas formas de socialização praticadas por essas famílias apontam, em uma primeira análise, um despreparo diante do racismo, do preconceito e da discriminação racial, o qual pode ser associado, também, a dificuldade da mãe em falar de questões que provocam mal-estar emocional, podendo ser, dessa forma, uma alternativa de estratégia para o enfrentamento do problema, ao passo que a família de P. 02, mesmo, possivelmente, apresentando dificuldade e desconforto diante de um problema tão delicado, demonstram atitudes de resistência, orientando e lutando contra o preconceito e a discriminação racial (BRITO, 2013). Talvez essas famílias, de formas distintas, mas com intuítos semelhantes, tenham estruturado mecanismos diferentes de superação, dentro das suas possibilidades, que não dialogam entre si, nem se apresentam como certas ou erradas, mas constituem um processo real que é doloroso e, por vezes, mais ou menos complicado de lidar ou encarar de forma direta.

A rede de significações atribuí ao corpo negro a significância do que é indesejável, inaceitável, contrastando com o corpo branco, parâmetro de auto-representação das pessoas (NOGUEIRA, 1998). Esse contexto de significações transcende e atravessa todos os processos relacionais, transformando a pessoa negra, por vezes, em um objeto pronto para ser moldado e construído da maneira como a sociedade necessita e venera. Enquadra-se aqui o físico, mas, também, uma falsa personalidade e despreendimento moral que essa mesma sociedade construiu e propaga a respeito desses indivíduos. Nesse sentido, o negro está sempre “em falta”: de beleza, de caráter e de inteligência. É, em última análise, o que não se quer ser e o que não se pode ser. É nesse contexto de repugnância que diversas famílias inter-raciais constroem suas relações familiares: cria-se um falso ambiente de tolerância e aceitação, quando na verdade os feitos e atos racistas estão camuflados nas pequenas atitudes do dia a dia, nas falas “inocentes” e nas “brincadeiras” desconcertantes. Como é explanado pelas participantes do grupo focal:

Tem um caso de um parente bem, sabe, a família do meu padrasto são tudo branco, alemão, italiano, e daí um neto dela (da família do padrasto) se casou com uma mulher negra e daí a criancinha nasceu negra sabe?! Bem moreninha e cabelo bem cacheado e elas ficaram assim “será que é filha mesmo dele?”, “será que ela não traiu?”, mas a mãe dela é negra, apesar de não ter o cabelo cacheado, ter o cabelo liso, mas a família dela é negra e tem bastante preconceito com a menininha... “ai, nossa, ela é pretinha”...daí em um assunto no jantar de família, que eu odeio jantar de

família por causa disso, falaram bem assim: “aah, mas apesar dela ser moreninha, eu não acho que ela seja moreninha, ela é branquinha. Quando ela crescer ela vai clarear um pouquinho, mas a gente vai amar mesmo assim ela”... coitadinha da criança... e a mãe fica muito desconfortável com isso. Minha mãe mesmo deixou bastante de viajar pra lá, pros parentes do meu padastro, pelo preconceito que eles tinham... lá é tipo um morro, onde mora muito negro né e lá eles fazem assim, em uma conversa mesmo em um churrasco, “se essa bandidagem, esses negrinhos vierem roubar aqui a gente vai matar, a gente vai pra cima, porque o Carlinhos, nome de uma pessoa lá, não deixa esses negrinhos chegar aqui...” sabe, eles são bastante racistas. E apesar de muitas pessoas lá ter marido, filho negro, eles continuam sendo racistas (P. 03).

A minha família com a família dela é muito parecida, cara... porque tipo, eles vivem falando que vão amar a gente do mesmo jeito, só que, basicamente, minha parte da família tem mais negros do que brancos, daí vem os caras lá (parte da família do padastro) e fica enchendo o saco, é por isso que não vou na casa da irmã do meu padastro, porque eu não gosto, porque ela é muito chata e eu prefiro ficar em casa, porque toda vez é uns comentários nada a ver, daí eu fico lá quieta, só observando mesmo (P. 01).

Os relatos demonstram a percepção impactante das adolescentes negras em relação às suas famílias, interraciais, que tornaram-se berços de posicionamentos discriminatórios e responsáveis pela estruturação, por vezes, do sentimento de não pertencimento e identificação. Tudo isso corrobora para o fortalecimento de percepções autodepreciativas sobre si, sentimento de inferioridade, exclusão, descontentamento, revolta e perturbações emocionais diversas que conduzem a um posicionamento inseguro diante das adversidades da vida, contribuindo para efeitos danosos a saúde mental da criança e adolescente afetadas pela discriminação.

Efeitos psíquicos do racismo no/a adolescente: entre a invisibilidade e a passividade que adoce

O racismo afeta a gente de um modo que os outros não podem entender. Eles não pensam que uma hora a gente não aguenta mais e se isola, tem problemas psicológicos, que tem gente que já se suicidou justamente por causa do preconceito e de não serem aceitos na sociedade (P. 2).

O preconceito racial é um fenômeno muito complexo, que pode ser comparado a um iceberg, cuja parte visível seria as manifestações do preconceito, como as práticas discriminatórias identificadas em comportamentos sociais e individuais, e que podem ser explicadas pelas ferramentas metodológicas das ciências sociais e políticas. Contrariamente, existe uma parte submersa do iceberg que é correspondente às consequências dos efeitos da discriminação na estrutura psíquica das pessoas. São essas repercussões psíquicas específicas resultantes da violência racial, que afetam de maneira

direta o estudante ao longo do processo educativo (MUNANGA, 2015).

A Política Nacional de Saúde Integral da População Negra foi edificada pelo Ministério da Saúde (MS) em 2009, com o objetivo de promover a saúde integral da população negra, buscando, dessa forma, a redução das desigualdades étnicoraciais e ao combate ao racismo e à discriminação nas instituições e serviços do Sistema Único de Saúde (SUS) (BRASIL, 2018).

Em se tratando de saúde mental, duas dimensões são diretamente atacadas: a identidade e a autoestima. Não sendo possuidor de referenciais identitários valorizados perante a sociedade - heróis, pessoas bonitas, inteligentes - resta ao grupo subalterno uma identificação com a sua “inferioridade natural” ou buscar para si um ideal de ego branco. Instala-se a baixa autoestima, desvalorizando-se e acreditando que é inferior. Como consequências somáticas tem-se a depressão, a autodepreciação, a ansiedade, síndrome do pânico, dentre outras patologias que acometem os indivíduos e, seguem com tratamento medicalizado (NASCIMENTO e MOTA, 2019).

Dentre as formas de discriminação mais evidentes, o racismo é com frequência citado nos estudos científicos envolvendo a saúde das populações. Se por definição, o racismo é entendido como atitudes, crenças e conformações institucionais que tendem a denegrir, subjugar e excluir grupos e pessoas em virtude de características fenotípicas, é importante sinalizar que este processo de hierarquização, discriminação e exclusão exerce papel primordial na forma como o indivíduo se percebe na sociedade. Em outras palavras, a vulnerabilidade das minorias raciais é também compreendida sob a luz do acúmulo de estressores e, com isso, o estresse é colocado como um fator explicativo para o impacto do racismo sobre a saúde (NASCIMENTO e MOTA, 2019).

Essa realidade pode ser compreendida, e ratificada, pelas participantes da pesquisa após serem interrogadas se já se sentiram com autoestima baixa em decorrência do racismo:

Eu quando eu senti eu cheguei a me isolar da minha família toda. Eu entrei em depressão, que eu tenho depressão estágio 1 e tenho ansiedade avançada já, só que eu não preciso tomar medicamento porque eu sei controlar bem isso tudo. Só que eu, teve uma época ali que eu me afastei do mundo, eu só ia pro colégio porque era minha obrigação de estudante e tudo, mas quando eu chegava em casa eu só saia pra comer e as vezes nem isso eu fazia. Eu me isolei total, que eu chegava a ficar de cama, febre e tudo.. daí meus pais ficavam preocupados e tudo, só que eu não me abria

pra eles... (P. 02).

Dados do Ministério da Saúde (BRASIL, 2018) informam que o índice de suicídio entre os jovens negros é relevante e superior aos jovens brancos. A tendência da taxa de mortalidade por suicídio entre adolescentes e jovens negros apresentou um crescimento significativo no período de 2012 a 2016. Em 2012, a taxa de mortalidade por suicídio foi de 4,88 óbitos por 100 mil entre adolescentes e jovens negros e aumentou 12%, alcançando 5,88 óbitos por 100 mil entre adolescentes e jovens negros em 2016. Por outro lado, a taxa de mortalidade por suicídio entre os brancos permaneceu estável, isto é, a variação não foi significativa estatisticamente, a explicação para isso é porque os negros estão mais suscetíveis e vulneráveis ao sistema estrutural de desigualdade. Em 2016, a cada 10 suicídios em adolescentes e jovens seis ocorreram em negros. Além disso, a taxa de mortalidade por suicídio cresceu entre os adolescentes (10 a 19 anos) negros no período de 2012 a 2016, e foi estável entre os jovens (20 a 29 anos). De acordo com o Ministério da saúde, as principais causas de suicídio entre jovens negros são: sentimento de inferioridade, sentimento de não pertencimento, solidão, rejeição, maus tratos, isolamento social, violência, dentre outros (BRASIL, 2018). Esse contexto pode ser percebido na continuidade da fala da participante P.2:

porque eu já tentei suicídio cinco vezes e eu nunca cheguei a me matar mesmo, porque sempre alguém chegava na hora, sendo que foi minha prima que descobriu, ela que me ajudou muito. Ela não me obrigou a pedir ajuda, ela foi devagar comigo explicando que era bom e tudo... só que fui só pedir ajuda pra minha família há um ano atrás, que eu fui mesmo pedir ajuda e tudo... era ela que me ajudava em tudo, que daí eu peguei e contei tudo pra eles, coisa, eles ficaram bem decepcionados comigo por eu não ter contado, real, só que eles entenderam meu lado e o meu pai tem ansiedade já, então ele entendeu o porque de tudo... então foi minha prima que ajudou e depois que a gente teve na escola com a professora de geografia sobre isso, sobre a ansiedade, o racismo, essas coisas, que daí eu peguei e fui e fiz um trabalho só eu mesmo, cartaz e tudo e ela pegou e leu e depois pegou e veio em mim pra falar para os meus pais pedir ajuda de um psicólogo... eu frequentei durante dois meses, só que daí eu não estava me sentindo muito confortável de tá indo toda semana pra lá, porque eu tinha que ir de ônibus e voltar, daí eu não sentia muito confortável porque toda vez eu chorava, então eu peguei e parei, só que ano que vem (2023) eu quero pegar e voltar a ir (P. 02).

Esse contexto mostra a face mais sombria do racismo e da discriminação racial: o preconceito que mata. A exclusão, a rejeição e a indiferença sofrida cotidianamente massacra e fere o espírito de vida que habita em cada um, a autoestima, o querer existir... Ademais, erros e preconceitos vêm sendo historicamente repetidos, contribuindo para

formação de um estigma em torno da doença mental e do comportamento suicida. O estigma resulta de um processo em que pessoas são levadas a se sentirem envergonhadas, excluídas e discriminadas, contribuindo, por vezes, para a não procura de ajuda para enfrentar o problema (CFM, 2014).

Além disso, em casa esses mesmos indivíduos também são vítimas desse silenciamento que ignora sua condição e corrobora para a permanência e perpetuação desse falso mito da democracia racial, como relata a participante P.1:

Já lá em casa, eu falo com minha mãe essas coisas, tipo, aconteceu muita coisa no ano de 2019 que eu quero deixar lá, não quero mais lembrar, daí eu tentei abrir com minha mãe, tentei falar com ela, só que minha mãe fica falando “quer chamar atenção! Quer destruir a família” e, tipo, ela não escuta, eu quanto mais tento falar, mais ela não me escuta... ela fica falando “aah, mais eu tô do seu lado”, mas ela não me escuta afinal, eu tento chegar pra ela, tento falar, mas ela parece pior que cega. As vezes acontece na frente dela, eu já falei pra ela mais de mil vezes e ela não faz nada. Daí hoje em dia eu tô tentando ficar longe da maioria das pessoas que me faz mal. Daí ela fala que eu só fico no celular, mas eu só quero ficar ;no meu canto e vem gente falando que eu tô com depressão, essas coisas... daí minha mãe fica falando que isso aí não tem nada a ver, que é frescura... e eu vivo falando pra ela “mãe, isso é uma coisa psicológica, é uma doença em que a pessoa precisa de ajuda” e tipo, ela fica falando que eu tô querendo chamar a atenção, tipo, a minha mãe ela, tipo, não consegue colocar mais nada na cabeça dela. Ela pensa assim e, tipo, eu acho que ela não vai mudar, então não tem o que falar (P. 01).

A participante P. 2 completa:

Eu já não pedi ajuda justamente por isso, no início, e foi minha prima que me ajudou a aceitar... (P. 2).

É percebido na fala dos participantes mais que um descontentamento ou tristeza, mas uma postura de desistência em relação à tentativa de modificar a visão da sua família acerca da problemática. Já foi tão desgastado esse processo de tentativa de fala, pela indiferença, descrença ou desprezo a sua dor, que eles não enxergam esperança ou possibilidade de ajuda em um diálogo. E é a partir desse momento que emergem as mais diversas comorbidades psiquiátricas, no momento em que, já isolado e segregado por todo o contexto em que está inserido, se vê também impossibilitado de garantir suporte, empatia e acolhimento do seio familiar.

Além de todo o sofrimento vivenciado diretamente, o preconceito direcionado às pessoas próximas também é responsável por um sentimento de tristeza e desconforto. Como abordado pelas participantes desta pesquisa:

Pra mim, afeta, porque eu me coloco no lugar das pessoas muitas vezes, mesmo não demonstrando muito. Eu pego me sinto triste, mal... e eu tenho praticamente um psicológico não muito bom, coisas que aconteceram comigo anos atrás e tudo, então pra mim eu pego e fico as vezes dias de cama, em casa... eu já cheguei no início do ano... eu faltei muito colégio, porque eu vinha e voltava pra casa, porque eu passava muito mal direto, por causa das coisas que eu me colocava no lugar dos outros também, de lembranças antigas e tudo, daí eu tenho ansiedade, daí começava atacar, passava mal, então...daí eu peguei e abaixei muito minhas notas nisso de faltar a escola (P. 02).

Eu sei, meio que já percebi nela, ela, tipo, no começo do ano ela mal ficava um pouco na aula, daí ela ficava um pouco e do nada começava as crises dela, ela ia direto pra casa... sobre os sentimentos que tu tava falando, pra mim, eu também, eu vivo me colocando no lugar dos outros, tipo eu me sinto muito ruim, eu sinto como se aquela situação que aconteceu com a pessoa acontecesse comigo, por isso que eu nunca faço mal de nada com a pessoa, com ninguém, porque eu me coloco no lugar (P. 01).

E eu já passei pelo racismo, então...é que as pessoas, realmente, para elas saberem elas tem que sentir na pele o que é (P. 02).

O meio ambiente é fundamental no processo de desenvolvimento da criança. Quando hostil, paralisa e impede o exercício das suas potencialidades. Quando o ambiente é bom, a criança estabelece defesas e mecanismos psíquicos essenciais para se relacionar com o mundo externo livre de traumas, dor, surpresas, suavizando o impacto das rupturas que são naturais. A escola deveria ser o prolongamento do lar para a criança negra, entretanto, por vezes, este ambiente contribui para inibição da identidade, dos sonhos e do desenvolvimento cognitivo (FIABANI e FIABANI, 2020).

Nesse contexto, é importante enfatizar que foi identificado na coleta dos dados sociodemográficos das participantes desta pesquisa que existe uma relação entre o sono, a exclusão social e os níveis de tristeza. Nesse sentido, todas aquelas que não dormem bem à noite se sentem tristes com frequência e todos os que se sentem excluídas dos grupos de amigos/as, também se sentem tristes com frequência.

Os distúrbios do sono (DS) constituem uma queixa frequente nas consultas médicas de rotina pediátrica e, em sua maioria, apresentam-se na forma de entidade primária, mas também podem estar relacionados a doenças orgânicas diversas ou comorbidades psiquiátricas (ansiedade, depressão, bullying) (NUNES; BRUNI, 2015). Quando se diz respeito a doenças psiquiátricas é relevante estabelecer a relação da falta de sono com a tristeza frequente nas participantes da pesquisa, já que foi ratificado em um estudo sobre sintomas de depressão em adolescentes entre quatorze e dezoito anos de idade, nos EUA, no Oregon Adolescent Depression Project, que tem-se como sintomas mais prevalentes,

alterações do sono, o humor deprimido e dificuldades no pensamento (ROBERTS; LEWINSOHN; SEELEY, 1995). De forma concomitante, é evidente que o binômio saúde mental-interação social também se mostra como fator relacional favorável para o desenvolvimento, ou não, de patologias psíquicas, como a depressão, e na presente pesquisa a intersecção entre as excluídas dos grupos de amigos e aquelas que se sentem tristes com frequência diz muito sobre isso. “De acordo com o saber prático, a depressão é consequência de disfunções afetivas e de relações sociais insatisfatórias e patológicas, que perpetuam hábitos prejudiciais, principalmente, no âmbito da escola e da família” (BARROS et al., 2006). Soma-se a isso o fato de que a Política Nacional de Saúde Integral da População Negra reconhece o racismo e as desigualdades étnico-raciais como determinantes sociais das condições de saúde (BRASIL, 2009), o que está associado a realidade das participantes, já que as mesmas autodeclaram-se negras e fazem parte de um contexto de vivência de discriminações relacionadas a cor.

A discriminação racial é responsável por efeitos psicossociais de longa duração sobre os indivíduos. Bloqueia os mecanismos de identificação e mediação psíquica, fundamentais para o indivíduo na transição do seu núcleo familiar para o mundo ampliado da sociocultura. Assim, ao encontrar o ambiente adverso, a criança não apresenta defesas para enfrentamento desta nova situação. Estabelece-se um conflito com ela mesma, de difícil solucionamento, que, muitas vezes, pensa ser ela a responsável pelo sofrimento dos outros, por ter que aceitá-la naquele lugar (FIABANI e FIABANI, 2020).

Os efeitos do racismo e da discriminação sobre a saúde podem ser agudos ou crônicos, atuando através dos mecanismos fisiopatológicos do estresse. A exposição a atos racistas e discriminatórios pode funcionar como um estressor agudo, por outro lado, viver em uma sociedade racista pode funcionar como um estressor crônico (BARATA, 2009).

Segundo Silva (2015),

Um grande número de achados científicos têm mostrado que a exposição prolongada a estressores provoca mudanças químicas e estruturais em várias regiões cerebrais. Estudos em humanos e de modelo animal têm demonstrado essas alterações em áreas como: o hipocampo [Admon et al. 2009; Andersen et al. 2008; Radley 2005; Grassi Oliveira, Ashy, Milnitsky 2008], a amígdala [Andersen et al. 2008; Morales-Medina et al. 2009], o núcleo acumbens [Morales-Medina et al. 2009], o córtex pré-frontal (cpf) [Andersen et al. 2008; Arnsten 2009] e o córtex visual [Choi et al. 2012; Hanson et al. 2012; Olivares et al. 2010; Tomoda et al. 2009, 2012].

Waelde et al. (2010) evidenciaram que considerável número de pessoas apresentam algum transtorno, como ansiedade, depressão e transtorno de estresse pós-traumático. Um estudo realizado na Holanda com 4.800 pessoas, separadas entre dois grupos de forma igual: os que sofreram e os que não sofreram racismo, possibilitou descobrir que as pessoas que sofreram com discriminação racial tinham duas vezes mais chances de desenvolverem problemas psicológicos nos próximos três anos. Ademais, pesquisa distinta mostrou que os sintomas de indivíduos com estresse pós-traumático grave são semelhantes aos das vítimas de discriminação racial.

Essa realidade evidencia as várias faces do racismo e, sobretudo, do racismo que adocece, silencia, inibe e extermina. O racismo que perpetua e provoca efeitos mentais negativos, edifica patologias, por vezes, difíceis de serem reversíveis. O racismo que aperta a existência, até sucumbir a vida; que provoca o adoecimento, mas também a morte prematura de milhares de jovens negros, todos os dias, na sociedade brasileira.

Considerações finais

Este trabalho evidenciou que o existe uma postura depreciativa em relação às pessoas negras, especialmente de famílias inter-raciais, as quais correspondem as participantes da pesquisa, autodeclaradas pardas, com dificuldade de assumirem a autodeclaração, efeito da denegação e branquitude assumidas na sociedade brasileira. A família assemelha-se a um microcosmo da sociedade, perpetuando o racismo e silenciando os movimentos de tentativa de enfrentamento, tratando de maneira insignificante e irrelevante o sentimento vivido de sofrimento, favorecendo o surgimento de enfermidades psiquiátricas. Soma-se a isso, a intolerância religiosa, e o preconceito fomentado pelas crenças eurocêntricas, contra as religiões de matriz africana.

Nesta pesquisa foi possível observar que o colorismo produz uma condição de “não saber” a que raça/cor pertence. Desse modo, a angústia do não pertencimento relaciona-se a uma não autoidentificação de que lugar ocupa e a quais grupos faz parte. Ademais, foi percebido que a baixa autoestima e sentimento de inferioridade desencadeados pelo racismo corroboram para o surgimento de doenças como ansiedade e depressão e

intensificam a possibilidade da ocorrência de tentativas de suicídio. Outro aspecto relevante evidenciado é o fato de que a família e a escola ocupam um espaço de destaque na identificação de tais casos. Nesse sentido, foi possível observar o atraso de anos escolares das participante, o qual está associado a um baixo rendimento escolar em decorrência, também, do racismo vivenciado, como afirmado pelas participantes que, por vezes, tiveram que trocar de escola para superar a situação de discriminação.

É exposto também que o adoecimento mental provocado pelo racismo vai muito além da agressão direta ao indivíduo, a exposição a situações de preconceito contra outras pessoas, que não a si mesmo, é responsável pela edificação de comorbidades psicológicas/psiquiátricas.

Assim, há uma necessidade da medicina se movimentar no sentido de se instrumentalizar de mecanismos capazes de lidar com tal problemática, bem como buscar ampliar o acolhimento às necessidades desse grupo em questão, crianças e adolescentes negros, que, por vezes, sentem a dor do preconceito, mas também o desconforto da indiferença a questões próprias que envolvem sua realidade e está relacionada a sua saúde, como o racismo. E é nesse sentido que esta pesquisa vislumbra o alcance significativo aos profissionais de saúde, sobretudo, psiquiatras e pediatras, a fim de mostrar um contexto, muitas vezes, distante da prática educativa formativa, mas que é fundamental para solucionar enfermidades complexas que envolvem o corpo, a mente e a existência, enquanto ser social, das pessoas atingidas.

As limitações deste estudo estão relacionadas a dificuldade em encontrar instituições abertas a participação na pesquisa e, por vezes, de pais que consentissem a participação dos filhos; soma-se a isso, a ausência de participantes do sexo masculino, que poderiam estar expostos a outras modalidades de racismo. Por outro lado, os pontos fortes pontuados são: escassez de abordagens semelhantes na medicina; possibilidade de fornecer subsídios para estruturação de mecanismos na área médica capazes de lidar com a problemática; retorno a instituição sobre as vivências do racismo em seu ambiente com a possibilidade de assistência médica às participantes em sofrimento psíquico.

O presente estudo está de acordo com as Diretrizes Nacionais da Educação Básica.

Referências

ABRAMOWICZ, A; OLIVEIRA, F. As relações étnico-raciais e a sociologia da infância no Brasil: alguns aportes. In: ABRAMOWICZ, A. et.al. **Educação infantil, igualdade racial e diversidade**: aspectos políticos, jurídicos, conceituais. São Paulo: CEERT, 2012.

ALMEIDA, S. L. **Racismo estrutural**. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019.

BARATA, R. B. **Como e por que as desigualdades sociais fazem mal à saúde**. 1. ed. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2009.

BARROS, A. P. R. et al. As representações sociais da depressão em adolescentes no contexto do ensino médio. **Estudos de Psicologia**, Campinas, v. 23, n. 1, p.19-28, jan-mar 2006.

BRANDÃO, C. R., STRECK. Pesquisa participante: a partilha do saber: Uma introdução. In C. R. BRANDÃO, D. STRECK (Orgs.). **Pesquisa participante: a partilha do saber**. Aparecida, SP: Ideias e Letras, 2006. p. 7-20.

BRASIL. **Estatuto da Igualdade Racial**: (Lei nº 12.288 de 20 de Julho de 2010) altera as Leis nos 7.716, de 5 de janeiro de 1989, 9.029, de 13 de abril de 1995, 7.347, de 24 de julho de 1985, e 10.778, de 24 de novembro de 2003. Brasília, 2010.

BRASIL. **Óbitos por suicídio entre adolescentes e jovens negros 2012 a 2016**. Brasília: Ministério da Saúde, 2018.

BRASIL. **Portaria nº 992, de 13 de maio de 2009. Institui a Política Nacional de Saúde Integral da População Negra**. Diário Oficial [da] União, Brasília, DF, 13 maio 2009.

BRITO, A. E. Lares negros olhares negros: Identidade e socialização em famílias negras e inter-raciais. **Serviço Social em Revista**, Londrina, v. 15, n. 2, p. 74, 30 jul. 2013.

CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA. **Suicídio**: informando para prevenir. Brasília, 2014.

DALL'AGNOL et al. A noção de tarefa nos grupos focais. **Rev Gaúcha Enferm**, Porto Alegre (RS), mar 2012.

DETONI, P. P. O reconhecimento dos privilégios das relações raciais e de gênero: efeitos da branquitude e da heterocisnormatividade para a construção de subjetividades. In: FARIAS, G. F.; FIORAVANZO, F. F.; DETONI P. P. (Org.) **A Psicologia na promoção dos Direitos Humanos: transversalizando fazeres e saberes**. Porto Alegre: Conselho Regional de Psicologia do Rio de do Sul/Comissão de Direitos Humanos 1ª edição, agosto de 2019, p. 119-126.

DEVULSKY, A. **Colorismo**. São Paulo: Editora Jandaíra, 2021.

FIABANI, A.; FIABANI, T. A dor do inocente: implicações do racismo para a criança negra. **Revista Diversidade e Educação**, Rio Grande, v. 8, n. 2, p. 628-647, Jul/Dez, 2020.

GONZALEZ, L. **Por um feminismo- afro-latino-americano**: ensaios, intervenções e diálogos. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

GUIMARÃES, A. S. A. Racismo e anti-racismo no Brasil. **Novos Estudos CEBRAP**, São Paulo, N.º 43, p. 26-44, nov. 1995.

LAGES, S. et al. Pesquisas em Psicologia Social no Campo da Saúde da População Negra no Brasil. **Revista de Psicologia da UNESP**, Minas Gerais, v. 1, n. 1, p. 1-10, 2014.

MINAYO, M. C. S. **Análise qualitativa**: teoria, passos e fidedignidade. 12. ed. Rio de Janeiro: Ciência e saúde coletiva, 2012.

MUNANGA, K. Por que o racismo e suas práticas e qual é a responsabilidade social que se espera dos profissionais que lidam com as questões da sociedade? **Revista Brasileira de Psicologia**, Salvador, 02 (núm. esp), 2015.

MUNANGA, K. Uma abordagem conceitual das noções de raça, racismo, identidade e etnia. In: PALESTRA PROFERIDA NO 3º SEMINÁRIO NACIONAL RELAÇÕES RACIAIS E EDUCAÇÃO, 3., 2003, Rio de Janeiro. **Palestra [...]**.

NASCIMENTO, B. B.; MOTA, L. M. Racismo na escola: uma questão de saúde no contexto da educação profissional e tecnológica. **II COPENE Nordeste/ Epistemologias Negras e Lutas Antirracista**, João Pessoa, 2019

NOGUEIRA, I. B. **Significações do Corpo Negro**. Tese (Doutorado em Psicologia) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 1998.

NOGUEIRA, S. B. **Intolerância Religiosa**. São Paulo: Pólen, 2020.

NUNES, M. L.; BRUNI, O. Insônia na infância e adolescência: aspectos clínicos, diagnóstico e abordagem terapêutica. **Jornal de Pediatria**, Rio de Janeiro, v. 91, p. 26-35, nov-dez 2015.

OLIVEIRA, C. M. et al. Impacto do racismo na saúde mental de uma criança negra: uma revisão da literatura. **Brazilian Journal of health review**, v. 4, n. 6, p. 28768-28782, 2021.

OLIVEIRA, E. S. **A autoidentificação do negro no Brasil** : consequência de sua construção histórica e sociopolítica ou elemento de evocação de sua ancestralidade?. 2022. 36 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em História) — Universidade de Brasília, Brasília, 2022.

PIRES, F. F.; SANTOS, P. O. S. **O uso de grupos focais na pesquisa etnográfica com crianças.** Florianópolis: Zero-a-seis, v. 21, n. 40, set./dez., 2019, p. 310-342.

ROBERTS, R. E.; LEWINSOHN, P. M.; SEELEY, J. R. Symptoms of DSM-III-R Major Depression in Adolescence: Evidence from an Epidemiological Survey. **Journal of the American Academy of Child and Adolescent Psychiatry**, v. 34, n. 12, p. 1608-1617, 1995.

SCHUCMAN, L. V. **Famílias inter-raciais: tensões entre cor e amor.** Salvador: EdUFBA, 2018.

SILVA JR, H.; TEIXEIRA, D. **Discriminação racial é sinônimo de maus-tratos: a importância do ECA para a proteção de crianças negras.** São Paulo, 2016.

SILVA, E. C. Efeitos do estresse crônico em áreas do cérebro. **Revista Estácio Recife**, Recife, v. 1, n. 1, 2015.

SILVA, L. G. **“SALVE, SALVE, ABRE A RODA, SOMOS ERÊS, QUEREMOS PASSAR”:** Crianças negras na Kizomba do Sopapinho - Contribuições afroperspectivistas à Psicologia. Dissertação (mestrado) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2021.

SOUSA, E. L. Etnografia com crianças em tempos de pandemia: uma reflexão ético-metodológica. **Cadernos de pesquisa**, São Paulo, v. 52, e 09122, 2022.

UNICEF. **O impacto do racismo na infância.** Brasília: Unicef, 2010.

VEIGA, L.; GONDIM, S. M .G. A utilização de métodos qualitativos na ciência política e no marketing político. **Opi. Publica**, Campinas, v. 7, n.1, p. 1-15, 2001.

WAEDELDE, L. et al. Psychometric Properties of the Race-Related Events Scale. **Psychological Trauma: Theory, Research, Practice, and Policy**. California, v.2, n.1, p.4-11, mar. 2010.

NORMAS PARA PUBLICAÇÃO

Normas para todas as seções

1. Os artigos, entrevistas ou resenhas serão submetidos, em português OU espanhol, ao Conselho Editorial ao qual cabe a responsabilidade do processo editorial dos manuscritos. A submissão é feita no site da DESIDADES, no portal de periódicos da UFRJ <https://revistas.ufrj.br/index.php/desidades> seguindo as orientações disponibilizadas.

2. A submissão de textos em qualquer categoria só será possível mediante a confirmação do autor, no momento da submissão, de que **TODAS** as condições estabelecidas estão atendidas. O descumprimento de **qualquer um** dos itens é suficiente para a **recusa inicial**, durante a primeira etapa de avaliação, motivo pelo qual recomendamos aos autores que façam minuciosa revisão de seus manuscritos antes da submissão.

3. Serão aceitos apenas artigos, entrevistas e resenhas inéditos.

4. Todos os artigos, entrevistas ou resenhas enviados para submissão deverão estar como documento Word, em extensão “.doc”, “.docx” ou “.odt”. fonte Arial 11, espaço duplo.

5. Ao submeter o texto na plataforma é obrigatório que autoras e autores disponibilizem: nome e sobrenome, e-mail, Orcid, afiliação institucional e informações curriculares de, no máximo, 3 linhas (Existem campos no Passo 3 – Metadados na submissão que devem ser utilizados para isto). Estas informações devem ser enviadas no idioma do(a) autor(a), português OU espanhol. No caso de submissão de entrevista, devem ser enviadas as informações curriculares do(a) entrevistador(a) e do(a)

entrevistado(a) no idioma do entrevistado. É fundamental que nenhuma destas identificações apareça no artigo anexado e sim seja inserida no sistema da revista (Ver Norma 12).

6. Autoras e autores de artigos e entrevistas deverão enviar junto com o texto os títulos e resumos em português, espanhol e inglês, assim como 4 a 5 palavras-chave nas três línguas. Os resumos e palavras-chave nas três línguas devem ser inseridos ao final do manuscrito depois das referências, o primeiro sempre na língua original do(s)/as autor(as) seguidos dos demais.

7. Títulos e subtítulos devem ser separados do restante do texto por espaçamento, e destacados em negrito.

8. As referências bibliográficas devem ser apresentadas em ordem alfabética ao final do texto e se pautarem pelas normas ABNT (NBR 6023, 2002). Obras do(s) mesmo(s) autor(es) devem seguir a ordem cronológica de publicação.

9. Apenas as referências citadas no corpo do texto deverão aparecer e ser mencionadas nessa seção.

10. Citações e notas

- As citações de autores no corpo do texto e as notas de rodapé seguem as normas ABNT (NBR 10520, 2002).
- As citações literais de até três linhas são integradas ao texto, entre aspas duplas, seguidas de parênteses com sobrenome do autor, ano da publicação e página (ex. LIMA, 1999, p. 27).
- Citações com mais de três linhas devem ser destacadas no texto com recuo de 1,25, em corpo 10, com a indicação: (Autor, ano, p.). Não deverão ser destacadas com negrito ou itálico.
- As remissões sem citação literal são incorporadas ao texto.
Ex.: Segundo Cordeiro (2008)...
- Para os casos de documentos do(s) mesmo(s) autor(es) publicados em anos diferentes, utilizar o seguinte modelo:
(DREYFUSS, 1989, 1991, 1995)
(CRUZ; CORREA; COSTA, 1998, 1999, 2000)
- Para os casos de citação de diversos documentos de diversos autores, utilizar os seguintes modelos:
Ex: (CROSS, 1984; KNOX, 1986; MEZIRROW, 1991).
- As citações de obras antigas republicadas recentemente deve seguir o modelo: Winnicott (1971/1951).....
- As notas de rodapé, tratando de observações, comentários e esclarecimentos feitos pelos autores, devem vir no final da página, em algarismos arábicos, devendo ter numeração única e consecutiva ao longo do texto. Devem ser formatadas em **fonte arial 10, justificadas, espaçamento simples**.
- Quando se tratar de citação secundária – por exemplo, da citação de um autor citado por uma outra publicação consultada sem que o original tenha sido consultado – citar apenas a obra consultada na seguinte forma, por exemplo: “Arendt (1968, citada por BIGNOTTO, 2008)....”.

11. Uso de itálico e aspas duplas:

- **Uso de itálico** : a) títulos de livros, jornais, artigos, crônicas etc, bastando usar em maiúscula a primeira palavra (ex.: Gabriela cravo e canela; A casa das sete mulheres; b) palavras ou expressões estrangeiras (goal, american way of life), excetuando: – nomes de entidades (Library of Congress), empresas (Edizione Scientifiche Italiane), países (United Kingdom), pessoas (Claude Lévy-Strauss). c) expressões que merecem destaque (nesse caso, usá-las com parcimônia).
- **Uso de aspas duplas**: preferentemente, apenas para as citações curtas no corpo do texto, embora possam ser aplicadas em caso de neologismos ou palavras utilizadas no sentido figurado (nesse caso, usá-las com parcimônia); não utilizamos aspas simples, a não ser no caso de aspas dentro de aspas.

12. É fundamental que o material não contenha qualquer forma de identificação da autoria, o que inclui referências identificadas a trabalhos anteriores do(s) autor(es) do manuscrito e seus vínculos institucionais, bem como informações contidas nos campos das propriedades do documento. Para retirar a identificação de autoria nas Propriedades do arquivo, os caminhos podem variar, dependendo da sua versão de Word ou outro editor de texto. Na ferramenta de Ajuda do seu editor de texto, procure por “Propriedades” ou “Inspeccionar documento” e siga as instruções para remover informações pessoais do documento.

13. Imagens devem ter alta qualidade (resolução mínima de 300 dpi) e formato jpg.

Normas específicas para a seção Temas em Destaque

Os artigos dessa seção devem abordar alguma questão ou problema de investigação que diga respeito à infância e/ou juventude no contexto latino-americano. Como trabalho de investigação científica, os artigos contribuem para o avanço do conhecimento na área, escritos para especialistas – docentes, pesquisadores – mas também para um público mais amplo – estudantes de pós-graduação e graduação, não especialistas. A escrita deve atentar para a clareza do texto. Relatos de experiência profissional podem ser incluídos quando trazem contribuições importantes à prática profissional e à problematização de aspectos teóricos.

1. Os artigos devem ter entre 5 mil a 8 mil palavras (incluindo resumos e referências).
2. Resumos em português, espanhol e inglês de aproximadamente 150 palavras cada um deverão ser inseridos no final do artigo, após as referências, seguidos de 4 (quatro) a 5 (cinco) palavras-chave, nas três línguas, que abarquem a temática abordada no artigo. As palavras-chave devem ser separadas por vírgula, com a primeira letra minúscula.
3. Gráficos, tabelas e figuras devem ter a sua indicação no artigo enunciada por seus respectivos títulos/legendas, ficando ausente a sua imagem do corpo do texto. Referidas imagens devem ser enviadas separadamente entre si como arquivos suplementares, cada uma delas em arquivo JPG. Estes arquivos devem estar numerados sequencialmente a partir do que representam. Por exemplo, em caso de texto com 2 gráficos e 3 tabelas devem ser anexados gráfico 1, gráfico 2 e tabela 1, tabela 2 e tabela 3 como documentos suplementares. Em relação às imagens, os autores devem ter assegurado os direitos de uso, cuja comprovação deve ser enviada à revista também na forma de arquivo suplementar.
4. As seções do corpo do texto não começam cada uma em uma nova página e todas devem possuir títulos e subtítulos em negrito onde somente a primeira letra é maiúscula. Os subtítulos, se houver, devem estar alinhados à esquerda, em negrito, com a primeira letra maiúscula.
5. Serão solicitados das/os autoras/es cuja submissão for aprovada para publicação o envio de foto individual em tamanho JPG com tamanho mínimo de 200 x 200 pixels e qualidade de 300 dpi.

4. CONCLUSÕES

A partir dos resultados encontrado nesta pesquisa, conclui-se que há a ocorrência de efeitos psíquicos negativos no público infantojuvenil decorrentes do racismo e que a baixa autoestima e sentimento de inferioridade desencadeados pelo racismo corroboram para o surgimento de doenças como ansiedade e depressão e intensificam a possibilidade da ocorrência de tentativas de suicídio. Ademais, verificou-se que o ambiente de desenvolvimento na infância e adolescência, apoio social e inclusão, bem como conflitos estruturais, são alguns dos principais determinantes sociais em saúde relacionado ao racismo investigado em uma escola específica do interior do Rio Grande do Sul. O presente trabalho também ratificou que o racismo inibe a autoaceitação e constituição identitária dos sujeitos em desenvolvimento na medida em que viabiliza o surgimento do sentimento de não pertencimento, principalmente quando correlacionado a questão do colorismo, e baixa autoestima. Soma-se a isso o fato de que existe uma postura depreciativa em relação às pessoas negras. Além disso, foi percebido que a família e a igreja são os principais ambientes discriminatórios relacionados a esse grupo investigado específico. Nessa perspectiva, o racismo religioso edifica a intolerância religiosa. Ainda, foi possível observar que a família e a escola ocupam um espaço de destaque na identificação do racismo sofrido por crianças e adolescentes.

Os resultados dessa investigação servem de subsídios para a busca pela edificação de uma sociedade capaz de enxergar suas falhas e coloca o racismo no centro de uma discussão que necessita ser trabalhada cotidianamente no contexto familiar, religioso, escolar, dentre outros âmbitos de sociabilidade. É preciso que haja uma reformulação e, sobretudo, instrumentalização da sociedade como um todo a cerca dessa problemática, para que as crianças e adolescentes negros e negras possam se desenvolver de forma sadia e livre de amarras que inviabilizam a qualidade de vida e a perspectiva de se estabelecerem como atores sociais ativos e pertencentes. É necessário que haja a formação contínua dos professores a cerca da temática, para que os mesmos saibam lidar com situações de racismo no ambiente escolar, de forma que esses acontecimentos não perpassem a vida do indivíduo como um trauma, mas que possibilite ao mesmo uma postura de ressignificação e um sentimento de acolhimento, para que ele possa se fortalecer e enfrentar essas adversidades com dignidade.

As famílias precisam estar a frente da luta antirracista, pois, esse é o principal ambiente de formação do indivíduo. É por meio e através da família que o ser humano se constitui enquanto ser social, onde se apreende seus principais valores e o modo de se relacionar com as outras pessoas. A família é palco do ensinamento primordial e é o principal âmbito relacionado a possibilidade de enfrentar efetivamente o racismo.

Além disso, é preciso que haja empenho dos grupos religiosos, sobretudo cristãos, em transpor a barreira da intolerância relacionada às religiões de matriz africana, pois as mesma acabam, por vezes, propagando um discurso discriminatório que produz – por meio de um processo de validação indireta – atitudes violentas contra as religiões de matriz africana, viabilizado pelo racismo religioso.

Ademais, é necessário haver um empenho das escolas públicas em formar

profissionais aptos a lidarem com os danos decorrentes do racismo na saúde da população negra infantojuvenil. Há um deficit curricular relacionado a disciplinas que visem o diálogo integral e o ensino direcionados às demandas específicas desse grupo étnico-racial. É nesse sentido, portanto, que surge a negligência e a indiferença relacionadas às demandas de saúde próprias desses grupos, sobretudo relacionada à saúde mental da população negra e a fase da adolescência. Dessa maneira, torna-se necessário a construção de um cuidado centrado nas peculiaridades e especificidades das enfermidades advindas da exposição ao racismo, que a educação médica seja comprometida com o tripé ensino, pesquisa e extensão para abordar as relações étnico-raciais e os efeitos de saúde mental, desde a infância e adolescência. Assim, será possível romper a barreira do mito da democracia racial, viabilizando o tratar, dos danos causados pelo racismo na saúde mental de adolescentes, produzindo uma medicina antirracista, que considere as diversidades étnico-raciais e culturais.

As limitações deste estudo estão relacionadas a dificuldade em encontrar instituições abertas a participação na pesquisa e, por vezes, de pais que consentissem a participação dos filhos; soma-se a isso, a ausência de participantes do sexo masculino, que poderiam estar expostos a outras modalidades de racismo. Por outro lado, os pontos fortes pontuados são: escassez de abordagens semelhantes na medicina; possibilidade de fornecer subsídios para estruturação de mecanismos na área médica capazes de lidar com a problemática; retorno a instituição sobre as vivências do racismo em seu ambiente com a possibilidade de assistência médica às participantes em sofrimento psíquico.

O presente estudo está de acordo com as Diretrizes Nacionais da Educação Básica.